

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/334225418>

Fórum Internacional Património Arquitectónico Portugal Brasil – 2019 6ª Edição

Book · July 2019

CITATIONS

0

READS

14

2 authors:



A. Costa

University of Aveiro

446 PUBLICATIONS 2,423 CITATIONS

SEE PROFILE



Alice Tavares

University of Aveiro

24 PUBLICATIONS 22 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



CA 18110 - Underground Built Heritage as catalyser for community valorisation [View project](#)



CemRestore - Early 20th century mortars for building conservation - Compatibility and Sustainability [View project](#)

maio 2019 **Comunicações**



**fórum internacional do
património arquitetónico
portugal / brasil**



fórum internacional património arquitetónico portugal / brasil

comunicações



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Organização:



Entidades apoiantes da organização:



Fórum Internacional Património Arquitetónico Portugal Brasil - 2019

6ª Edição

EDITORES

Alice Tavares
Aníbal Costa

FICHA TÉCNICA**EDITORES**

Alice Tavares
Aníbal Costa

PAGINAÇÃO E MONTAGEM

Briefing

CAPA

Ana Sofia Almeida

IMPRESSÃO

Tipografia A Lusitânia

TIRAGEM

150 exemplares

EDIÇÃO

Maio de 2019

ISBN

978-989-20-9516-5

DEPÓSITO LEGAL

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

© Os autores. 2019

© Os editores. 2019

Universidade de Aveiro – Departamento de Engenharia Civil
Campus Universitário de Santiago | 3810-193 Aveiro

<http://www.ua.pt/patrimonioportugalbrasil/>

COORDENAÇÃO GERAL**Coordenação Geral Portugal**

Aníbal Costa e Alice Tavares

Coordenação Geral Brasil

Maria Rita S. P. Amoroso

COMISSÃO EXECUTIVA

Alice Tavares (RISCO - DECivil, Universidade de Aveiro)
Aníbal Costa (RISCO - DECivil, Universidade de Aveiro)
Paula Silva (DGPC - Direção Geral do Património Cultural)
Ana Velosa (RISCO - DECivil, Universidade de Aveiro)
Paulo Batista Santos (Município da Batalha)
Joaquim Ruivo (Mosteiro da Batalha)
Rosário Correia Machado (Rota do Românico)
Ricardo Magalhães (Rota do Românico)
Hugo Rodrigues (RISCO - UA, Instituto Politécnico de Leiria)

Comissão Organizadora:

Aníbal Costa (Universidade de Aveiro, PT))
Alice Tavares (Universidade de Aveiro, PT)
Ana Velosa (Universidade de Aveiro, PT)
Paula Silva (Direção Geral do Património Cultural, PT)
Paulo Batista Santos (Município da Batalha, PT)
Joaquim Ruivo (Mosteiro da Batalha, PT)

Comissão de Apoio à Organização:

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso
(IAB-Campinas e CAU/SP, BR) – Coordenadora Geral FIPA Brasil
Rosário Correia Machado (Rota do Românico, PT)
Ricardo Magalhães (Rota do Românico, PT)
Hugo Rodrigues (RISCO-Universidade de Aveiro, Instituto Politécnico de Leiria)
Andrey Rosenthal Schlee (Diretor DEPAM-IPHAN)
Sérgio Ferraz Magalhães (Coordenador UIA2020 Brasil, Rio de Janeiro)
Nivaldo Vieira Andrade Júnior (UFBA, FPAA e IAB BR)
Ivone Salgado (POSURB –PUC CAMPINAS, BR)

Comissão científica

Adalberto Dias (FAUP, Portugal)
Alexandre Costa (ISEP/CONSTRUCT, Portugal)
Alice Tavares (Universidade de Aveiro, Portugal)
Aline Montenegro (MHN, Brasil)
Ana Esteban Maluenda (Universidade de Madrid, Espanha)
Ana Velosa (Universidade de Aveiro, Portugal)
Andrey Rosenthal Schlee (Diretor DEPAM-IPHAN)
Angelica Benatti Alvim (Universidade Mackenzie, Brasil)
Aníbal Costa (Universidade de Aveiro, Portugal)
Bruno Tropa (UF Ouro Preto, Brasil)
Clara Bertrand Cabral (UNESCO)
Clara Magalhães (Universidade de Aveiro, Portugal)
Clara Vale (FAUP, Portugal)
Ceça Guimarães (IAB Nacional, Brasil)
Enrique Saiz Martín (Junta de Castilla y León, Espanha)
Fernando Diniz Moreira (UFPE, Brasil)
Guilherme Figueiredo (UFF, Brasil)
Hugo Rodrigues (RISCO - Universidade de Aveiro; Instituto Politécnico Leiria, PT)
Ivone Salgado (POSURB –PUC CAMPINAS, Brasil)
João Carlos Santos (DGPC, Portugal)
João Miranda Guedes (FEUP, Portugal)
Joaquim Teixeira (FAUP, Portugal)
Luiz Amorim (UFPE, Brasil)
Marcos Tognon (IFCH-UNICAMP, Brasil)
Margareth Figueiredo (Universidade São Luís do Maranhão, Brasil)
Maria das Graças Ferreira (UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Fernandes (DGPC, Portugal)
Maria José Feitosa (USP- S.Paulo, Brasil)
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (IAB-Campinas e CAU/SP, Brasil)
Miguel Malheiro (U. Lusitânia, Portugal)
Nádia Someck (Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, Brasil)
Nivaldo Vieira Andrade Júnior (UFBA, FPAA e IAB BR)
Nuno Valentim (FAUP, Portugal)
Paula Silva (Direção Geral do Património Cultural, Portugal)
Paulo Cachim (Universidade de Aveiro, Portugal)
Paulo Lourenço (UM, Portugal)
Pedro da Luz Moreira (IAB-RJ, Brasil)
Renata Baesso Pereira (POSURB - PUCCampinas, Brasil)
Ricardo Magalhães (Rota do Românico, Portugal)
Rosário Correia Machado (Rota do Românico, Portugal)
Rosário Soares (Universidade de Aveiro, Portugal)
Rosário Veiga (LNEC, Portugal)
Rui Póvoas (FAUP, Portugal)
Sérgio Ferraz Magalhães (Coordenador UIA2020 Brasil, Rio de Janeiro)
Telma de Barros Correia (IAU-USP, Brasil)
Teresa Ferreira (Turismo de Portugal)
Hilton Berredo (Universidade Santa Ursula, Brasil)
Vasco Freitas (FEUP, Portugal)

Apoios Institucionais:



Transportadora aérea do evento:

A STAR ALLIANCE MEMBER 

Nota Introdutória

O Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil encontra-se na 6ª Edição correspondendo ao estreitamento de laços de cooperação internacional entre os dois países, cuja primeira edição decorreu em outubro de 2014 em Campinas, São Paulo, com a organização conjunta do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) – Núcleo de Campinas e da Universidade de Aveiro (cuja Cooperação Internacional foi firmada durante 2014).

A 2ª Edição decorreu em junho de 2015 na Universidade de Aveiro sendo uma organização conjunta entre a Universidade de Aveiro, o IAB Campinas e a Prefeitura de Campinas, cuja cooperação internacional foi firmada em 2014.

A 3ª Edição voltou a decorrer em Campinas, em maio de 2016, com a organização do IAB Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC e a Universidade de Aveiro.

A 4ª Edição do Fórum que decorreu nos dias 25 e 26 de maio de 2017 no Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras (Rota do Românico), foi uma organização conjunta entre a Universidade de Aveiro (Departamento de Engenharia Civil - DECivil), a Rota do Românico, o IAB Campinas - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Núcleo de Campinas, SP, Brasil e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil.

A 5ª Edição do Fórum sobre o tem "O reuso do Património Arquitetónico" que decorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 23 a 25 de maio de 2018, "apresentou-se como uma oportunidade única para permitir que especialistas e interessados no tema da preservação em geral, e do reuso em particular, pudessem trocar as suas experiências", segundo Kátia Bogéa, tendo sido uma organização conjunta entre a Universidade de Aveiro (DECivil), IPHAN-Brasil, o Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto de Arquitetos do Brasil – Rio de Janeiro, Brasil, Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Campinas, Brasil Universidade Estadual do Rio de Janeiro, PUC-Campinas SP, Brasil e Rota do Românico, Portugal.

Esta 6ª edição do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal / Brasil com o tema "A Preservação da Multiculturalidade no Património Cultural" pretende debater os registos de multiculturalidade presentes em muito do Património Arquitetónico e de que forma esta mais-valia deve ser gerida e promovida, que vai para além das condições técnico-científicas com abordagens específicas nas operações de restauro, conservação e reabilitação. A proteção do Património Arquitetónico e Cultural envolve o reconhecimento de interesse público do que se pretende proteger e uma maior exigência nas intervenções desde a fase de investigação até à de intervenção, promoção, comunicação e gestão.

As alterações demográficas que se verificam em muitos países colocam na ordem do dia o desafio de preparar uma visão mais abrangente de uma Educação para o Património sem fronteiras e o reconhecimento de que o Património Arquitetónico encerra em si identidades culturais que devem ser preservadas e não uniformizadas. Interessa olhar para o passado, compreender os modos de apropriação da cultura, técnicas construtivas e arquitetónicas. Interessa conhecer para saber apreciar e saber intervir.

Aveiro, maio de 2019

Os Editores



É com imensa satisfação que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) se associa ao Fórum Internacional do Património Arquitetónico Brasil/Portugal (FIPA), que em 2019 cumpre a sua 6ª edição.

Nos anos anteriores o principal objetivo foi promover o conhecimento e a partilha das disciplinas que se desenvolveram em torno da recuperação e conservação do Património Arquitetónico, com foco no que está a acontecer, nestas áreas, em Portugal e no Brasil.

O Património torna-se, assim, motivo de aproximação e trabalho comum entre dois países unidos pela História e pela mesma Língua. Estreitam-se laços que nos permitem enfrentar, fortalecidos, desafios presentes e vindouros no sentido da preservação da memória e da assunção do Património Cultural como fator de desenvolvimento.

Neste contexto, reveste-se da maior importância divulgar a investigação e os projetos em curso no domínio da conservação do Património edificado, um campo de estudo que se apresenta cada vez mais vasto.

Sem a partilha desses conhecimentos e dessas práticas não estaríamos a cumprir o nosso dever como responsáveis pela gestão do Património Cultural dos nossos países, uma missão que abraçamos sob o desígnio do serviço público, conscientes de que a matéria de que nos ocupamos é pilar de cidadania, de coesão social e de Paz.

É um enorme privilégio acolher o 6º FIPA no Mosteiro da Batalha, que a DGPC tem a honra de gerir. Monumento Nacional que se assume hoje como espaço cultural e devocional, integra desde 1983 a Lista do Património da Humanidade definida pela UNESCO.

Reconhecido como uma das mais belas obras da arquitetura portuguesa e europeia, a sua edificação resultou do cumprimento de uma promessa feita pelo rei D. João I, em agradecimento pela vitória na Batalha de Aljubarrota (1385), que lhe assegurou o trono e garantiu a independência de Portugal.

Paula Araújo da Silva
Diretora-Geral do Património Cultural



Partilha e debate em torno do Património e da Multiculturalidade

O 6º Fórum Internacional do Património Arquitetónico, a realizar no Mosteiro da Batalha de 22 a 24 de maio de 2019, resulta de uma feliz conjugação de esforços envolvendo diversos organismos públicos portugueses e brasileiros, universidades e entidades ligadas à investigação e ao Património.

A presente edição da iniciativa - que granjeia forte reputação em Portugal e no estrangeiro atendendo à qualidade e ao reconhecimento das comunicações e do vasto currículo dos investigadores que têm participado nas edições transatas do Fórum - propõe-nos como tema "A Preservação da Multiculturalidade no Património Cultural".

O Mosteiro da Batalha, expoente máximo do gótico e um dos monumentos mais visitados de Portugal, empresta ao tema particular relevância atendendo à sua história única e que durante mais de um século e meio, integrou de forma harmoniosa, canteiros, vitralistas e arquitetos de várias nacionalidades, com marcas ainda hoje bastante visíveis que nos remetem para a diversidade de estilos arquitetónicos, técnicas construtivas e materiais utilizados nesta majestosa edificação.

Destaco ainda, no contexto associado à temática do 6º Fórum Internacional do Património Arquitetónico, a relevância da participação de diversas entidades brasileiras e de distintos e reputados investigadores oriundos deste país irmão, contribuindo por essa via, para o debate construtivo e a partilha fértil das realidades do Brasil e de Portugal, no contexto do Património e da sua preservação.

Assinala-se em 2019, os 500 anos da viagem de Circum-Navegação realizada pelo navegador português Fernão de Magalhães. O episódio, considerado justamente um dos mais importantes de todo o período medieval, assinala a primeira volta ao mundo, ainda que não fosse esse o objetivo inicial da expedição marítima.

Para além do feito histórico de incomensurável relevância, a viagem de Fernão de Magalhães revelou-se como a primeira grande campanha na busca do conhecimento, dos territórios existentes, mas desconhecidos, e também do desconhecido.

500 anos após a epopeia do navegador português, a Batalha usufruirá, estou certo, de um excelente fórum internacional, destinado a partilhar trabalho e estratégias desenvolvidas em Portugal e no Brasil, visando a criação de valor e de sinergias numa área de primordial relevância como é o Património.

Realço ainda a importância crescente que o Mosteiro da Batalha vem registando no acolhimento de eventos e iniciativas de âmbito científico, envolvendo investigadores, academias, centros de pesquisa e outros organismos.

A proteção e a promoção do Património (material e imaterial) deve merecer um forte envolvimento das entidades públicas portuguesas, articulando esforços e definindo conjuntamente políticas de intervenção que de forma sustentada, contribuam para este inquestionável desiderato.

Desejo a todos os participantes do 6º Fórum Internacional do Património Arquitetónico um excelente evento, fazendo votos para que levem da Batalha, o reconhecimento de um território único e inspirador, que tão bem sabe receber.

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Índice

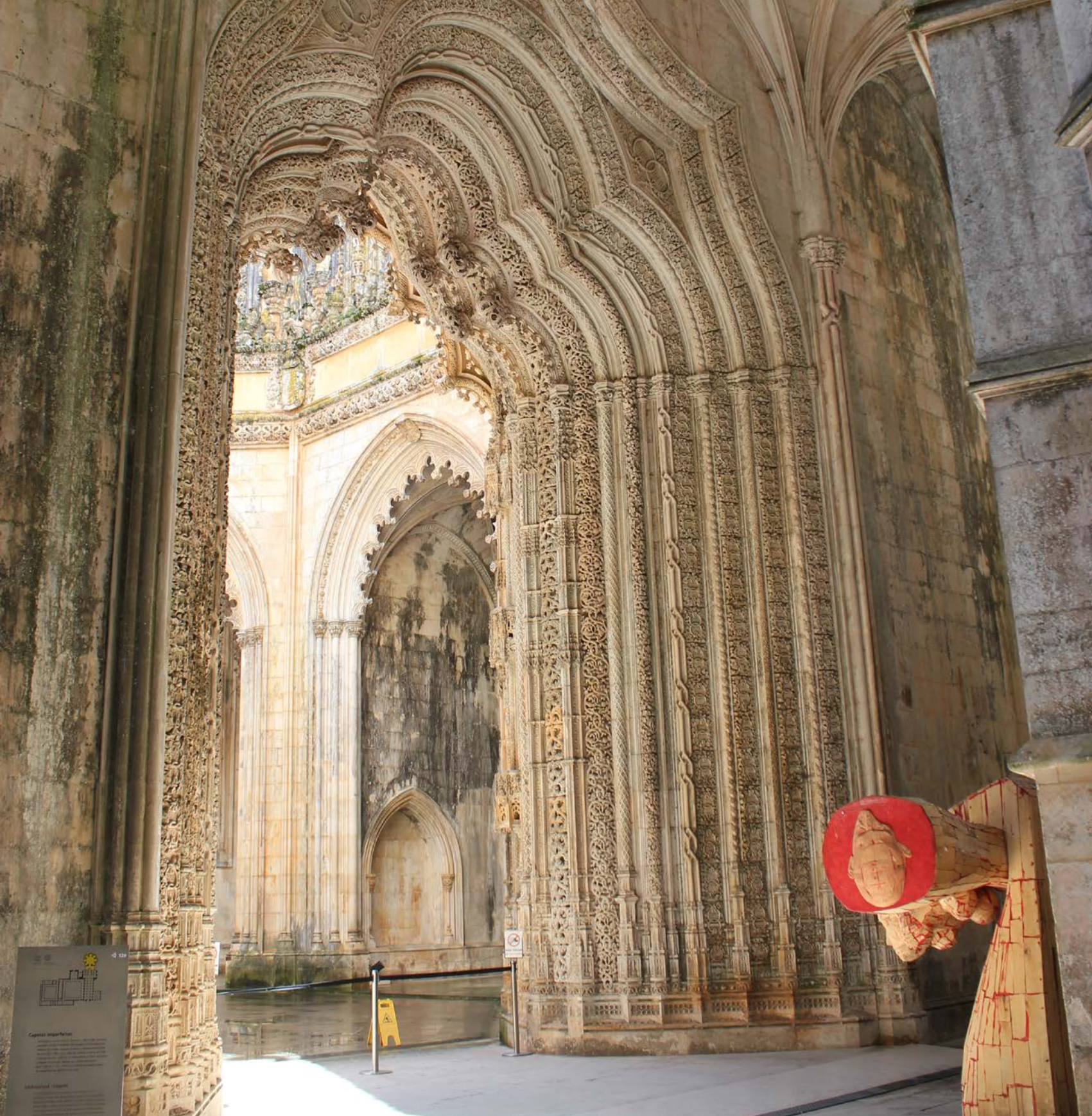
Artigos

Sobre o Mosteiro – memória e identidade Joaquim Ruivo	15
Retrospectiva de uma investigação que apoia a prática da reabilitação. A Universidade de Aveiro e a proteção do Património edificado Português..... Alice Tavares, Aníbal Costa	19
Experiência do Fórum Internacional do Património Arquitectónico..... Maria Rita Silveira de Paula Amoroso	35
Todos os mundos, um só mundo. Sérgio Magalhães	39
A Multiculturalidade e o Património..... Andrey Schlee	45
Rota do Românico – Uma paisagem cultural assente na valorização multicultural Rosário Correia Machado , Ricardo Magalhães	51
Diálogos transatlânticos: intercâmbios na preservação do património arquitectónico e urbano entre Brasil e Portugal Nivaldo Vieira de Andrade Junior	53
Metodologia de intervenção para o Património edificado das Fazendas de café e açúcar do Brasil e das “Casas de Brasileiro” em Portugal Alice Tavares, Maria Rita Amoroso, Aníbal Costa	61
Estratégias para a Preservação do Património Arquitectónico, resguardando os valores socio-culturais – o caso de estudo de Aldeias do Xisto..... Maria José Gomes Feitosa, Alice Tavares, Aníbal Costa	75
(Re)pensar o património arquitectónico numa lógica de multiculturalidade Cláudia Sofia da Costa Santos	85
Valorização da arquitetura hospitalar pavilhonar nos remanescentes do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo..... Ivone Salgado, Paulo Fraga Silveira	89
Educação em Arquitectura e Património – uma oportunidade e um valor patrimonial..... Paula Torgal	105

Índice

Resumos

Materiais e tecnologia de produção de tijolos argilosos históricos usados na alvenaria do séc. XVIII em Aveiro, Portugal..... Alice Tavares, Clara Magalhães, Rosário Soares, Aníbal Costa	110
CemRestore - Argamassas para a conservação de edifícios do início do séc. XX Cristiano Figueiredo, Clara Vale, Manuel Vieira, António Santos Silva, Rosário Veiga, Alice Tavares, Ana Velosa	112
Apoio à decisão em intervenções de reabilitação de património construído baseado em Análises Custo-Benefício..... Maria João Falcão Silva, Filipa Salvado, Paula Couto, Manuel Baião	114
Proposta de Sistema de Gestão de Ativos para Património Arquitectónico Maria João Falcão Silva, Filipa Salvado, Paula Couto, Manuel Baião	116
Tratamento preliminar para o controlo de efeitos de humidades ascensionais em alvenarias antigas de terra Alice Tavares, Clara Magalhães, Rosário Soares, Aníbal Costa	118
Intervenções no Património – Revestimentos, investigação e prática Ana Velosa, Gabriel Andrade e Silva,	120
Reabilitação do Património Escolar Expressão Pedagógica, Multidisciplinar e Multicultural André Santos e Catarina Monteiro	122
Análise da conservação de azulejaria portuguesa em fachadas do séc. XIX:124 -estudo comparativo entre duas edificações localizadas em diferentes condições de agressividade em Pernambuco Mariana Barreto, Jacqueline Pinho, Angelo Just da Costa e Silva	124
A Roda que resiste na Praça. “Lugar de Memória” Salvaguarda da Capoeira: Resistência dos velhos Mestres..... Uelber Barbosa Silva, Lázaro Vieira dos Santos, Maria Rita Amoroso, Dayane Silva Oliveira	126



Sobre o Mosteiro – memória e identidade

Joaquim Ruivo¹

¹ Diretor do Mosteiro da Batalha

O Mosteiro da Batalha (DGPC) acolhe o VI Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil.

É um evento que junta instituições, organismos, personalidades e especialistas de grande prestígio, de Portugal e do Brasil, para uma reflexão partilhada e colaborativa, num espaço sempre deslumbrante e inspirador.

As reflexões e os debates que o Fórum propõe tornaram-se entretanto - e infelizmente -, ainda de maior oportunidade e urgência, na sequência do recente e trágico incêndio na catedral de Notre-Dame, a pouco mais de seis meses após a destruição pelo fogo do Museu Nacional do Brasil, perdas irremediáveis que a todos nos empobrece.

Em favor do evento no Mosteiro da Batalha podemos de imediato valorizar algumas “cumplicidades afetivas” que remetem para a história comum dos dois países: este é o local de sepultamento do infante D. Henrique – o impulsionador dos descobrimentos da era moderna, e também o de D. João II, o rei do tratado de Tordesilhas, cujo acordo com os Reis Católicos está na origem da delimitação geopolítica e linguística dum extenso território de onde se originará o Brasil. E ainda, como curiosidade, podemos encontrar no vasto conjunto das gárgulas que povoam as fachadas exteriores do monumento, aquela que poderá ser uma das primeiras representações escultóricas de um ameríndio.

Mandado construir por D. João I logo após a retumbante vitória sobre Juan I de Castela na Batalha de Aljubarrota, em 1385 (para cumprimento de uma promessa feita a Nossa Senhora na véspera da batalha), este monumento foi, desde a sua génese, projeto de afirmação real, rapidamente se consolidando como espaço celebrativo da memória e, finalmente, como referente identitário.

Hoje em dia é muito mais que só isso. É, desde logo, uma obra prima da arquitetura gótica medieval, visitado anualmente por cerca de meio milhão de visitantes, cujo valor excecional e universal, no parecer da UNESCO, lhe granjeou em 1983 o estatuto de Monumento Património Mundial.

Na realidade, durante cerca de 150 anos - entre o início da sua construção logo após 1385, até cerca de 1535 -, o Mosteiro da Batalha foi o grande estaleiro nacional de inovação artística e arquitetónica, de importância supranacional, acolhendo mestres de diversas artes, vindos de toda a Europa que aqui ousaram experimentar e inovar.

O primeiro mestre arquiteto é o português Afonso Domingues, até 1402. Segue-se Huguet – de provável origem catalã – que traz ao monumento abordagens arquitetónicas e estilistas mais inovadoras e menos arcaizantes. A sua obra, respeitando o

traçado inicial de Afonso Domingues, marcará todo o programa arquitetónico do monumento. Ao mestre catalão encomendará D. João I a construção de uma capela para servir exclusivamente de Panteão Régio, para si e seus infantes (a Capela do Fundador) e o rei sucessor, D. Duarte, encomendará ao mesmo Huguet novo panteão (nunca concluído e que, por isso, tomará o nome de Capelas Imperfeitas). A Huguet se deve ainda a conceção de uma ampla Sala de Capítulo, fechada por uma magnífica abóbada estrelada, sem pilar central, desafio técnico impressionante para o seu tempo, concretizando pela primeira vez na Europa o que poderá ter sido a visão de Villard de Honnecourt, dois séculos antes.

Neste estaleiro trabalharam, também ao longo do séc. XV, Mestres Conrate e Guilherme, João de Flandres, Henrique Nicola, Mestre Ambrósio, João de Aragão, Pero de Gasconha; e, já nos começos do séc. XVI, Álvaro de Eillan, Tornilhes de Lião, João de Castilho e Boytac, entre outros – homens que vêm da Europa ibérica, mediterrânica e central para aqui fazerem obra. Alguns fixam-se, casam, prosperam e deixam prole.

E Mestre Mateus Fernandes, logo no início do séc. XVI, no alvor da modernidade portuguesa, aqui experimentará novas formulações artísticas e decorativas, influenciado provavelmente pela arte mudéjar, dando origem ao chamado “estilo manuelino”.

O Mosteiro da Batalha foi também, seguramente, um dos maiores centros europeus da arte do vitral. Na primeira metade do séc. XV aqui foram feitos os primeiros vitrais, com o saber de Mestre Luís o Alemão.

Esta foi efetivamente uma obra que no seu tempo foi sinónimo de uma realeza poderosa e de um Portugal moderno.

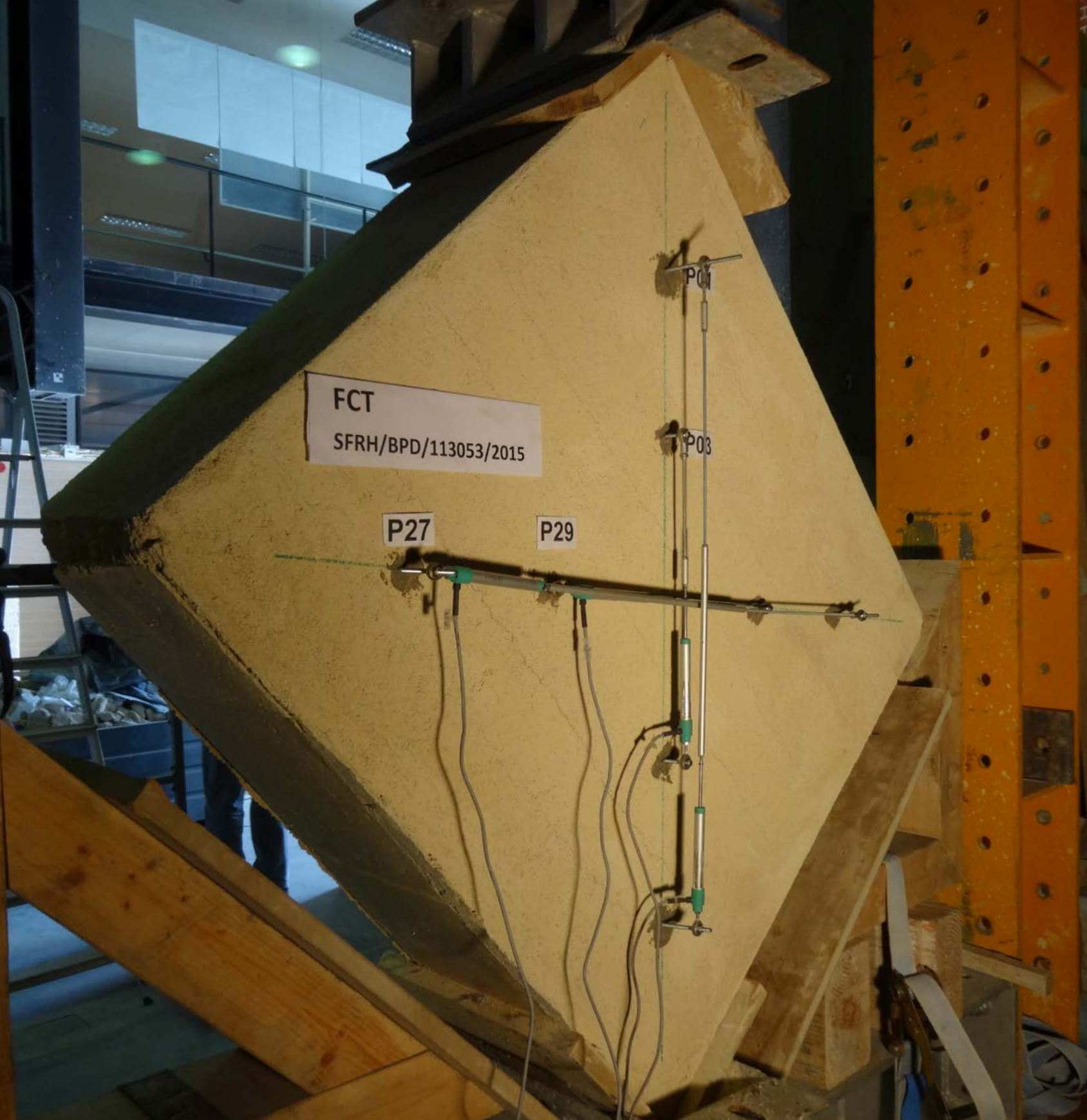
Espaço conventual, dado ao governo da Ordem Dominicana, foi também, durante dois séculos, uma importante Universidade dedicada aos estudos teológicos.

O deslumbramento que sempre provocou nos visitantes estrangeiros, sobretudo no séc. XVIII, motivou a vinda à Batalha em 1789 do desenhador irlandês James Murphy, patrocinado por William Conyngham. Durante 3 meses Murphy mediu, desenhou e descreveu o monumento, publicando depois os seus apontamentos e estampas com o título de *Plans, Elevations, Sections and Views of the the Church of Batalha*, obra lançada em fascículos entre 1792 e 1795 e subscrita por ilustres personalidades europeias. Obra pioneira na Europa do seu tempo, para além de projetar o monumento fora de Portugal, revelou-se igualmente um documento fundamental para a real compreensão do que foi a amplitude e o ordenamento do espaço conventual antes da 3ª invasão francesa, ocorrida em 1810 (que destruiu algum do seu património), antes da extinção da ordens religiosas em 1834 e antes da reconfiguração geral a que o monumento foi alvo a partir da 2ª metade do séc. XIX, com a demolição total de dois claustros maneiristas.

Precisamente após 1840, em grande parte por iniciativa de D. Fernando de Saxe-Coburgo, príncipe consorte, regente e rei (após a morte da Rainha Dª Maria II), o monumento foi alvo da mais completa e sistemática campanha de conservação e restauro até então efetuada num monumento europeu, que o salvou da ruína certa.

Monumento Nacional já em 1907, o Mosteiro da Batalha viu reforçado o seu estatuto de símbolo pátrio ao ser escolhido em 1921 para acolher os restos mortais de dois soldados desconhecidos mortos na 1ª Grande Guerra, com guarda de honra permanente na Sala do Capítulo.

E já em 2016, como que a fechar todo um ciclo de reconhecimento memorialista e identitário, a Assembleia da República, atribuiu ao Mosteiro da Batalha o estatuto de Panteão Nacional.



Retrospectiva de uma investigação que apoia a prática da reabilitação. A Universidade de Aveiro e a proteção do Património edificado Português

Alice Tavares¹, Aníbal Costa¹

¹ RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro

1. Introdução

A retrospectiva de uma investigação desenvolvida há mais de 10 anos no Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro é aqui abordada no sentido de explicar sumariamente a forma multidisciplinar de abordagem e a estratégia de investigação com o objetivo de apoiar o conhecimento do Património Edificado da região e também atingir as melhores metodologias de reabilitação. Neste sentido, focam-se várias etapas da investigação incidente sobre a Arquitetura de adobe, os ensaios laboratoriais e os ensaios in situ de componentes do edifício e dos seus materiais. Procurando-se desta forma uma maior aproximação com as necessidades das empresas, dos municípios e dos proprietários deste Património da região Centro de Portugal e contribuir para a sua conservação.

2. Razões que justificam o imperativo da investigação estar ao serviço da proteção e preservação do Património edificado

A urgente necessidade de registo, caracterização, inventariação e campanhas de investigação sobre a Arquitetura de Terra da região Centro de Portugal decorre da clara diminuição de número de edifícios antigos com estas características ancestrais. Num processo que não incide exclusivamente sobre a Arquitetura de Terra, mas está a acontecer em todo o país em relação ao edificado construído com técnicas antigas de alvenarias (pedra, taipa, adobe, etc).

Se no contexto nacional Portugal detinha em 2011, segundo dados do INE, menos de 6% do edificado anterior a 1919, ou seja, o que em prevalência é anterior à entrada do betão armado e por isso construído sobretudo com técnicas tradicionais e materiais naturais, atualmente a situação é bem mais crítica pela falta de controlo ao nível da transformação do edificado antigo. Há 10 anos tinha-se como referência que por exemplo a cidade de Aveiro detinha 45% do seu edificado em arquitetura de adobe. Recorrendo aos dados de 2011, a região Centro de Portugal apresentava um decréscimo de 25% do edificado antigo em relação a 2001. Esperam-se dados bem mais duros nos próximos Censos em 2021.

As Universidades e especificamente os cursos de Arquitetura e de Engenharia Civil têm uma responsabilidade acrescida no desenvolvimento de investigação e na preparação de técnicos que detenham a informação necessária para preparar e apoiar o mercado da construção para uma reabilitação responsável e respeitadora dos valores culturais e patrimoniais do passado. Este alerta foi feito muito recentemente pelo ICCROM (Katrakakis T., et al 2018) que enfatiza a necessidade da investigação

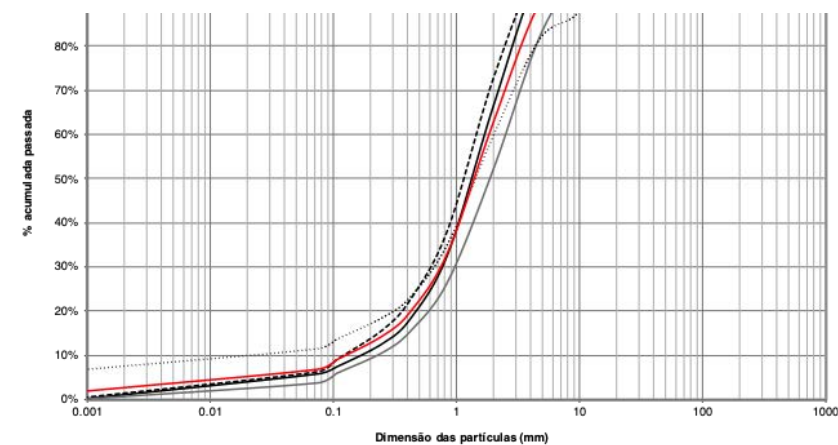


Figura 1 - Características de curva granulométrica de adobes (origem: Oliveirinha, Aveiro)
O passo seguinte é a caracterização dos adobes que se produzem no distrito, que são muito variáveis, de norte para sul, como do interior para o litoral. Embora no distrito o ligante fosse essencialmente a cal e daí poder-se afirmar que o adobe da região Centro é um adobe de cal, Figura 2, embora para construções de menor importância fosse usado um adobe de terra de menor resistência e durabilidade. Os adobes de cal podiam ser feitos no local da construção, Figura 3, ou podiam ser feitos por adobeiros, que os vendiam, sendo estes distinguidos dos restantes por possuírem uma marca (as siglas do nome do adobeiro).



Figura 2 – Recriação da produção de adobe 2018
Seixo, Mira (créditos: A Tavares)

Figura 3 – Parede com adobe de cal e adobe de terra
(créditos: A Tavares)

se centrar no mundo real, no caso específico do Património real, com análises assertivas das necessidades reais, a consolidação de dados que possam ser usados em contexto real, a promoção da multidisciplinaridade na investigação, para que se consiga atingir uma abordagem integrada que envolva as comunidades não como espetadores, mas como um elo colaborativo do processo de defesa e conservação/reabilitação do Património.

3. A construção do conhecimento técnico-científico para a reabilitação

Uma das vertentes importantes do trabalho desenvolvido no Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro tem sido a caracterização dos materiais e dos sistemas construtivos usados no distrito de Aveiro ao longo dos tempos, associando-os à evolução das correntes de arquitetura nacionais e internacionais, bem como formas vernaculares de construir. Paralelamente, como suporte da construção do conhecimento para o apoio a medidas de reabilitação, tem-se procurado conhecer o comportamento higratérmico dos edifícios da arquitetura civil do distrito, na procura de soluções pouco intrusivas e compatíveis com a integridade e a autenticidade das construções. Esta caracterização começa ao nível do local onde se extraem os materiais (terra - areiros e cal - pedreiras) passando pelo conhecimento da granulometria e características químicas do material extraído do areeiro e pelo estudo do traço ideal para a produção do adobe. Este tipo de estudo permite, por exemplo, concluir que através das análises laboratoriais quais as curvas granulométricas usadas antigamente na produção de adobe. A título de exemplo de um dos casos de estudo obteve-se a curva granulométrica de acordo com a especificação ISO/TS 17892-4:2004(E) para 3 tipos de adobe que se encontrou nessa casa (A, B e C) que se apresentam na Figura 1. Os adobes A e B do ensaio

apresentam uma distribuição granulométrica muito semelhante, com cerca de 80% das partículas a apresentarem uma distribuição granulométrica de areia, enquanto que o adobe C apresenta partículas de maior dimensão, com cerca de 45% das partículas com a classificação de areias e 50% de pedregulho fino e médio.

Os moldes e a necessidade de transporte definiam em parte as suas dimensões, que variavam igualmente de região para região, conforme indicado na Tabela 1.

Para além dos adobes correntes para fachadas, existiam adobes mais estreitos para as paredes interiores e ainda adobes curvos para os muros dos poços e adobes de base circular para fundações interiores, pontuais, de apoio a elementos de madeira da estrutura de pavimento.

No laboratório do Departamento de Engenharia Civil da UA (DEC-UA) tem-se vindo a realizar de forma contínua ensaios a adobes, Figura 4 e 5, procurando-se caracterizar mecanicamente estes materiais de modo a ser possível criar uma base de dados para apoiar os projetistas, na hora de decidirem se devem aproveitar as paredes constituídas por esse material, Tabela 2. Esta base de dados será uma contribuição muito importante para a preservação do património, desde que os projetistas a queiram usar.

Conhecendo o material adobe é necessário conhecer a alvenaria que resulta da combinação do adobe com a argamassa de assentamento e ao mesmo tempo diferenciar a parede de alvenaria rebocada da alvenaria não rebocada. Embora no caso das construções em adobe as paredes devam ser todas rebocadas com uma argamassa com uma composição semelhante à que produziu o adobe, nem sempre isso se vê nas construções existentes, decorrente da compra dos adobes fora da área da construção.

	Largura (cm)	Altura (cm)	Comprimento (cm)
	A	B	C
Aveiro	23-29	10-11	30-48
Ílhavo-Vagos	20-34	10-12	30-50
Anadia	20-25	10-14	42-48

Tabela 1 – Dimensões dos adobes na região da Beira Litoral (de Aveiro a Anadia)

Figura 4
Ensaio à compressão

Figura 5 – Método de ensaio brasileiro para determinar a resistência à tração

Figura 6 – Ensaio à compressão de argamassa

Figura 7 – Ensaio de compressão diagonal

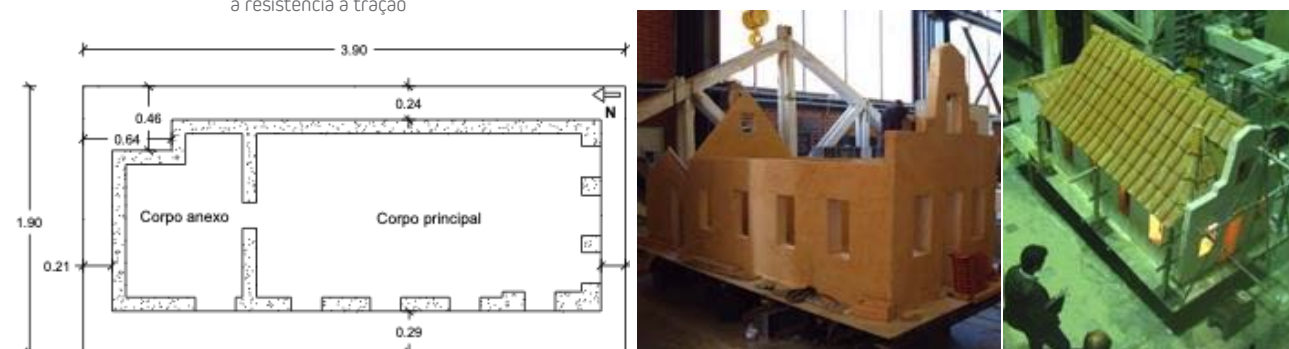


Figura 8 - Modelo de teste: a) Esquema (dimensões em metros); b) c) vistas do modelo

		Módulo de elasticidade (MPa)	Resistência à compressão (MPa)	Deformação para a resistência máxima (mm/mm)	Resistência à tracção (MPa)	
Muros	Muro 1	138.3	0.95	0.008	--	
	Muro 2	117.3	0.83	0.009	0.13	
	Muro 4	200.0	0.99	0.006	0.12	
	Muro 5	340.0	1.72	0.008	0.40	
	Muro 6	212.0	1.27	0.008	--	
	Muro 7	104.5	0.81	0.010	--	
	Muro 9	127.2	1.07	0.012	--	
	Muro 10	160.6	0.99	0.009	--	
	Casas	Casa 1	273.3	1.24	0.007	0.13
		Casa 2	203.3	1.00	0.007	0.19
Casa 3		96.7	0.75	0.014	0.19	
Casa 4		53.3	0.72	0.028	--	
Casa 5		447.5	2.15	0.006	--	
Casa 9		93.0	0.73	0.010	--	
Casa 10		335.8	1.99	0.007	--	
Casa 11		147.3	1.10	0.009	--	

Tabela 2 – Valores obtidos em ensaios de adobes no laboratório do DEC-UA

Nos últimos anos o laboratório do DEC-UA tem vindo a realizar várias campanhas de ensaios a fim de caracterizar o comportamento da alvenaria de adobe, que tipicamente se encontra nos edifícios antigos, e contribuir para esta área de conhecimento através de uma forte componente técnico-científica, mas sem descurar os aspetos arquitetónicos.

Assim têm sido desenvolvidas campanhas de ensaios sobre diversos elementos de alvenaria de adobe, visando a caracterização mecânica dos vários parâmetros e mecanismos que controlam o comportamento deste tipo de alvenaria. Para este estudo, foram recolhidos adobes de construções existentes. Numa primeira fase foram estudadas as propriedades mecânicas dos blocos de adobe, nomeadamente a resistência em compressão, flexão e módulo de elasticidade, e da argamassa de junta, já referido anteriormente. Posteriormente, foram desenvolvidos ensaios para a caracterização da

interface entre o adobe e a argamassa utilizada nas juntas, nomeadamente pela realização de ensaios de arrancamento dos blocos e de ensaios de corte (perpendicular e paralelo à junta).

Como exemplo pode referir-se ensaios de compressão simples sobre provetes de argamassa em que se usaram 10 amostras de argamassa (2 de reboco e 8 de junta) recolhidas em 3 casas diferentes, que foram submetidas a ensaios de compressão simples, Figura 6, e em que a força aplicada pela máquina de compressão foi transmitida através de duas placas quadradas em aço, com 40mm de lado, tendo-se obtido valores médios de resistência à compressão de 1.68MPa (casa 1); 1.07MPa (casa 5) e 0.45MPa (casa 12). Como se pode observar são valores muito díspares, o que obriga a ter um grande número de ensaios para se chegar a uma base de dados credível.

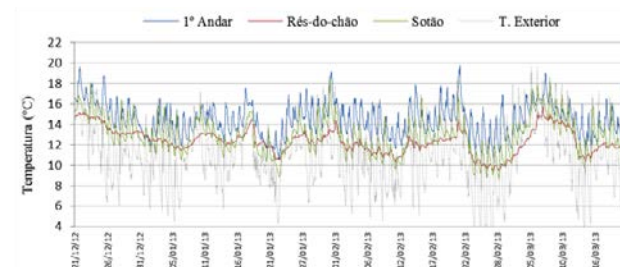


Figura 9 - Temperatura no período da estação de aquecimento

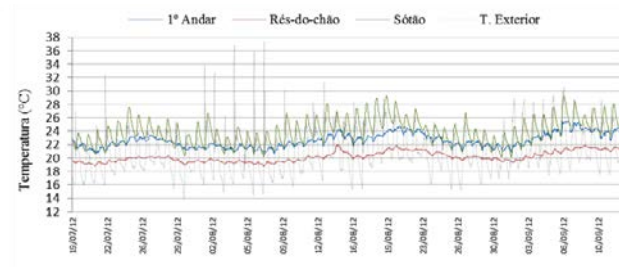
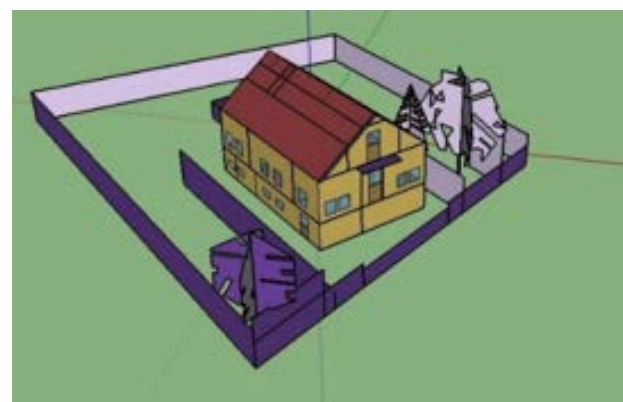
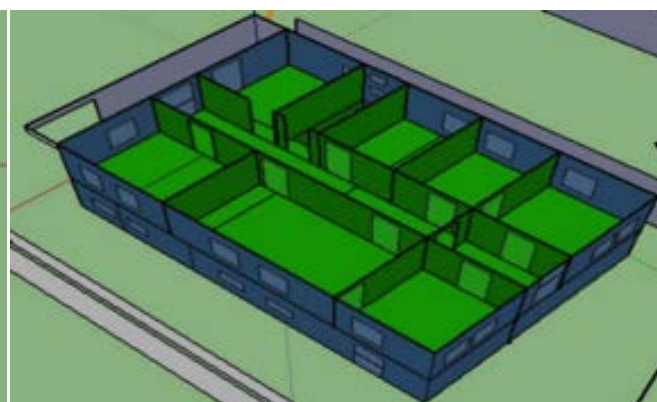


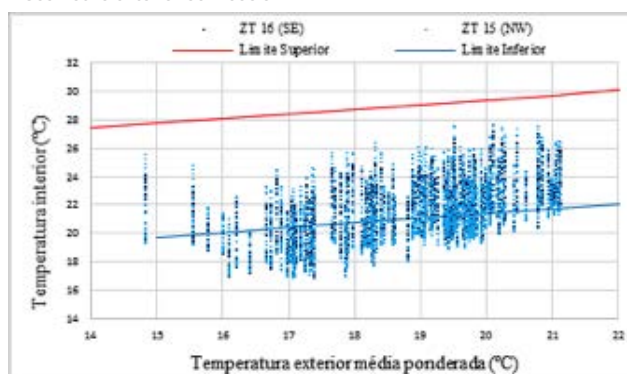
Figura 10 - Temperatura no período da estação de arrefecimento



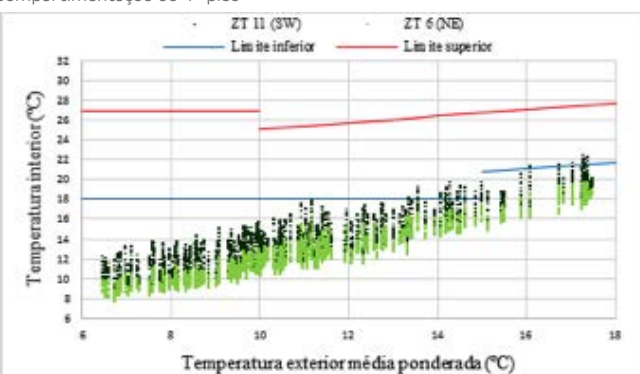
Geometria exterior do modelo



Compartimentação do 1º piso



Análise conforto período de Verão



Análise conforto período de Inverno

Figura 11 – Modelo de simulação e análise de conforto (créditos Carlota Mendes)

Noutra campanha de ensaios foram realizados ensaios de caracterização mecânica de paredes de adobe, nomeadamente ensaios de compressão normal às juntas, de compressão diagonal, Figura 7, e de flexão para fora do plano (perpendicular e paralela às juntas).

Têm sido também construídos e testados modelos à escala real e à escala reduzida e têm sido realizados ensaios in situ e também em mesa sísmica, apresentando-se como exemplo de um desses ensaios o realizado num modelo à escala reduzida de 1/4 que foi desenvolvido no Laboratório do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, reproduzindo um edifício existente, de alvenaria de bloco de adobe, do centro da cidade de Aveiro. O modelo de teste foi construído sobre uma plataforma reclinável, com dimensões da vista superior de 3,90 x 1,90 m2. A plataforma foi alimentada com um atuador hidráulico em seu centro geométrico (ver a Figura 8).

O corpo principal do edifício é constituído por rés-do-chão, sótão e anexo apenas por rés-do-chão. O modelo foi construído com tijolos de adobe em escala fabricados com terra e cal na proporção em peso de 3: 1, tendo-se usado 9% de água na mistura. O modelo foi rebocado com uma argamassa semelhante aos de adobe. A laje do sótão e a estrutura do telhado foram construídas com madeira e cobertas com telhas cerâmicas à escala. O modelo foi testado até se atingir um nível de danos considerável, tendo posteriormente sido reforçado e novamente ensaiado.

Outra área importante que tem vindo a ser desenvolvida no DEC-UA tem a ver com a caracterização do comportamento higrotérmico de paredes, que já decorre há alguns anos, com o objetivo de o caracterizar para se identificarem necessidades eventuais de reabilitação a este nível. Assim, foram realizadas campanhas experimentais com células de teste em

alvenaria de adobe com diferentes composições à escala 1/4 do real, para verificação da compatibilidade com os valores limite máximos do regulamento térmico português (REH, 2013), pelo engenheiro Tiago Meneses (Meneses et al., 2010).

Os trabalhos desenvolvidos pelas engenheiras Daniela Cancela (2013) e Carlota Mendes (2015) no âmbito do mestrado em engenharia civil na Universidade de Aveiro contemplaram o tratamento de dados de monitorização de edifícios, nomeadamente os tradicionais do início do século XX, bem como uma primeira abordagem de simulação dinâmica do comportamento térmico de edifícios.

A monitorização de um conjunto de edifícios de adobe na região de Aveiro tem permitido aprofundar o conhecimento sobre o comportamento higrotérmico deste edificado. Uma dessas edificações, representativa do ponto de vista tipológico, foi monitorizada por um período de um ano. Trata-se de um edifício de habitação isolado, com cave semienterrada, um piso de habitação e um sótão habitável. O modelo tipológico é o tradicional de corredor longitudinal central e apesar de este caso ser de finais do século XIX, com características das chamadas Casas de Brasileiro, trata-se de uma tipologia que persistiu durante o século XX sendo comum até aos anos 40. As paredes exteriores resistentes são de adobe, sendo as paredes interiores de tabique, ou seja, a caracterização de construção tradicional já descrita, com a variante do piso habitado estar a cota mais elevada. Nas Figuras 9 e 10 observam-se os registos de temperatura para a estação de aquecimento e de arrefecimento registados neste edifício.

Da análise dos registos é perceptível um melhor comportamento térmico no período de Verão, observando-se clara atenuação da amplitude térmica e um ligeiro atraso do pico máximo de temperatura atingido em relação ao pico de temperatura exterior. Os compartimentos que melhor evidenciam este



Figura 12 – Ensaio de asnas de madeira

Figura 13 – Ensaio de asnas de tijolo armado

Figura 14 – Ensaio de paredes com gaiola pombalina



Figura 15 – Ensaio de vigas de madeira

Figura 16 – Ensaio de nós pilar – viga, com armadura lisa e reforçados posteriormente

Figura 17 – Ensaio de macacos planos



Figura 18 – Vista geral da casa

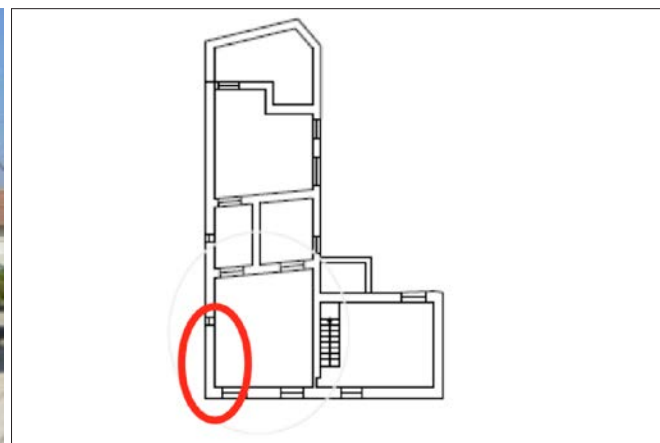


Figura 19 – Identificação da parede ensaiada

comportamento da curva de temperatura são os existentes na cave e no 1º andar (sem maior envolvente externa), apresentando, conseqüentemente, amplitudes térmicas diárias mais reduzidas. No período de Inverno a temperatura mantém-se sempre abaixo da temperatura mínima de conforto (20°C) e com maior amplitude térmica diária.

Cumulativamente efetuou-se a simulação dinâmica da casa (ver Figura 11) calibrando o modelo numérico com recurso aos dados da monitorização, para análise posterior das restantes soluções. Avaliou-se o conforto interno segundo a norma EN 15251, para a estação de aquecimento que se encontram expostos na Figura 11. Segundo este tipo de análise, os limites de conforto variam consoante a temperatura média do ar exterior (modelo adaptativo).

Por outro lado tem-se procurado realizar ensaios a diversos elementos estruturais que fazem parte da história da construção, para se compreender o seu comportamento e numa situação de intervenção real saber como se atuar. É o caso de asnas tradicionais de madeira, de diversos vãos, Figura 12, das asnas de tijolo armado, Figura 13, de paredes de gaiola pombalina, Figura 14, de madeiras, Figura 15, de nós de pilares e vigas de betão armado, Figura 16, etc.

É sempre mais fácil realizar os ensaios em laboratório, mesmo reconhecendo a dificuldade de reproduzir a realidade. Para resolver este problema têm sido usadas duas opções, ou se traz o elemento a ensaiar para o laboratório ou se desloca o equipamento do laboratório para o local e realiza-se o ensaio in situ (exemplo de ensaio de macacos planos no local, Figura 17). Como se referiu anteriormente no laboratório do DEC-UA é normal trazerem-se os elementos para o laboratório (adobes, madeiras, vigas e pilares de betão armado, asnas, etc) mas também é frequente o ensaio no local, como por exemplo a campanha de ensaios realizada numa moradia

construída em adobe, com cerca de 80 anos, existente no distrito de Aveiro (Figuras 18 e 19), Costa, A., et al (2007) e que tinha um processo aprovado para demolição.

Foram desenvolvidos ensaios para fora do plano tendo-se obtido uma força máxima aplicada de aproximadamente 6,8kN e um drift de 0,4% em regime elástico, e ainda o máximo de 3,8% para a resistência última.

Relativamente aos danos observados verificou-se um desenvolvimento da fissuração junto a um cumhal que já evidenciava sinais de dano. Esse dano evoluiu até que a parede se desligasse completamente das paredes ortogonais. Durante o ensaio foi ainda observada a criação de um mecanismo de flexão de charneira diagonal que levou a parede a uma rotura por flexão para fora do seu plano.

4. Casos de aplicação de investigação

Apresenta-se um caso prático de aplicação que tem sido desenvolvida no DEC-UA, a partir da apresentação de uma metodologia de reabilitação do património (Tavares, A. et al, 2018). A metodologia que tem sido desenvolvida tem como objetivo fornecer uma estrutura de atuação que não se restrinja apenas a uma ação técnica de avaliação simples do estado de conservação do edifício, mas seja capaz de construir o “Conhecimento do Objeto Edificado” para suportar e justificar posteriormente as opções de projeto de Reabilitação. Para atingir este objetivo são definidas cinco etapas, incluindo três etapas prévias ao projeto, uma de projeto, sendo a quinta a intervenção. Estas representam diferentes escalas de abordagem e tanto quanto possível de forma interdisciplinar (Tavares, A. et al, 2018).

Esta metodologia foi aplicada a um caso de estudo. A primeira Etapa enquadra a construção do Conhecimento sobre o

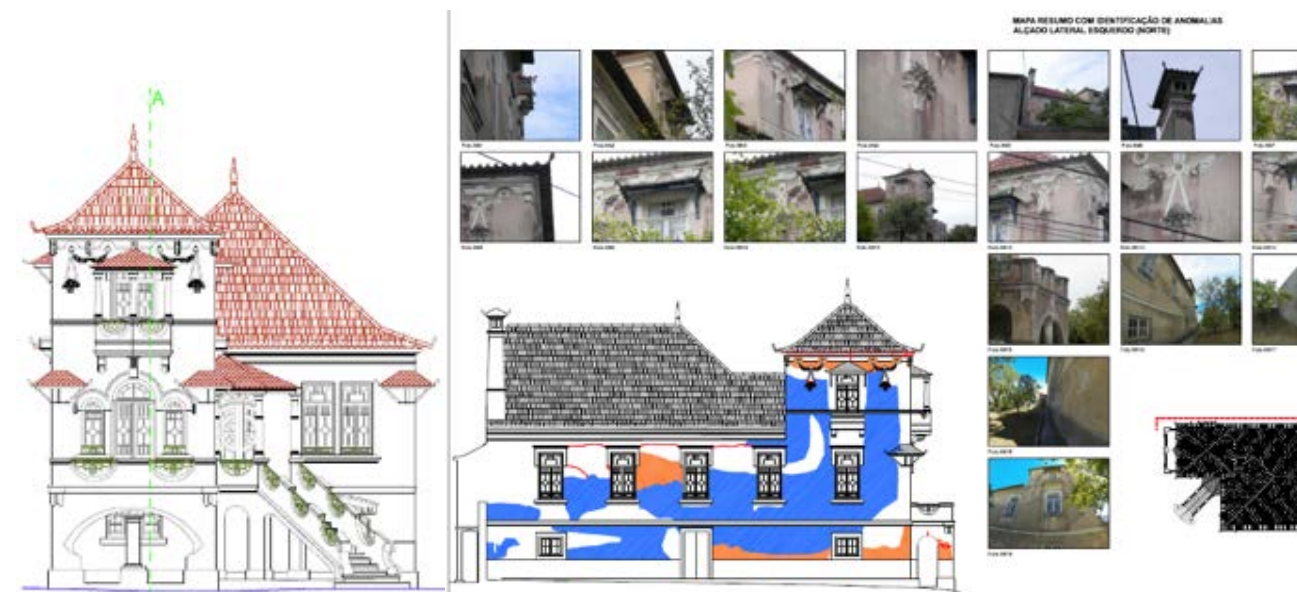


Figura 20 – Alçado principal

Figura 21 – Ficha de inspeção de registo gráfico de anomalias de fachada



Figura 22 – Exemplo de registo de avaliação da estrutura de madeira com Resistograph

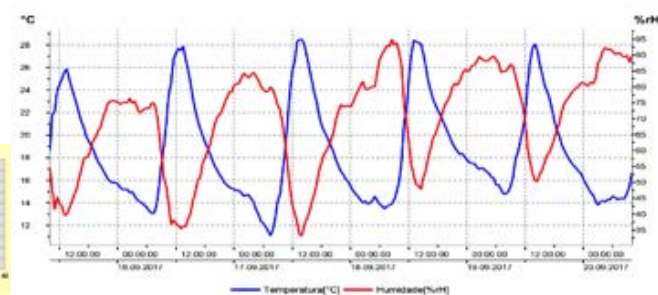


Figura 25 – Gráfico de monitorização higratérmica – recolha dados do Exterior

edifício e a segunda Etapa na definição de objetivos. Estas duas etapas reportam-se a um trabalho prévio exigente e de apoio à futura estratégia de intervenção e projeto. Na aplicação que se faz a “Casas grandes de Brasileiro” para além do levantamento detalhado da arquitetura realiza-se um Plano de Inspeção que contempla o registo fotográfico e gráfico de caracterização do sistema construtivo e localização de materiais (Figura 20), bem como a localização de anomalias, a sua extensão e caracterização (Figura 21). Para apoio quer à caracterização material, quer à identificação das causas das anomalias são desenvolvidos ensaios, sondagens e, em laboratório com base na recolha de amostras in situ. Com base nesta informação e na recolha de dados documentais e de arquivos é feita a avaliação do valor cultural e patrimonial do edifício, identificando épocas de construção e o nível de autenticidade e integridade do edifício, os valores históricos e sociais que pode representar enquanto unidade ou inserida num conjunto ou contexto urbano ou rural. Completa-se desta forma a 1ª Etapa com a forma de um Relatório de Inspeção e Diagnóstico, neste caso integrando mais um nível de avaliação, o do valor cultural e patrimonial.

Do conhecimento recolhido através dos dados in situ, em laboratório e de base documental, verificou-se que o edifício tem um nível de integridade elevado, quer do ponto de vista da arquitetura, da estrutura e dos acabamentos, com madeiras de boa qualidade e criteriosamente selecionadas para as funções mais exigentes. Por outro lado, adota os materiais regionais, neste caso o adobe, em toda a construção, como já vem preconizado em relação ao conjunto de outras Casas de Brasileiro da região (Tavares, A. et al, 2016).

A conceção arquitetónica era sensível a influências estrangeiras, quer italianas, francesas, alemãs e outras com objetivos de aproximação a um gosto considerado de elite. Contudo,

os sistemas construtivos nem sempre foram radicalmente alterados nessa fase de transformação social e económica, conseguindo-se integrar os sistemas construtivos tradicionais de uma forma quase “natural” no saber fazer da época. O que é igualmente descrito em casos do Brasil como os que reporta Monica Camargo (Camargo, P. T., 2013) em que a criação arquitetónica se dá em estreita sintonia com as questões construtivas, cuja forma é consequência e não causa das soluções propostas aos desafios programáticos e técnicos, bem como a Norte em Portugal (Peixoto, P. T., 2013). Construindo-se assim, uma síntese entre sistemas construtivos vernaculares e outros mais controlados tecnicamente e com características distintivas de conforto, espaciais, de cor e construtivas, conforme vieram confirmar os resultados do Resistograph e os ensaios laboratoriais de amostras (Figura 22, 23 e 24).

A monitorização higratérmica em curso no edifício (Figuras 25, 26 e 27), estando este desabitado e sem qualquer sistema de aquecimento ou ventilação revelam diferenças substanciais entre o Exterior (Figura 25) e os dois níveis no interior do edifício (Figuras 26 e 27). Desta informação, retiram-se dois dados importantes, o primeiro relativo ao critério de colocação dos equipamentos de monitorização, já que a localização e modo de fixação pode ter influência nos resultados e a outra é que a diferença substancial entre espaços com menos área de envidraçado (Figura 26) e outros com mais área e menos espessura de parede de adobe (Figura 27) apresentam comportamentos higrométricos díspares.

Do conhecimento adquirido na 1ª Etapa passa-se para a 2ª Etapa que no seu conjunto avalia e estabelece as linhas gerais estratégicas da intervenção, assumindo alguns compromissos, de aceitação ou não de condicionantes regulamentares, bem como diferentes níveis de compatibilização entre



Figura 23 – Ensaios laboratoriais para determinação de rácio agregado/ligante

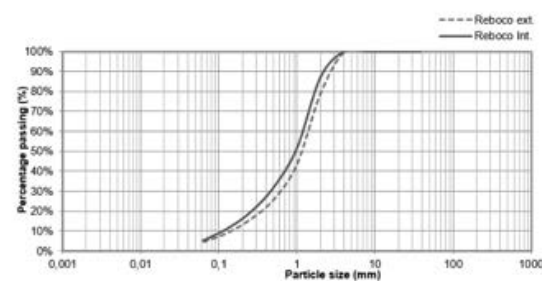


Figura 24 – Exemplo de resultados de curvas granulométricas de amostras de rebocos

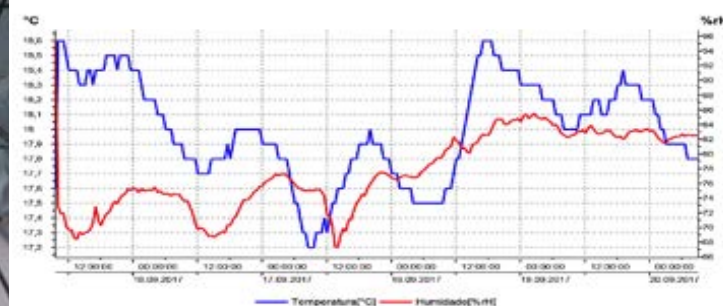


Figura 26 – Gráfico de monitorização higrotérmica – dados do Rés-do-chão

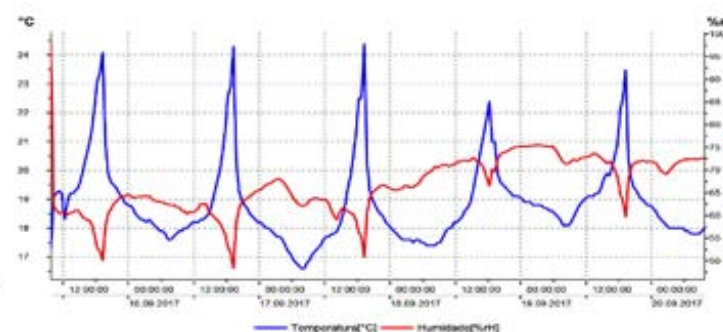


Figura 27 – Gráfico de monitorização higrotérmica – dados do primeiro andar

objetivos e a pré-existência. Desta forma, o edifício a reabilitar não é visto como um mero recurso para ser transformado ao gosto do proprietário ou do arquiteto, para assumir o seu valor coletivo de Património cultural para gerações futuras, (Tavares, A. et al, 2018). A partir daqui é realizado o projeto de execução e lançado o concurso passa-se à fase de obra, onde é possível ver a teoria aplicada na prática, Figuras 28 e 29.

5. Conclusões

O Património Arquitetónico encontra-se em decréscimo acentuado desde pelo menos a última década, decorrente da falta de conhecimento técnico e de boas práticas de reabilitação. Este representava em 2011 (INE) em Portugal perto de 5% do edificado existente. Desde essa época e com o investimento crescente na “reabilitação” com características claras de reconstrução, com prévia demolição quase integral, é urgente que a comunidade científica produza o conhecimento necessário e o divulgue para apoiar a preservação de legados históricos. É com esse objetivo que o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, num claro compromisso com a região, tem desenvolvido investigação contínua sobre a arquitetura de adobe e metodologias de reabilitação.

Com este trabalho procurou-se identificar como aspectos chave a promover, os seguintes: 1º. Análise prévia, detalhada e aprofundada do edifício e sistema construtivo, com dados não apenas qualitativos, mas também quantitativos, confirmados por análises in situ e em laboratório com técnicas não destrutivas ou semi-destrutivas, com apoio de base documental – Etapa 1; 2º. Avaliação do valor cultural e patrimonial do edifício, com destaque para a avaliação da autenticidade, integridade e valor de contexto histórico, social, urbano – Etapa 2; 3º. Definição de critérios exigenciais de compatibilidade

quer funcional, quer técnica e de metodologias de intervenção de forma prévia a qualquer projeto. Pode justificar a não aceitação de condições normativas ou regulamentares desde que justificadas, reportando a necessidade de mais e melhor aplicação nesses instrumentos reguladores de resultados da investigação e de minimização do nível de intrusividade imposto por estes – Etapas 2 e 3; 4º. Definição da estratégia de projeto para garantir a durabilidade das soluções preconizadas e o quadro de exigências de manutenção e de regras de uso após intervenção – Etapa 3. 5º. Continuidade de uma monitorização e/ou acompanhamento após a intervenção.

Uma definição da estratégia de intervenção à priori da execução da obra e que aposte no conhecimento aprofundado prévio da construção a intervir é um contributo acessível e que deve ser partilhado.

Agradecimentos

A autora Alice Tavares agradece o apoio da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do seu Programa de Pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/113053/2015.



Figura 28 – Intervenção na caixilharia, reabilitando a existente

Figura 29 – Verificação da entrega das vigas para reforço das entregas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cancela, D.C.P., 2013. Comportamento higratérmico e monitorização de construções em adobe. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, UA - Universidade de Aveiro.

COSTA, A.; VARUM, H.; PEREIRA, H.; RODRIGUES, H.; VICENTE, R.; ARÊDE, A.; COSTA, A.A. (2007): "Avaliação experimental do comportamento fora do plano de paredes de alvenaria de adobe" - Atas do 5º seminário de Arquitectura de Terra em Portugal, Aveiro, 10 a 13 de Outubro de 2007.

DL n.º118/2013. Regulamento de Desempenho e Energético de Edifícios de Habitação. Diário da República, I Série - A, Decreto-Lei nº 118/2013, Agosto, Lisboa, 2013.

Katrakazis T., Heritage A., Dillon C., Juvan P. and Golfomitsou S. (2018). Enhancing research impact in Heritage Conservation. International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM). Studies of Conservation. Acesso 5 Novembro 2018: <http://www.tandfonline.com/10.1080/00393630.2018.1491719>

Mendes C. 2015. Simulação do comportamento térmico e energético de edifícios de adobe. Tese de mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, Portugal.

Meneses T, Vicente R, Costa A, Figueiredo A, Varum H, Soares N. 2010. Comportamento térmico de construções em alvenaria de adobe: ensaios experimentais sobre três células de teste à escala 1:4, VII Congreso de Tierra en Cuenca de Campos, Valladolid, Espanha.

RSECE, 2006. Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização nos Edifícios. Diário da República, I Série - A, Decreto-lei nº 79/2006, Abril, Lisboa, 2006.

RCCTE, 2006. Regulamento das Características de Comportamento Térmico de Edifícios. Diário da República, I Série - A, Decreto-lei nº 80/2006, Abril, Lisboa, 2006.

TAVARES, A.; COSTA, A.; VICENTE, R.; FONSECA, J. A construção dos que regressam do Brasil no século XIX (para o centro e norte de Portugal), Livro de Actas do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 14-17 Setembro, 2016, FAUP, PORTUGAL

Tavares, Alice; Costa, Aníbal (2018) Metodologia de Reabilitação de "Casas de Brasileiro do século XIX e XX" , PATORREB 2018 – 6ª Conferência sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios, POLI/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 4 a 6 de abril de 2018.

CAMARGO, M. J. Ecletismo e Modernismo na Arquitetura de Oswaldo Arthur Bratke, Actas do Colóquio Internacional Portugal Brasil África Urbanismo e Arquitetura do Ecletismo ao Modernismo. Caleidoscópio, FAUUSP, UAL, Casal de Cambra, Portugal. ISBN 978-989-658-236-4. 2013, pp. 91-95.

PEIXOTO P. T. Palacetes de Brasileiros no Porto (1850-1930) do estereótipo a realidade. Edições Afrontamento, Porto. ISBN. 978-972-36-1200-4. 2013



Experiência do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso¹

¹ Coordenadora Geral BRASIL – FIPA
Diretora IAB- Núcleo Campinas
Coordenadora Comissão Especial de Patrimônio Cultural CAU/SP
Coordenadora adjunta da Comissão UIA2020RIO – CAU/SP

A 5ª edição do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil / Portugal - FIPA, realizada em 2018 no Brasil, que aprofundou as discussões acerca do tema central do reuso sob o título “Todos os Mundos: Reuso do Patrimônio”, certamente já apontava para a necessidade de uma visão que ultrapassasse a ideia de fronteiras culturais e abrangesse o reconhecimento do multiculturalismo através do Patrimônio Arquitetônico. De fato, em seus seis anos de existência o FIPA tem se esforçado, em seu formato interdisciplinar e interinstitucional, em permitir um espaço de diálogo e de troca de informações relevantes para se pensar as condições técnico-científicas nas operações de restauro, conservação e reabilitação na agenda internacional. Mas não só, pois o escopo de tais debates sempre foi a salvaguarda da memória e da tradição do Patrimônio Arquitetônico que não perdesse de vista, pois, a essência da expressão das diversas culturas ao redor do mundo e ao longo da história, sobretudo mediante projetos contemporâneos que porventura tenham servido de exemplo para a realização das práticas de intervenção patrimonial (e, portanto, fomentado a pesquisa e o conhecimento científico).

Neste sentido, e dando continuidade anual ao convênio entre instituições brasileiras e portuguesas, o Fórum que contemporaneamente se realiza em Portugal no Mosteiro da Batalha neste ano de 2019, sob a égide da Preservação da Multiculturalidade no Patrimônio Cultural, implica na coerência de um debate que se empenha na continuidade da investigação, da operação e da própria educação frente ao Patrimônio Material e Imaterial, ações estas tão necessárias quanto urgentes nos dias atuais.

Afinal, se a multiculturalidade surge da necessidade de compreensão das diferentes nacionalidades e pertencimentos identitários no contexto de um alargamento das fronteiras produzido pela globalização, é preciso investir nas discussões e nas ações acerca da Multiculturalidade no Patrimônio a fim de também responder às questões que façam valer o pensamento democrático e o respeito pela diversidade cultural enquanto acesso aos direitos sociais e aos direitos humanos – uma vez que a questão do multiculturalismo se relaciona diretamente com a defesa da igualdade de todos perante a lei, de acordo com as democracias liberais que, ao menos teoricamente, figuram na maior parte dos atuais países por meio de meios legais, administrativos e financeiros. No contexto de uma compreensão integral e sistemática das diferentes identidades culturais responsáveis pela criação de nossa fortuna patrimonial, pois, o impacto da globalização na realidade social e individual, hoje em dia, não mais pode ser entendido através da análise isolada das tradições e história dos povos.

Esta consciência holística frente à proteção do Patrimônio Arquitetônico e Cultural sem dúvida nenhuma reflete uma postura

séria, regular e avançada das instituições organizadoras do 6º FIPA, que vêm trabalhando juntas já há algum tempo a fim de compartilhar uma evolução possível somente mediante a busca por parcerias sólidas empenhadas na preservação do Patrimônio. Portanto, ao chegar em sua 6ª edição internacional, o FIPA segue como exemplo de investigação dos modos de apropriação cultural – sobretudo no eixo histórico Portugal-Brasil – como forma de progresso das técnicas construtivas e arquitetônicas que representam dialeticamente os movimentos migratórios do passado enquanto modos multiculturais de conhecimento, apreciação e intervenção frente a um patrimônio que não pertence à História do homem, mas sim, em uma palavra, à Humanidade.

Para que as ações de restauro e conservação do Patrimônio Arquitetônico em Portugal e no Brasil continuem seguindo a trilha do Reuso, no contexto de um maior conhecimento e respeito frente à multiculturalidade presente em nossas vidas, pretendemos continuar dando nossa contribuição para o reconhecimento do Patrimônio Cultural que está na raiz de

nossas tradições e na base de nossa identidade. Ao lado das demais nações empenhadas no desenvolvimento da gestão e da promoção em torno da preservação do Patrimônio, O Brasil se prepara para receber o 27º Congresso Mundial de Arquitetos UIA-2020 na cidade do Rio de Janeiro, evento de máxima relevância no contexto da arquitetura mundial (promovido pela União Internacional dos Arquitetos-UIA e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB).

Junto ao UIA-2020 (Brasil), então, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto dos Arquitetos do Brasil e, finalmente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU SP) saúda os estimados amigos-irmãos portugueses em mais esta jornada importantíssima através da Preservação da Multiculturalidade no Patrimônio Cultural, desafio que somente superaremos de forma plena se soubermos apreciar nossa amizade histórica como maneiras múltiplas de intervir na preservação material e imaterial de nossa imanente irmandade multicultural.



Todos os mundos, um só mundo.

Sérgio Magalhaes¹

¹ Coordenador UIA2020 Brasil, Rio de Janeiro

Minha mãe dizia que era católica, mas acreditava no espiritismo. Penso que não é um exagero afirmar que essa duplicidade de códigos destinados ao entendimento do futuro e do sofrimento é parte das origens e da formação do Brasil. Roberto da Matta, antropólogo

Talvez possamos dizer que o Brasil moderno começa ao início do século XIX, quando em um piscar de olhos passamos de periferia a centro, de Colônia a Corte, sede de um Reino que abrangia grande parte do mundo.

Ainda que durando pouco mais de uma década, a experiência inédita de uma Corte europeia localizada nas Américas deitou profundas raízes, em especial em sua capital, a cidade do Rio de Janeiro.

Jardim Botânico, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes – e o primeiro curso superior civil do país implantado, o de Arquitetura, Pintura e Escultura – são frutos majestosos desse período lapidar.

Mas se o Estado brasileiro nasceu desse parto incomum, já herdara um patrimônio arquitetural e urbanístico de muita expressão. É notável o relatório da Viagem Filosófica realizada por Alexandre Ferreira durante dez anos, ao final do século XVIII, percorrendo a Amazônia brasileira e registrando incontáveis exemplares urbanísticos, pequenas e médias cidades, ao longo dos milhares de quilômetros percorridos em rios da região.

Esse mesmo século viu o desenvolvimento de importantes cidades, entre as mais ricas de seu tempo, como Vila Rica, Mariana, Tiradentes, São João d'El Rey, entre outras, no reduto aurífero das Minas Gerais.

Contudo, outras cidades tinham importante patrimônio arquitetônico desde o século anterior, como Olinda, Salvador da Bahia e Rio de Janeiro.

Enfim, o Império do Brasil herdou do Brasil Colônia um expressivo conjunto patrimonial distribuído em seu vasto território, em boa parte preservado graças à atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Iphan, fundado em 1938, que privilegiou esse período histórico.

Já o patrimônio arquitetônico construído ao longo de século e meio depois da Independência (1822) até à República do Estado Novo (1937-1945), em que prevaleceram os estilos neo-clássico e eclético, não teve o respaldo institucional preservacionista.



Perderam-se exemplares importantes até que revisão doutrinária mais recente deu outro rumo à questão. É simbólica a demolição do Palácio Monroe, edificação eclética de 1904, que foi sede do Senado da República, no Rio de Janeiro, demolido em 1976.

Não obstante, a multiplicidade do patrimônio histórico arquitetônico-urbanístico brasileiro é bastante expressiva e abrangente, indo do colonial de três séculos, passando pelo neo-clássico de Grandjean de Motigny e seus discípulos, pelo Art Nouveau, pelo Art Déco e chegando à grande expressividade do Moderno, de Niemeyer, Lucio, Reidy, Bernardes e tantos outros.

Com o monumental crescimento demográfico e urbano do país a partir dos anos 1950, uma outra realidade se apresenta. Aqui, os desafios urbanos e os resultantes decorrentes de grande desigualdade de renda assumem protagonismo inofismável.

É nesse contexto, rico em exemplares magníficos do patrimônio arquitetural de cinco séculos, e rico também em desafios comuns às cidades do mundo em desenvolvimento, que o Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, com o apoio de todas as entidades nacionais brasileiras da arquitetura e do urbanismo, propôs à União Internacional de Arquitetos, UIA, a realização, em 2020, no Rio de Janeiro, do 27º Congresso Mundial de Arquitetos RIO 2020 – o maior evento da arquitetura mundial, que deverá reunir mais de vinte mil arquitetos.

Todos os Mundos, Um Só Mundo, Arquitetura 21, é o tema do Congresso. Nesta sentença pretende-se dar visibilidade aos grandes desafios do espaço construído nesta nossa época.

Todos os mundos. Noção da diversidade e da multiplicidade das formas urbanas e dos modos de produção das cidades. As diferentes culturas. Cidades múltiplas, cheias de contrastes, de possibilidades, de desigualdades, e também de acertos. No Brasil, somos 175 milhões de urbanos, com 20 metrópoles;

duas megacidades interligadas territorialmente que formam um mundo urbano com 33 milhões de pessoas.

O Brasil apresenta arquiteturas-cidades que, de certo modo, ilustram as inúmeras possibilidades da arquitetura do século 21. Arquiteturas da pobreza das favelas e do dinamismo das favelas; dos ricos enclaves e da pobreza dos enclaves; do espaço público da interação e do espaço do monofuncionalismo. Novas cidades, velhas cidades.

Um só mundo. Noção de que nossas ações interessam a todos e sobre todos têm repercussão. Noção de finitude do planeta e de busca por sua preservação e sustentabilidade. Todos vivemos uma mesma era. As comunicações nos tornam instantâneos.

Todas as cidades: uma só cidade. O mundo é urbano. As cidades em rede – uma ágora planetária. Cultura e natureza em simbiose.

Arquitetura 21. Noção da arquitetura do século 21 como ação cultural em reconhecimento das diferenças e da multiplicidade bem como do global e do sistêmico.

A diversidade de modos de intervenção, a simbiose entre cultura popular e a dos arquitetos, a produção da nova cidade da tolerância e do reconhecimento das inúmeras contribuições e preexistências, a cidade que possa ser a resposta ao século do urbano – e que se pretenda ser, também, do respeito ao meio-ambiente e às futuras gerações.

Ao se estudar a Expressão da Multiculturalidade no Patrimônio Arquitetônico, como se propõe este 6º FIPA, o Brasil, e especialmente o Rio de Janeiro, convidam a comunidade acadêmica e profissional da arquitetura para esse encontro mundial que se dará em julho de 2020, tendo como rumo, justamente, essa dimensão de diversidade e simultaneamente de unidade.

Será um ano, o de 2020, em que ao longo dele a questão do espaço construído será colocada de modo privilegiado.



É que a cidade do Rio de Janeiro, por ser sede do Congresso Mundial, foi pioneiramente designada pela Unesco como Capital Mundial da Arquitetura.

RIO Capital Mundial da Arquitetura UNESCO 2020 tem uma ampla programação de eventos correlacionados, exposições, debates, workshops, conferências, festivais de cinema, de música, das artes em geral, concursos de arquitetura para estudantes e jovens profissionais, enfim, um rico painel dirigido ao diálogo arquitetura-sociedade. O objetivo é trazer para o interesse da população o debate sobre o destino de seu habitat.

Nesse esforço, penso que estará incluído o nosso 7º FIPA, elemento primoroso nesse colar intelectual que deseja produzir um espaço coletivo qualificado, respeitoso de suas heranças, propositivo para as futuras gerações.

Tanto o 27º Congresso Mundial como a programação do RIO Capital Mundial da Arquitetura UNESCO 2020 serão realizados no Centro Histórico do Rio de Janeiro. Importantes equipamentos culturais, expressivos de todos os períodos arquitetônicos de nossa história, aí localizados, receberão eventos relacionados ao Congresso e à Capital Mundial.

Entre esses equipamentos culturais, destacam-se exemplares da arquitetura colonial como o Palácio dos Vice-Reis, hoje museu do Paço Imperial, o Museu Histórico Nacional, antigo Arsenal de Guerra; exemplares da arquitetura neo clássica, como a Casa França Brasil, antiga Alfândega, projeto de Grandjean de Montigny; da arquitetura eclética ao tempo da implantação da República, como o Museu Nacional de Belas Artes, antiga Escola de Belas Artes, de Adolpho Morales de los Rios; e, finalmente, o mais expressivo edifício da arquitetura moderna brasileira, um ícone mundial do movimento moderno, o Palácio Capanema, antigo edifício do Ministério da Educação e Saúde, de autoria dos então jovens arquitetos

Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Jorge Moreira, Afonso Reidy, Carlos Leão e Ernani de Vasconcelos, sob risco original de Le Corbusier.

Retomo a epígrafe deste texto, em que o professor e antropólogo Roberto da Matta comenta a riqueza simbiótica entre culturas e entre crenças, típica de um Brasil da mistura, um país da multiplicidade e da unicidade em simultâneo, e que se expressa simbolicamente na representação arquitetônica mais singela.

Exemplifico com dois edifícios religiosos do interior do estado da Paraíba, nordeste brasileiro, ligados quase que umbilicalmente, registrados pela arquiteta Cristina Evelise em 2019. Centro Espírita Cabloco Oxóci e Igreja Nossa Senhora da Conceição (cuja imagem compartilha a capelinha frontal com a de Nossa Senhora das Graças), município de Cajá, Paraíba. Note-se a mescla de padroeiros no Centro Espírita, divindades supostamente indígenas, do camdomblê e santos da Igreja Católica.

A simplicidade construtiva de ambos não obscurece uma expressão do íntimo da brasilidade, segundo Roberto da Matta, em que os valores de um credo se misturam ao de outro, em sincretismo que demonstra como em Todos os Mundos podemos – e devemos – encontrar Um Só Mundo.

Se o Estado moderno surge diretamente da Colônia, sem transição, em resultado do ineditismo político português, e se hoje o Rio de Janeiro, de algum modo, pode representar os desafios das cidades em desenvolvimento, onde se incluem muitas daquelas produzidas pelo gênio e pelo discernimento lusitano em sua expansão do mundo colonial, quiçá possamos trazer para o RIO2020 um pouco dessa compreensão global, que reconhece a multiplicidade de razões e de histórias, a multiculturalidade, mas, igualmente, é capaz de traçar a unidade com que a nossa língua comum nos conforma.



A Multiculturalidade e o Patrimônio

Andrey Schlee¹

¹ Diretor DEPAM-IPHAN

Dois momentos devem ser resgatados para a compreensão inicial do tema da multiculturalidade e o Patrimônio no Brasil.

O primeiro, foi marcado pela promoção do Congresso Internacional das Raças¹, realizado na capital britânica em 1911. Evento que reuniu representantes de cinquenta países da Europa, América, África e Ásia. O objetivo da reunião era “discutir, à luz da ciência e da consciência moderna, as relações gerais existentes entre os povos do Ocidente e do Oriente, entre os assim chamados brancos e os povos de cor; com a intenção de encorajá-los a um amplo entendimento, com os mais amigáveis sentimentos e a mais saudável cooperação”². De um lado, o auge da política imperialista europeia, que potencializou conflitos raciais e antecedeu a Guerra Mundial de 1914; de outro, o Brasil republicano – 77 anos após a tardia abolição da escravatura e 26 antes da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Brasil esteve oficialmente representado pelos antropólogos do Museu Nacional, João Baptista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). Ambos preocupados com temas como a miscigenação e a identidade nacional. Lacerda participou ativamente nas sessões do Congresso que trataram da “Consciência moderna em relação à questão racial”, inclusive apresentando o trabalho *Sur le métis au Brésil* (Sobre os mestiços no Brasil), em que discutiu a miscigenação local, defendendo a tese do futuro branqueamento da população mestiça, nos seguintes termos: “a seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”³.

Passadas três gerações das afirmações de Lacerda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que, ao contrário do que defendido, entre 2012 e 2016, a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%. Há, no entanto, marcantes diferenças regionais na distribuição da população por cor ou raça, o que pode ser explicado pelo processo de ocupação do território. No Sul, 76,8% da população se declarou branca, 18,7% parda e apenas 3,8% preta. Por outro lado, na região Norte, 72,3% da população se declarou parda, 19,5% branca e 7,0% preta⁴.

Do trabalho apresentado por Lacerda em 1911, ainda vale destacar, em função de desdobramentos posteriores, duas das oito conclusões a que chegou: “... (4) O mestiço é inferior ao negro em resistência corporal e física, mas ele rivaliza frequentemente

¹ LACERDA, João Baptista. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n., 1912.

² Gustav Spiller citado por SOUZA, Vanderlei e SANTOS, Ricardo. O Congresso Universal de Raças em Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: v.7, n.3, pp.745-760, 2012.

³ LACERDA, João Baptista. Sobre os mestiços no Brasil. Primeiro Congresso Universal das Raças. Londres: 1911. Ver também SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil Branco. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: v.18, n.1, pp.225-242, 2011.

⁴ IBGE. População chega a 205,5 milhões com menos brancos e mais pardos e pretos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/03/2019.

com o próprio branco em Inteligência e aptidões técnicas e artísticas; (5) No Brasil, os mestiços ajudaram nas ações dos brancos para o progresso do país, e eles foram bem sucedidos ao se elevarem às mais altas posições na administração e na política...”⁵.

Como é possível facilmente constatar, a posição de Lacerda não estava em desacordo com a dos intelectuais de seu tempo, basta percorrer, por exemplo, a obra pioneira de Sílvio Romero (1851-1914). Em sua volumosa História da Literatura Brasileira (1888) já havia um capítulo introdutório sobre as “Raças que constituíram o Povo Brasileiro: o Mestiço”, no qual concluiu (como Lacerda, igualmente em tópicos numerados) que: “... (6) O elemento branco tende em toda o caso a predominar com a interação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia, que promete continuar; (7) Comparando-se o norte e o sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo consequências econômicas e políticas: ao passo que o norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no sul [...]; (8) O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do país [...]; (9) Se não o fizerem, as três províncias do sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que sua independência será inevitável; e (10) Como quer que seja, e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas”.

O segundo momento que deve ser resgatado para a

compreensão do tema da multiculturalidade e o Patrimônio no Brasil, está relacionado à produção intelectual de Mário de Andrade (1893-1945), particularmente no que diz respeito ao papel do “mulato” na formação da cultura nacional. Na condição de turista aprendiz, Mário Andrade promoveu uma série de viagens de descobertas pelo interior do Brasil em 1919, 1924, 1927, 1928 e 1929. Na primeira delas, buscava conhecer o poeta Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) e suprir a falta de informação e de documentação sobre a arte mineira. Resultou nas quatro crônicas publicadas na Revista do Brasil em 1920 (Arte religiosa no Brasil – Triunfo Eucarístico de 1733; A arte religiosa no Brasil – Arte cristã; A arte religiosa no Rio e Arte religiosa no Brasil – em Minas Gerais), e que originaram o clássico A arte religiosa no Brasil. Na última crônica, o autor sentenciou que Antônio Francisco Lisboa era o único artista brasileiro que considerava “genial, em toda a eficácia do termo”.

Provavelmente, a mais importante das viagens de Mário de Andrade foi a de 1924, durante a Semana Santa em Minas Gerais, quando esteve acompanhado da pintora Tarsila do Amaral (1886-1973), do escritor Oswald de Andrade (1890-1954), do poeta Blaise Cendrars (1887-1961) e da mecenas Olívia Guedes Penteado (1872-1934). Mário de Andrade esbravejou: “quanta obra de arte a se estragar!”¹¹. Tarsila do Amaral desejou estudar restauração para salvar as pinturas mineiras. Blaise Cendrars comprometeu-se em escrever sobre o Aleijadinho. E Olívia Penteado, juntamente com Paulo Prado (1869-1943), trataram de fundar a Sociedade

dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil – “para compensar, pela ação dos seus membros esclarecidos, a omissão da elite dirigente, do clero e do poder público”¹². Coube à Cendrars redigir, em maio de 1924, os estatutos da nova Sociedade¹³, cuja área de atuação seria: “a proteção e a conservação dos monumentos históricos do Brasil. Igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse (móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria, etc.)”¹⁴. A proposta previa a aprovação de lei federal para o inventário, a classificação e a conservação dos monumentos históricos. Bem como a possibilidade da legislação estender à proteção aos seguintes temas: “(c) paisagens, sítios e belezas naturais do país [...]; (d) arte popular sob todas as suas formas: pintura, esculturas, arte da mobília e caseira, músicas, canções e danças [...]; (f) arte culinária; (g) vestígios da arte indígena e por todas as manifestações dos negros; e (h) colecionar tudo o que concerne à Pré-história”¹⁵. Portanto, trata-se de uma proposta conceitualmente muito abrangente, que se antecipou, em 12 anos, às ideias desenvolvidas por Mário de Andrade no seu famoso anteprojeto de 1936; em 37 anos à lei da arqueologia; em 51, às discussões levantadas por Aloísio Magalhães e, em 76, ao tratamento dado ao patrimônio imaterial, conforme definido no Decreto nº 3.552, de 4 de agosto de 2000.

Paralelamente, Mário de Andrade continuou a coletar informações e documentos sobre o Aleijadinho, finalizando um primeiro e fundamental ensaio em 1928 (publicado em 1935, com o título de O Aleijadinho e sua posição nacional, e incorporado no volume XII de suas obras completas, Aspectos

das Artes Plásticas no Brasil, como título O Aleijadinho)¹⁶. No texto, muito além de um estudo biográfico, desenvolveu a tese de que uma arte da Colônia – portanto resultante da “coletividade colonial” – só apareceu a partir da segunda metade do século dezoito com uma inversão das relações de poder, ou seja, com “a posição burocrática e centralizadora da cidade do Rio de Janeiro, com a expansividade antimarítima das Minas Gerais, com a influência do homem colonial sobre a Metrópole e com a normalização do mestiço”¹⁷. Para Mário “a prova mais importante de que havia um surto coletivo de racialidade brasileira, está na imposição do mulato”¹⁸. Mestiços que brilharam nas artes plásticas e na música (como já percebido e anotado por Sílvio Romero e João Baptista de Lacerda), entre os quais, o mais importante foi o Aleijadinho. Ele “traduziria no próprio corpo e na sua psicologia a deformidade de nossa condição colonial, que, de modo totalmente anômalo, produzia artistas excepcionais sob a condição de homens sem raça. Ele é o signo magnífico da superação dos limites físicos, psicológicos e culturais”¹⁹.

Com a evocação dos dois momentos acima comentados, e que envolveram figuras emblemáticas, o que se pretende é ilustrar o estágio do pensamento racial nacional quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan) em 1937. De um lado temos um posicionamento racista e preconceituoso em relação aos negros (“O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e os vícios da raça inferior importada”²⁰). De outro, a “imposição do mulato” ou dos “sem raça”, na ótica andradeana – o que não representava um problema, pois havia a crença que a

⁵ LACERDA, João Baptista. Sobre os mestiços no Brasil. Primeiro Congresso Universal das Raças. Londres: 1911.

⁶ Com base nos dados do Censo 2010, o IBGE revela que a população indígena no país cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo atual. À época, os índios somavam 294 mil. O número chegou a 734 mil no Censo de 2000, 150% de aumento na comparação com 1991. Disponível em: <https://www.brasil247.com>. Acesso em: 09/03/2019.

⁷ ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

⁸ Publicado originalmente como crônica na Revista do Brasil, números 49, 50, 52 e 54, do ano de 1920. Ao longo das crônicas, o escritor paulista mostra-se um atento leitor de Manoel Querino e de Ricardo Severo.

⁹ ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento, 1993.

¹⁰ ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento, 1993.

¹¹ CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

¹² CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

¹³ Constam como membros do Comitê Diretor: Paulo Prado, Olívia Penteado e Oswald de Andrade.

¹⁴ CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

¹⁵ CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

¹⁶ ANDRADE, Mário de. Aspectos das artes plásticas no Brasil. São Paulo: Martins, 1965.

¹⁷ ANDRADE, Mário de. Aspectos das artes plásticas no Brasil. São Paulo: Martins, 1965.

¹⁸ ANDRADE, Mário de. Aspectos das artes plásticas no Brasil. São Paulo: Martins, 1965.

¹⁹ FERRAZ, Eucanaã. Mário de Andrade vê o Aleijadinho. In. Anais do Seminário Mário de Andrade e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1996.

²⁰ LACERDA, João Baptista. Sobre os mestiços no Brasil. Primeiro Congresso Universal das Raças. Londres: 1911.

mestiçagem brasileira seria transitória, uma vez que, em função do processo genético de branqueamento da população, e com o apoio da imigração alemã e italiana, o futuro seria branco.

Do anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio (sem o Histórico) Artístico Nacional, elaborado por Mário de Andrade em março de 1936²¹, constava, entre outras categorias, a possibilidade de proteção, via tombamento, das “obras-de-arte patrimoniais” classificadas como “arte ameríndia” (objetos, monumentos, paisagens e folclore ameríndio) e “arte popular” (objetos, monumentos, paisagens e folclore). Como é possível perceber, já não há, como na proposta redigida por Blaise Cendrars, uma referência explícita aos bens culturais produzidos pelos negros (“vestígios da arte indígena e por todas as manifestações dos negros”). O mesmo ocorreu com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Em entrevista concedida ao jornal O Globo, em outubro de 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), futuro presidente do Sphan, apresentou uma espécie de pré-programa do que imaginava caberia ao Serviço realizar: (1) Proteger “a tudo que fala de nossa vida de povo e traduz o sentimento artístico de nossa gente desde o seu primitivismo até as fases mais adiantadas de sua evolução”; (2) Reconstruir os “traços da existência da raça negra no Brasil”; (3) Contar “as distantes nascentes da raça” e recolher “o material que se refira à existência das antigas gentes que estiveram em nosso país antes que o mundo o conhecesse [...]”²². No entanto, quando da publicação do Decreto-Lei nº 25, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tais conteúdos tornaram-se invisíveis, já que a legislação federal assumiu, para fins de proteção, o conceito de bens vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, possuidores de “excepcional

valor”.

A partir de 1938, o Iphan passou a proteger bens culturais em todo o país, atingindo em 2018, um total de 1265 tombamentos, dos quais 935 (74%) correspondem a bens isolados, 259 (20%) a conjuntos de bens e 71 (6%) a bens integrados. Dos 935 bens isolados, 436 são edificações, 389 são edificações com acervos, 46 são equipamentos urbanos, 34 são edificações arruinadas e 28 obedecem a outras tipologias. Dos 259 conjuntos, 83 são urbanos, 32 são rurais, 87 são arquitetônicos, 27 dizem respeito a acervos e coleções e 30 respondem a outras tipologias.

Do ponto de vista da distribuição regional, os números demonstram um grande desequilíbrio. Dos 1265 tombamentos, 581 (46%) são de bens localizados na região Sudeste, 423 (33%) no Nordeste, 146 (12%) no Sul, 69 (5%) no Centro Oeste e 45 (4%) no Norte. Os estados com maior número de tombamentos são o Rio de Janeiro (244), Minas Gerais (208), São Paulo (115) e Bahia (94). E os com menor número são Amapá (2), Tocantins (2), Acre (2) e Roraima (1).

Já do ponto de vista da “multiculturalidade”, o desequilíbrio fica ainda mais evidente. O patrimônio nacional protegido é branco, mesmo que, muitas vezes, tenha sido executado com mão de obra indígena ou negra.

O patrimônio cultural material dos povos indígenas está restrito a oito tombamentos, incluindo o emblemático reconhecimento dos “Lugares sagrados denominados Kamikueaká e Sagihenku, no Alto Xingu (MT); mas também, o impactado Sambaqui do Pindahy, São Luís (MA); a série de remanescentes das Missões Jesuítico-Guarani do Rio Grande do Sul, reconhecidos por seus valores históricos ou de belas artes, e não etnográficos; e o Memorial dos Povos Indígenas, Brasília

(DF), protegido no contexto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Há, ainda, pelo menos cinco acervos tombados com artefatos indígenas, como a importante coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA).

O patrimônio cultural material dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, está um pouco melhor representado, mas muito aquém de sua real importância. São 11 terreiros tombados, 3 acervos e 2 quilombos: Remanescentes do Quilombo do Pai Ambrósio (MG) e a Serra da Barriga ou Quilombo dos Palmares (AL) – igualmente considerado Patrimônio Cultural do Mercosul. Há, também, uma série de bens protegidos que são referenciais às comunidades de matriz africana, como a Igreja do Rosário dos Pretos, em Salvador (BA), sede da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos do Pelourinho, uma das primeiras confrarias de negros do Brasil (1685). Vale lembrar que o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro (RJ) – inscrito na lista do Patrimônio Mundial – não se encontra tombado, mas protegido nos termos da Lei nº 3.924 de 1961.

Se o critério para a análise for funcional, vamos verificar que dos 564 bens religiosos tombados (45% do total) – objetos de culto, conventos, templos, igrejas, terreiros, capelas, passos, santuários, cemitérios, etc. – 398 templos são de origem Católica Apostólica Romana e 11 correspondem à religiões de matriz africana. São eles: o Terreiro Casa das Minas Jeje, São Luís (MA), o Terreiro Culto aos Ancestrais - Omo Ilê Agbôulá, Itaparica (BA), o Terreiro da Casa Branca, Salvador (BA), o Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, Salvador (BA), o Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré, Salvador (BA), o Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyemassé, Salvador (BA), o Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji, Salvador (BA), o Terreiro do Axé Opô Afonjá, Salvador (BA), o Terreiro Sítio Pai

Adão, Recife (PE), o Terreiro Tumba Junsara, Salvador (BA) e o Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), Cachoeira (BA).

Na linha do discurso de Sílvio Romero, é possível afirmar que o chamado “patrimônio da imigração” está melhor representado, nos livros do tomo do Patrimônio Nacional, do que o “indígena” ou o “africano”. Dos 1265 tombamentos, 49 estão diretamente relacionados aos processos de migração: 29 bens são identificados como alemães, 13 como japoneses e 3 como italianos – neste caso, incluindo núcleos urbanos como Antônio Prado (RS), com 47 bens protegidos.

Para tentar enfrentar tal situação, reconhecer a multiculturalidade e buscar tornar o Patrimônio Nacional mais próximo da diversidade cultural que caracteriza o Brasil, em 17 de agosto de 2018, por meio da Portaria nº 375, foi instituída a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. O documento, além de princípios, premissas e objetivos gerais aplicáveis à preservação dos bens materiais móveis e imóveis, definiu uma série de diretrizes para os processos institucionais, incluindo os de reconhecimento e proteção. No entanto, a Política destinou espaço específico para os temas relacionados ao patrimônio material dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Como principal avanço, o Iphan reconheceu que tais povos tem o “direito de definir suas próprias prioridades em processos que envolvam a preservação de seu patrimônio cultural material, o que implica no consentimento livre, prévio e informado das comunidades diretamente interessadas”²³. Assim, o Iphan pretende, em constante diálogo e permanente construção com o cidadão, definir políticas próprias, capazes de garantir o pleno cumprimento da Constituição Federal, transferindo o protagonismo da preservação, do Estado para o Sujeito.

²¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista. In. Rodrigo e o Sphan. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-memória, 1987.

²² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista. In. Rodrigo e o Sphan. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-memória, 1987.

²³ IPHAN. Portaria nº 375, de 17 de agosto de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.



Rota do Românico – Uma paisagem cultural assente na valorização multicultural

Rosário Correia Machado¹, Ricardo Magalhães²

¹ Diretora da Rota do Românico

² Rota do Românico

Em 1998 inicia no território do vale do Sousa um projeto de desenvolvimento territorial assente no seu valioso património arquitetónico de origem românica, que em 2010 alarga a todas as terras dos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega, no coração do Norte de Portugal. Esta riqueza esteve na génese do projeto da Rota do Românico, hoje um itinerário estruturado que leva os visitantes à descoberta de mais de meia centena de elementos patrimoniais, desde mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, edificados sobretudo entre os séculos XII e XIV. Uma experiência fundada na História que envolve toda uma comunidade e que lhe dá um sentido de pertença e de consciência de que resulta de um alargado legado de tempos culturais fundamentais para a construção da sua identidade.

Para a Rota do Românico estar associada ao VI Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil é, uma vez mais motivo de honra, pelo caminho percorrido, pela assunção da importância em fazer parte de um conjunto de instituições que dedica, também, o seu trabalho à partilha e reflexão de temas de crucial importância para todos - o património arquitetónico.

Ao longo de duas décadas de desenvolvimento e dinamização a Rota do Românico continua a ter como pilar fundamental a noção da estreita ligação entre o território físico e o território humano, agregado na transformação temporal e cultural numa paisagem milenar. Surge assim este novo olhar da Rota do Românico como paisagem cultural no seu todo. Uma paisagem cultural que reflete as interações entre homem e natureza, tendo como produto uma realidade física, uma construção social ou cultural.

Com a introdução da avaliação das “paisagens culturais” no seio das Convenções do Património Mundial, a leitura enquanto paisagem cultural teve importantes efeitos na interpretação, apresentação, e gestão dos territórios, conduziram a uma melhor perceção dos seus valores nas comunidades locais, muitas vezes devolvendo (ou criando) orgulho, permitindo o reviver e o reabilitar de património ancestral. Por vezes fez despontar novos problemas e perigos, como o turismo intrusivo e desregulado, assim como processos de desenvolvimento urbano descontrolados. Em outros casos conduziu as comunidades para modelos sustentáveis no usos dos solos, criando economias locais que integraram os processos agrícolas tradicionais e fazendo reviver as artes e os ofícios. A qualidade das paisagens transforma e são transformadas pelas suas gentes. Os processos de gestão e dinamização da Rota do Românico têm vindo a tomar esta realidade em conta, através das suas diversas áreas de intervenção, designadamente com a qualificação do património histórico edificado, com a sua salvaguarda e proteção, com a produção de conhecimento, não só do edificados mas do imaterial, pelo envolvimento da comunidade e da comunidade escolar e, de forma mais visível com a dinamização do produto turístico.

Assumindo que é no desenvolvimento de estratégias de intervenção compatíveis com a valorização da multiculturalidade no Património Arquitectónico que se valoriza e se torna sustentável um território, é da apresentação de um território composto por camadas históricas distintas mas contínuas que se constrói o processo de humanidade.



Diálogos transatlânticos: intercâmbios na preservação do patrimônio arquitetônico e urbano entre Brasil e Portugal

Nivaldo Vieira de Andrade Junior¹

¹ Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Há 84 anos, em 12 de abril de 1935, o jornal brasileiro *A Noite* anunciava que o arquiteto português Raul Lino estava a “caminho do Brasil, atendendo ao honroso convite do colega brasileiro Sr. Morales de los Rios, em nome do Instituto Central dos Architectos do Brasil, da Sociedade Brasileira de Bellas Artes, do Instituto Paulista de Architectos e do Instituto Histórico de Ouro Preto” (apud ANDRÉ, 2012).

A vinda de Raul Lino – o principal estudioso da arquitetura tradicional portuguesa – ao Rio de Janeiro, a convite das instituições que então promoviam a arquitetura neocolonial, como a Sociedade Brasileira de Bellas Artes, presidida por José Marianno Filho, demonstram as aproximações existentes já àquela época – um ano antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (SPHAN) – entre os defensores da tradição arquitetônica no Brasil e em Portugal.

Dois anos depois da visita de 1935, quando teve a oportunidade de conhecer pessoalmente o arquiteto Lucio Costa, Lino escreveria que o arquiteto brasileiro:

“não quer ouvir falar de tradição; isto é – parece querer confundir tradição morfológica na obra dos arquitetos com tradição espiritual na obra dos homens, e observa que nós europeus estaríamos fartos de uma herança que nos oprime (...) No que eu não concordava por fim era com o conformismo do meu esclarecido colega quanto à ‘evolução da técnica construtiva, à sombra da evolução social, ambas condicionadas pela máquina’ (...) Ficamos secos de tanto racionalismo!” (apud ANDRÉ, 2012)

A partir de 1930, Lucio Costa – antes um adepto da arquitetura neocolonial – se afasta radicalmente deste movimento e passa a adotar a arquitetura moderna e a ter Le Corbusier como sua principal referência. A partir de 1937, com a estruturação do SPHAN, e até 1972, quando se aposenta, Costa assume o papel de Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos e, confrontando a afirmação de Lino de dois anos antes, estuda a arquitetura tradicional brasileira, que terá grande influência na sua própria produção projetual.

Figura central nos primeiros trinta e cinco anos de existência do SPHAN, Costa realizou duas visitas a Portugal, em 1948 e 1952, para pesquisar a arquitetura da antiga colônia e, assim, compreender melhor o patrimônio edificado brasileiro. Como observa sua filha, a arquiteta Maria Elisa Costa:

O estudo sistemático da arquitetura colonial brasileira no SPHAN, e o conseqüente interesse pela arquitetura portuguesa, erudita e popular, teve início em 1937, mas o primeiro contato ao vivo de Lucio Costa com nossa matriz lusitana só aconteceu

em 1948 – ano em que viajou a Portugal de norte a sul, de carro, com a mulher, Leleta, e as duas filhas [...], sem registros desenhados ou fotográficos [...].

Quatro anos depois, em 1952, voltou a percorrer o país, do Minho ao Algarve, só que dessa vez sozinho, e com uma “câmera na mão” transfigurada em lápis, registrando no papel, ao vivo, o seu olhar [...] (COSTA, 2013, p. 11-12)

As viagens a Portugal e o conhecimento da arquitetura popular lusitana permitem a Costa compreender melhor a arquitetura tradicional brasileira, que tem seu embrião naquela:

Ao entrar no país certa vez por Bragança divisei do alto da serra ao crepúsculo, no fundo do vale, os telhados do casario a fumar, associando então a tal costume a ausência de puxados ou cozinhas nos exemplares mais puros das casas seiscentistas preservadas em São Paulo [...].

É interessante assinalar que esse esquema foi o embrião da casa rural brasileira. E não só a rural como também a de arrabalde, até fins do século XIX [...]. Assim, pois, de certo modo, tudo se entrosa – a oca indígena, a casa trasmontana, a casa chamada do “bandeirante”, a casa da fazenda, a casa de arrabalde, a casa urbana de bairro.

Há certa tendência a considerar imitações de obras reinóis as obras e peças realizadas na colônia. Na verdade, porém, são obras tão legítimas quanto as de lá, porquanto o colono, par droit de conquête, estava em casa, e o que fazia aqui, de semelhante ou já diferenciado, era o que lhe apetecia fazer – assim como ao falar português não estava a imitar ninguém, senão a falar, com sotaque ou não, a própria língua. (COSTA, 1995, p. 454, grifos nossos)

Diversos historiadores da moderna arquitetura portuguesa já destacaram a repercussão, em Portugal, do catálogo da exposição Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942,

montada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) em 1943. Nuno Teotônio Pereira, que teria sido o primeiro português a “descobrir”, em 1945, este catálogo, “destaca com frequência a paridade com que [nele] são tratadas a arquitetura do passado e a arquitetura do seu tempo. Esta particularidade terá surpreendido bastante os portugueses” (MILHEIRO, 2013, p. 134). Nas palavras de Pereira,

Normalmente, os livros e revistas que nós recebíamos com arquitetura moderna não ligavam nenhuma à arquitetura do passado. Eram realidades opostas. Brazil Builds desmente isso: na mesma publicação, na mesma exposição do MoMA, aparecem essas duas realidades. Isso foi de facto uma surpresa e mostrou que o que é importante em arquitetura é a autenticidade, a consonância com o tempo. (apud MILHEIRO, 2013, p. 134).

Sobre esse paralelismo, em terras lusitanas e brasileiras, da busca por conciliar o moderno e a tradição, Ana Vaz Milheiro escreveu:

[...] em 1949, o Brasil transformou já a cultura moderna numa forma enraizada de expressão local, o que será, em última análise, o objetivo da cultura portuguesa, principalmente com Fernando Távora. Lucio Costa inicia o processo com o Museu das Missões, construído no estado do Rio Grande do Sul, projecto de 1937. O edifício gera um outro moderno, espiritualmente ligado ao antigo a partir do modo como a lógica elementar e planar moderna se resolve com materiais encontrados naquele lugar. [...] a relação com Lucio Costa é parte fundamental da ligação entre as duas culturas [...]. (MILHEIRO, 2013, p. 145)

Milheiro destaca a influência de Lucio Costa na arquitetura portuguesa, especialmente entre o grupo de arquitetos portugueses liderado por Fernando Távora. Álvaro Siza, por exemplo, caracterizará Lucio Costa como representante de

“um pensamento muito ligado à continuidade histórica e à arquitetura portuguesa barroca” e destacará que:

A presença do Brasil é muito forte na minha geração. Quando estava a iniciar o curso, em 1940/50, apareceu em força a divulgação da arquitetura brasileira. [...]

Oscar Niemeyer [influenciou-nos] a um ponto tal que mudamos a maneira de desenhar e o estilo de apresentação na Escola de Belas-Artes do Porto: os pilares eram pontos nos desenhos da época. Depois aparece o Távora com o Brazil Builds. Por isso fui a Ouro Preto e a Mariana, uma parte do Brasil que não conhecia. E, em Belo Horizonte, vi as obras do Niemeyer e evidentemente a Pampulha. (apud MILHEIRO, 2013, p. 146)

Outra importante referência brasileira para os arquitetos portugueses preocupados em produzir uma arquitetura moderna e original porém, ao mesmo tempo, vinculada ao local será Oscar Niemeyer, para quem Pereira escreveu, em 1947:

Contemplamos com orgulho de irmãos a marcha irresistível – e triunfal do vosso movimento renovador, com obras cada vez mais numerosas e perfeitas, criando uma Arquitetura bem autêntica – e por isso mesmo original – ligada ao Povo, enraizada na Terra e compassada à Época. (apud MILHEIRO, 2013, p. 150)

Se, no Brasil, Lucio Costa e outros arquitetos modernos vinculados ao SPHAN compreenderam, a partir do final dos anos 1930, que a tradição colonial poderia ser a referência para uma arquitetura moderna, não de modo mimético mas conceitual (ou “espiritual”, como registra Milheiro), em Portugal será a monumental experiência do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, iniciado em 1955 e publicado como *Arquitetura Popular em Portugal*, em dois volumes, em 1961 (AA.VV., 1961), que buscará “a autenticidade como

lição e como argumento para fazer arquitetura contemporânea em Portugal”, conforme depoimento de Nuno Teotônio Pereira (apud MILHEIRO, 2013, p. 148), membro de uma das seis equipes regionais conformadas para proceder ao levantamento e que contou ainda com nomes como Keil do Amaral e Fernando Távora, dentre muitos outros.

A ação pioneira do SPHAN, em escala global, na preservação da arquitetura moderna brasileira, iniciada com o tombamento, em 1947, da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha de Oscar Niemeyer, cuja construção havia sido concluída apenas quatro anos antes, provocou grande impacto em Portugal, a ponto de, muitos anos depois, Távora registrar que este reconhecimento

pôde confirmar, pela primeira vez, que a qualidade patrimonial e a antiguidade não precisavam estar necessariamente associadas e que a modernidade de uma prática arquitetônica não era incompatível com a prática da recuperação. Ambas se complementam. (TÁVORA, 2003, p. 11-12)

Sara Reis, em sua dissertação de mestrado que identifica “pontos comuns” entre Fernando Távora e Lucio Costa, observa que, nas obras do primeiro concebidas à época da realização do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, especialmente no Mercado de Vila da Feira (1954-59) e na Casa de férias em Ofir (1957-58), já se explicitava uma tentativa de miscigenar os valores locais que conduziram, nas palavras do próprio Távora, “a uma evolução da arquitetura moderna com capacidade de identificação com o tradicional (...)”. Resumindo a minha postura, o problema era procurar aquilo que eu chamaria uma arquitetura realista.” (apud REIS, 2017, p. 137).

Por caminhos distintos, porém entrelaçados – ou mesmo espelhados –, tanto no Brasil, através da figura de Costa, quanto em Portugal, por meio de Távora, o estudo da arquitetura

tradicional serviu de referência para a produção da arquitetura do presente, e os protagonistas da produção arquitetônica do presente eram os mesmos encarregados de registrar e, em alguns casos, proteger, o patrimônio do passado. Em Portugal e no Brasil dos anos 1950, tradição e modernidade se aproximam de um modo singular, que encontra paralelos apenas na Itália. Ou, como escreveu Ana Vaz Milheiro (2013, p. 150), em meados do século XX, em Portugal e no Brasil “Modernidade, História e Tradição entrecruzam-se nas suas diferenças e particularidades, impondo-se enquanto valores universais.” (MILHEIRO, 2013, p. 150)

Outros dois arquitetos nascidos no Norte de Portugal na década de 1910 contribuiriam direta e intensamente para a preservação do patrimônio cultural brasileiro na segunda metade do século XX, em situações bastante diversas.

Alfredo Evangelista Viana de Lima, nascido em Esposende em 1913, foi um dos mais importantes arquitetos modernos portugueses e também um renomado especialista no campo da preservação do patrimônio.

Embora nunca tenha residido no Brasil, sua relação com o país foi intensa e sua contribuição para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, de grande relevância: a partir de 1968, Viana de Lima realizará sucessivas missões na antiga colônia lusitana, na condição de consultor da Unesco.

As duas primeiras missões, em 1968 e 1970, tiveram como objeto a cidade de Ouro Preto; os estudos se estendem até 1972, quando Viana de Lima apresenta um plano diretor para a cidade, nunca implementado. Em 1972, realiza mais uma missão no Brasil, desta vez elaborando relatórios para as cidades históricas de São Luís e Alcântara, no Maranhão. Em 1973/1974, retorna a Ouro Preto e, em 1977, “analisa, sob a ótica do turismo, quatro cidades localizadas no Nordeste do

Brasil: São Cristóvão e Laranjeiras, no Estado de Sergipe, e Penedo e Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas.” (RAMOS & MATOS, 2008, p. 05). Por fim, em 1983, realiza sua última missão ao Brasil, tendo como objeto o Forte Príncipe da Beira, no Estado de Rondônia, com patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Sobre as cidades históricas brasileiras como Ouro Preto, Laranjeiras ou São Luís, Viana de Lima escreveu, em 1984, que em todos os casos encontram-se as “origens e traços fisionômicos de uma influência de portugueses e de outros povos: o uso dos materiais e da forma, o emprego da cor, a guarnição de vãos, os beirais, a marcação de cunhais e de socos.” (apud RAMOS & MATOS, 2008, p. 06)

Viana de Lima foi ainda professor das duas primeiras edições do Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, realizados na Universidade de São Paulo, em 1974, e na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, em 1976. Sua relação com a cultura arquitetônica brasileira contempla ainda a colaboração com Oscar Niemeyer em dois projetos realizados pelo arquiteto brasileiro em Portugal, em meados da década de 1960: o Plano de Urbanização da Pena Furada, no Algarve, em 1965, e o Casino Parque Hotel, na Ilha da Madeira, em 1966.

Quatro anos mais jovem que Viana de Lima e nascido em Póvoa de Varzim em 1917, o arquiteto Delfim Amorim graduou-se, como o primeiro, na Escola de Belas Artes do Porto e, assim como ele, foi um dos fundadores da Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM). Radicado no Recife de 1951 até seu falecimento precoce, em 1972, Amorim foi autor de algumas das obras mais importantes da arquitetura moderna no Recife e formou diversas gerações de profissionais como professor do Departamento de Arquitetura da Universidade

Federal de Pernambuco. Além disso, Amorim – naturalizado brasileiro em 1956 – colaborou intensamente com o IPHAN, emitindo pareceres sobre intervenções em bens protegidos, como a Ponte da Boa Vista, em Recife, ou no entorno de monumentos como o Mosteiro de São Bento de Olinda, a Igreja dos Martírios em Recife e a Igreja e Convento de São Francisco de João Pessoa. (IAB-PE, 1981)

Hoje, duas das principais obras de Amorim localizadas em Recife são protegidas pela legislação municipal: os edifícios residenciais Acaiaca (projeto em parceria com Lucio Estellita) e Barão do Rio Branco, construídos respectivamente em 1957 e em 1969, foram declarados Imóveis Especiais de Preservação (IEP) pela Prefeitura do Recife, em 1997. Estas duas edificações – e, de resto, a obra de Amorim em geral – se caracterizam pela adoção de azulejos, com motivos modernos, no recobrimento de grandes panos de suas fachadas.

Por fim, é preciso lembrar que a arquitetura de boa qualidade produzida hoje provavelmente será, em futuro próximo, patrimônio reconhecido a ser preservado. E também na construção do patrimônio brasileiro do futuro os arquitetos portugueses têm contribuído.

A sede da Fundação Iberê Camargo, inaugurada em 2008 em Porto Alegre, no extremo sul do Brasil, é uma obra-prima concebida e cuidadosamente detalhada por Álvaro Siza, o mais importante arquiteto português da atualidade. Este museu demonstra a capacidade de Siza em manter o caráter singular de sua produção e, ao mesmo tempo, se impregnar de referências à tradição e à cultura local – no caso, a arquitetura moderna brasileira. Se o volume impecavelmente branco da Fundação é um elemento recorrente na produção arquitetônica de Siza, as três passarelas em balanço que se contrapõem às curvas da fachada nordeste do museu

– “braços cataclísmicos estendendo-se pelo tórax de uma forma grávida”, nas palavras de Kenneth Frampton (2008, p. 93) –, citam diretamente as obras de Oscar Niemeyer e o projeto do SESC Pompeia (1977-1986), em São Paulo, de Lina Bo Bardi. Ou, como constatou Jorge Figueira (2008, p. 136):

A Fundação Iberê Camargo é brasileira mesmo se o edifício não se ‘levanta’ do chão, nem se ‘abre’ para a paisagem. De fato, a arquitetura portuguesa, mesmo quando é expansiva e moderna, tem sempre uma inércia telúrica, gosta da terra e não cede facilmente ao apelo da ‘transparência’. É essa a diferença que Siza imprime na vênua que faz à arquitetura moderna brasileira.

Este diálogo transatlântico entre Brasil e Portugal encontra seu reflexo do outro lado do Atlântico no projeto elaborado em Portugal por Paulo Mendes da Rocha, o mais importante arquiteto brasileiro vivo: o Museu dos Coches, nos Jardins de Belém, em Lisboa, inaugurado em 2015.

Parafraseando o samba de Noel Rosa de 1933, sabemos, no Brasil, desde 1937, que o patrimônio cultural nacional “é brasileiro, já passou de português”. Nosso patrimônio é português, mas também é africano, de diversas tradições, e alemão, japonês, italiano ... Sendo o Brasil um país caracterizado pela miscigenação de culturas, o nosso patrimônio cultural não poderia deixar de ser multicultural.

Entretanto, e felizmente, a contribuição portuguesa se fez sentir, ao longo dos últimos oitenta anos, nas políticas e ações de salvaguarda do nosso patrimônio, em todo o país, de Ouro Preto ao Recife, como procuramos demonstrar neste texto. Neste sentido, a iniciativa de realizar os Fóruns Internacionais Patrimônio Arquitetônico Brasil e Portugal, já em sua sexta edição e caminhando para a sétima, mostra-se de grande

relevância, e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – sucessor do Instituto Central dos Architectos que organizou a vinda de Raul Lino ao Brasil em 1935 – se orgulha profundamente de ter sido um dos idealizadores e promotores destes Fóruns, desde a sua primeira edição, em outubro de 2014, em Campinas, por iniciativa do Núcleo de Campinas do IAB, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Universidade de São Paulo, pelo Brasil, e das Universidades do Aveiro e do Porto, por Portugal.

Igualmente, consideramos importante que a próxima edição, a sétima, seja realizada no Rio de Janeiro, em 2020, como parte da programação elaborada pelo IAB e pela Prefeitura carioca para o Rio Capital Mundial da Arquitetura Unesco/UIA.

Referências bibliográficas:

ANDRÉ, Paula. Arquitecturas e cidades devoradas entre Portugal e o Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 148.00, Vitruvius, set. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4501>>.

AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Architectos, 1961. 2 v.

COSTA, Lucio. *Tradição local*. In: COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 451-454.

COSTA, Maria Elisa. *Introdução: Os bloquinhos de Portugal*. In: PESSÔA, José; COSTA, Maria Elisa (Orgs.). *Bloquinhos de Portugal: a arquitetura portuguesa no traço de Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Funarte, 2013. p. 11-15.

FIGUEIRA, Jorge. *Um mundo coral*. In: KIEFER, Flávio (Org.). *Fundação Iberê Camargo*. Álvaro Siza. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 126-136.

FRAMPTON, Kenneth. *O museu como labirinto*. In: KIEFER, Flávio (Org.). *Fundação Iberê Camargo*. Álvaro Siza. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 90-105.

IAB-PE. *Delfim Amorim, arquiteto*. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1981.

MILHEIRO, Ana Vaz. *A tradição em Brazil Builds e o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. In: FERNANDES, José Manuel; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan (Coord.). *Portugal, Brasil, África: Urbanismo e Arquitectura – Do Ecletismo ao Modernismo*. Actas do Colóquio Internacional organizado pela UAL com a FAU-USP, realizado em Lisboa em 29 e 30 de novembro de 2012. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio; Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; São Paulo: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2013. p. 132-153.

PESSÔA, José; COSTA, Maria Elisa (Orgs.). *Bloquinhos de Portugal: a arquitetura portuguesa no traço de Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Funarte, 2013.

RAMOS, Tânia Beisl; MATOS, Madalena Cunha. *Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil*. In: *Anais do 2º Seminário DOCOMOMO N/NE*. Salvador: Faculdade de Arquitectura – Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.docomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf>. Acesso em 09 de abril de 2019.

REIS, Sara Silva. *Fernando Távora e Lucio Costa, pontos comuns*. 2017. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura – Universidade do Porto, Porto, 2017.

TÁVORA, Fernando. *Una nueva modernidad*. In: GALLEGO ROCA, Javier (ed.). *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Granada: Universidad de Granada, 2003. p. 11-12.



Metodologia de intervenção para o Património edificado das Fazendas de café e açúcar do Brasil e das “Casas de Brasileiro” em Portugal

Alice Tavares¹, Maria Rita Amoroso², Aníbal Costa¹

¹ RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro

² Instituto dos Arquitetos do Brasil, Conselho dos Arquitetos do Brasil, SP

Palavras chave: Fazendas, Casas de Brasileiro, sustentabilidade cultural e patrimonial

1. Introdução

O Património edificado do século XVIII e XIX com ligação entre Portugal e o Brasil apresenta as suas melhores expressões nas Casas Grandes e palacetes das fazendas, nomeadamente das de café e açúcar, construídas no Brasil por Portugueses que, entretanto, se radicaram aí, Figura 1.

Por outro lado, seguindo as flutuações de migração durante este período, regressaram do Brasil, Portugueses que trouxeram uma capacidade económica considerável para a época e para os locais de retorno, construindo as suas grandes habitações conhecidas por “Casas de Brasileiro”, em locais centrais ou de destaque na paisagem urbana ou rural.

Esta investigação procurou refletir sobre a necessidade de proteção e de medidas criteriosas de intervenção dirigidas a este Património, procedendo-se a uma análise e enquadramento deste Património no contexto internacional de orientações estratégicas desenvolvidas pela UNESCO, pelo ICOMOS e pelo Conselho da Europa, para o Património em geral. Com base nesta reflexão apresenta-se uma proposta de metodologia de projeto para as intervenções de reabilitação dedicada a este Património, que sustente as premissas de salvaguarda da autenticidade e integridade, aspetos cruciais para a sustentabilidade cultural e patrimonial deste legado histórico que une os dois países.

2. A importância do Património edificado construído por migrantes, entre o Brasil e Portugal

As Casas Grandes e palacetes de fazendas, bem como as Casas de Brasileiro têm como aspeto comum, na sua maioria, a procura da considerada boa arquitetura da época, entendido o Eclétismo como a súpula de características que respondiam a



Figura 1 – Palacete de Fazenda em Campinas, Brasil

este propósito, bem como a procura da boa construção e dos bons materiais. Efetivamente, era procurado em cada região os melhores construtores e os melhores materiais, nem que para isso se tivesse de importar, no caso do Brasil, importar materiais Europeus incluindo Portugueses, ou no caso das construções em Portugal, importar do Brasil, dos Estados Unidos e de países nórdicos, sobretudo madeiras de boa qualidade. Estas grandes casas apresentam ainda aspetos que representam na atualidade uma mais-valia:

- a. Sintetizam modos de vida e de representação da estrutura social do habitar, explícitos na organização espacial e no estilo da arquitetura;
- b. Procuram ser marcos no território e têm com grande frequência uma inserção na paisagem com objetivos próprios. A ligação entre parte construída e parte natural é um objetivo, incluindo uma construção da parte natural com propósitos de definição de percursos exteriores de acesso à Casa ou a edifícios anexos, bem como de áreas de lazer ou de trabalho na envolvente à Casa, que pode ultrapassar o contexto imediato de proximidade à Casa principal. As espécies arbóreas usadas para este fim são um marco de época.
- c. Os sistemas construtivos, independentemente do tipo de materiais usados, têm características de desenho e de detalhe que demonstram preocupações sobre a resistência da construção, a solidez e a sua durabilidade. Os materiais usados são na generalidade de grande qualidade, dentro do que estava disponível na época, facilmente reconhecível pela capacidade de resistência ao dano e à degradação, decorrente por vezes de décadas de abandono até ao presente e continuaram a resistir.

Estes são três grandes motivos pelos quais este edificado deveria ter uma proteção específica, pela sua representatividade

de uma época de grande desenvolvimento das sociedades, de prelúdio da sociedade atual industrializada, mas também porque foram construídos para “conhecerem” e serem herança das gerações futuras.

3. Integração do Património Português Brasileiro nas orientações internacionais

Do ponto de vista da integração deste Património nas recomendações internacionais a análise abrangeu cinco grandes linhas, especificamente direcionadas para o Património Arquitetónico Português Brasileiro:

1. Pressupostos orientadores gerais da preservação, proteção e intervenção
2. Documentos de referência a usar para o Património Português Brasileiro em análise
3. Definição de quadro de objetivos que sustentem a perenidade do Património Arquitetónico
4. Riscos e estratégias gerais e específicas de intervenção no Património Português Brasileiro
5. Critérios para o projeto de intervenção no Património

Estas abordagens de cinco vetores permitem consolidar e justificar as razões que estão na base da proposta de estratégia de intervenção para este Património, considerando a valorização dos motivos que configuram as razões da sua proteção e preservação. Pretende-se desta forma encontrar um processo de reabilitação integrada que não se restrinja aos aspetos técnicos de reparação das anomalias ou de alterações da arquitetura. Procura-se desta forma evitar os argumentos correntes de que se tem de destruir muito por imperativo da resposta às necessidades do presente e às formas de vida do presente. Por se considerarem estes



Figura 2 – Vista interior de uma divisão de uma Casa de Brasileiro

argumentos falaciosos e reveladores de falta de competência técnica e de conhecimento sobre o edifício em que se irá intervir e o que este representa no contexto da evolução da sociedade e da história. Assim, independentemente de questões de gosto ou de lacunas na legislação sobre a proteção é necessário encontrar um quadro de linhas estratégicas que definam aprioristicamente a base do projeto para a reabilitação. Após esta fase, a arquitetura da reabilitação e as especialidades terão a base sólida que se espera, para que efetivamente se consigam atingir os pressupostos principais de baixa intrusividade e compatibilização.

4. Pressupostos orientadores da preservação, proteção e intervenção

Ao nível dos pressupostos orientadores teve-se particular atenção ao que nos documentos internacionais os poderiam definir, tendo-se concluído que se alicerçam em quatro aspetos interligados: a diversidade cultural, a autenticidade, os valores patrimoniais e culturais e finalmente as medidas preventivas.

A primeira premissa para a preservação do Património Português Brasileiro será o reconhecimento e aceitação da diversidade cultural. Este é um princípio fundamental inerente a qualquer património, que é enfatizado pela UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS em 1994, quando redigiram um dos documentos internacionais mais referenciado – a Carta de Nara [1] sobre a autenticidade do património cultural. A diversidade cultural surge assim como um direito legítimo de expressão de valores culturais, incluindo de culturas minoritárias, de alargamento de horizontes que se contrapõe à pressão da globalização e homogeneização. O que parece eventualmente do senso comum, pode ser de difícil aplicação quando se analisam muitas das intervenções de reabilitação

da atualidade, pois estas uniformizam formas arquitetónicas segundo padrões recentes, anulando completamente a leitura da época principal de construção dos edifícios e da cultura que representam do passado, bem como demonstram não conhecer ou reconhecer os valores presentes nesse património, Figura 2. Esta abordagem baseia-se na posição crítica de que os valores da atualidade se devem sobrepor aos do passado, consubstanciando-se na formação de uma iliteracia do passado para as gerações futuras.

A UNESCO voltou à questão em 2005, pela premência do tema, com uma Convenção específica sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais [2]. O reconhecimento de que na atualidade num mundo mais tecnológico, o apagar do passado afinal não representa desenvolvimento, representa apenas que a sociedade é permeável à intolerância e à não aceitação da diversidade. Tal é frequentemente visto na forma como se transmite a História, por vezes colmatando parte dessa História, porque quem tem o poder de decisão de a contar, a transmite da forma que irá ser disseminada e tomada por verdadeira, cabendo a capacidade crítica e de conhecimento de cada um entender para além disso.

A UNESCO ao enfatizar a diversidade cultural como um património comum da Humanidade, apresenta como objetivo atingir um mundo rico, variado, com diversas possibilidades de escolha e valores a preservar, para dessa forma alcançar-se o tão ambicionado desenvolvimento sustentável, de comunidades e culturas urbanas ou rurais. Uma sustentabilidade alicerçada na valorização da autenticidade, só dessa forma pode algo ser reconhecido internacionalmente com conteúdo de valor. Por este motivo surgem vários documentos, pelo menos desde 1975, destacando-se alguns, que abordam a questão da autenticidade quer do património

Objetivos principais de cada etapa:
1ª Etapa – Construção do Conhecimento (em termos de arquitetura, técnicas e materiais, valor cultural e patrimonial, integração na paisagem e enquadramento). Avaliação do estado de conservação e dos níveis de autenticidade e integridade.
2ª Etapa – Ponderação sobre condicionantes e riscos com interferência futura no projeto, quer ao nível de leis e regulamentos, quer ao nível técnico e competências técnicas disponíveis. Definição das condicionantes aceitáveis e de critérios de compatibilização com o existente.
3ª Etapa – Definição de critérios de intervenção em termos funcionais, de alterações aceitáveis à pré-existência, de reforço estrutural, de compatibilização entre exigências de conforto e consumos energéticos com a pré-existência, bem como entre revestimentos e suporte.
4ª Etapa – Definição em projeto do quadro geral de intervenção, com controlo preciso da coordenação, com garantia de comunicação/interoperabilidade acordada, de forma interdisciplinar, e compatibilização entre projeto de arquitetura, de reabilitação e das engenharias, entre outras áreas do saber consoante as características do edifício.

Quadro 1 – Estrutura e objetivos das diferentes etapas de uma metodologia de reabilitação

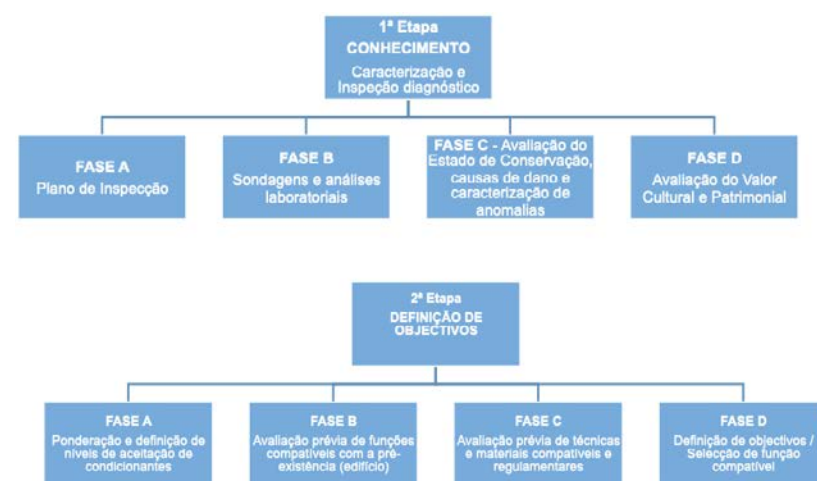


Figura 3 – 1ª e 2ª Etapas da Metodologia de Reabilitação para a Sustentabilidade Cultural

arquitectónico em 1975 [3] enquanto parte insubstituível de criação de memória e potencial recurso económico com capacidade de ser usado por gerações futuras; quer do espaço natural enfatizado em 1981 na Carta de Florença [4] sobre a salvaguarda dos jardins históricos, numa iniciativa ímpar de não restrição do conceito de Património apenas ao edificado, mas abordando o espaço natural como “monumento vivo”, considerando-se monumento como algo reconhecível e valorizado por todos. A Carta de Florença coloca ainda uma tónica importante na necessidade de se estabelecerem princípios para a preservação da autenticidade desses espaços/jardins que devem contemplar e condicionar as intervenções ao nível das infraestruturas, conferindo a este “monumento vivo” o mesmo valor de testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época que é atribuído aos monumentos/edifícios. Considerando que as operações de manutenção e conservação devem contribuir para não afetar a autenticidade e que esta só se consegue com intervenções regulares de manutenção. Esses princípios devem ter prioridade sobre as necessidades de utilização, um aspeto por vezes descurado principalmente em casos de turismo de massas.

Em 1994 surge novo documento sobre a autenticidade, com especial destaque para o conceito de Património cultural – a Carta de Nara [1] – abordando-se de forma clara que o Património material deve ser indissociável do Património imaterial. O que para o Património edificado representa a preservação do seu contexto ou pelo menos de testemunhos do seu contexto e território, com valorização fundamental de aspetos socioculturais. Ou seja, o conhecimento do enquadramento do Património edificado e da sua evolução construtiva não como objeto isolado a reabilitar, mas alicerçar a operação de forma integrada envolvendo parte física do património e estratégias dirigidas às comunidades para o qual este tem em primeira linha significado. A verdadeira experiência de

conhecimento do património, o “objeto” Património surge não encarado de forma isolada da sua realidade de contexto e a reabilitação integrada não apenas como um conceito de multidisciplinaridade da intervenção.

No caso específico das Casas grandes e palacetes Portugueses e Brasileiros terá de se ter presente que o trabalho a desenvolver para garantir a sustentabilidade patrimonial e cultural, entendida como o conjunto de estratégias que irão garantir a preservação desse património com os seus valores patrimoniais e culturais para as gerações futuras, deve numa primeira fase ter uma abordagem territorial e de entendimento de quais as âncoras territoriais e que instrumentos podem ser usados para a criação de sinergias ou rede de apoio na área da cultura, património e eventualmente turismo. Dentro de uma conceção de conjunto, que inclui a parte natural e a parte edificada, será a consulta os documentos de 1962 da UNESCO [5], sobre a paisagem urbana e rural, onde já se identificavam os riscos, nomeadamente de trabalhos de construção e da especulação imobiliária, entre outros de controlo público e privado. De referir a atualidade deste documento, quando enumera os riscos e as medidas preventivas a implementar, bem como a necessidade de fiscalização das mesmas, deixando para entidades públicas (municípios e outras) quando refere a necessidade dos planos de urbanização e de ordenamento do território urbano e rural incluírem disposições relativas às restrições a impor para a proteção das paisagens urbanas ou rurais e sítios, mesmo não classificados. Numa visão inovadora, de entendimento de que a qualidade da paisagem e o seu valor não necessita nem pode esperar por classificações para essa defesa. O interesse maior da preservação da qualidade da paisagem sobrepõe-se a outros interesses. Esta preocupação da defesa das paisagens enquanto património cultural é novamente enfatizado pela Carta de Carcóvia em 2000 [6]



Figura 7 – 3ª Etapa da Metodologia de Reabilitação para a Sustentabilidade Cultural



Figura 8 – 4ª Etapa da Metodologia de Reabilitação para a Sustentabilidade Cultural

e pela Convenção Europeia da Paisagem [7] no mesmo ano, com a nuance relevante de enfatizar a necessidade de responsabilidades repartidas público-privadas. Este é um aspeto crucial para as Casas grandes e palacetes das fazendas que se inserem em áreas naturais de grande dimensão e onde a pressão imobiliária é efetivamente forte e pode comprometer de forma irreversível a qualidade da paisagem, do conjunto, e a leitura deste legado histórico e patrimonial. O mesmo acontece em Portugal, a uma escala manifestamente menor, onde as operações de loteamento das quintas onde se inserem as Casas de Brasileiro ou os logradouros ou jardins são absorvidos pelo traçado viário ou são demolidos para implantar construção nova de grande densidade. O reconhecimento do risco e das pressões em torno de estruturas com valor cultural, simultaneamente paisagem natural e construída, tem recorrentemente sido enunciado, nomeadamente em 2008 na “Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais” do ICOMOS [8], introduzindo desta forma a necessidade de investimento ao nível da comunicação desses sítios, mais uma vez bastando que estes sejam reconhecidos como de interesse e não necessariamente classificados. Esta Carta introduz aspetos fundamentais de sustentabilidade cultural e patrimonial ao referenciar a urgência de desenvolvimento de aspetos cruciais como a constituição, gestão e comunicação de fontes de informação, passando por um planeamento, inclusão, participação e a introdução nas práticas de gestão do património os vários níveis da investigação, da formação e da avaliação. Aspetos estes atuais, aplicados por estruturas consolidadas com conhecimento e trabalho em rede. No mesmo ano é apresentado pelo ICOMOS a “Carta sobre os itinerários culturais” [9], que aborda o tema. Para além destes aspetos enuncia princípios para um uso sustentável e da sua relação com o turismo, bem como a cooperação internacional. Mais uma vez, o Património Português Brasileiro em estudo

pode beneficiar deste nível de articulação e de cooperação, quer do ponto de vista económico quer de promoção cultural e turística. Ressalvando que, não é aconselhável uniformizar as funções a atribuir a estas estruturas (Fazendas ou Casas grandes/palacetes), podendo muitas continuar na sua função original de quinta agrícola ou pecuária e de habitação. No entanto, estas funções por si só podem não conseguir fazer face à concorrência comercial do mercado agro-pecuário e necessitar de um complemento ligado à cultura ou ao turismo. Nesse sentido, a constituição de uma rede, que envolva um suporte de investigação e a preparação de um modelo de comunicação nacional e/ou internacional são formas interessantes de manutenção em uso destas estruturas, desde que se garantam nos processos de intervenção de reabilitação ou conservação elevados níveis de autenticidade e integridade. Tanto quanto possível, tal como abordado pela Carta sobre os itinerários culturais, conjugando aspetos do património material e imaterial, sob uma base rigorosa e credível da sua expressão de valores, no seu meio natural ou construído. O que revela o nível de exigência e prévia preparação destas estruturas para desempenharem esta função. No contexto Europeu, estruturas deste tipo têm tido um crescimento de reuso com a nova função de Ecomuseu, procurando dessa forma aliar a preservação do Património com o crescente interesse do turismo por áreas naturais e de atividades de exterior. Em linha com o já apontado para áreas sensíveis pela “Recomendação nº R(89) 6 sobre a proteção e a valorização do património arquitetónico rural” [10]. Não sendo a única solução disponível, apresenta possibilidades de elevada compatibilidade entre a nova função e a pré-existência. Se tivermos em conta como princípio, que qualquer medida ou intervenção tem de ter critérios e exigências que sustentem a preservação da autenticidade e integridade, dessa forma conseguir-se-á promover intervenções qualificadas.

Em 14 de Outubro de 1943 entra um novo projeto onde já não é prevista a construção da moradia por cima da garagem e é apresentada uma solução muito semelhante à existente na atualidade, Figura 11, o que faz supor que a construção da moradia por cima da garagem nunca passou do papel e que durante as obras foi decidida a sua anulação.

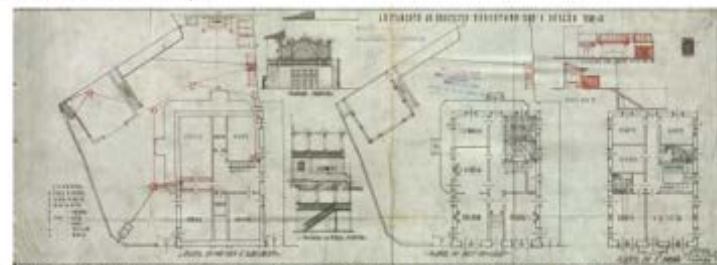


Figura 11 - Plantas com indicação da garagem e da pérgola em cima da garagem, abertura de vãos nas fachadas, poente e norte e alterações interiores nos pisos 1 e 2

Na mesma data foi apresentada uma alteração ao último piso, vão do telhado, Figura 12.

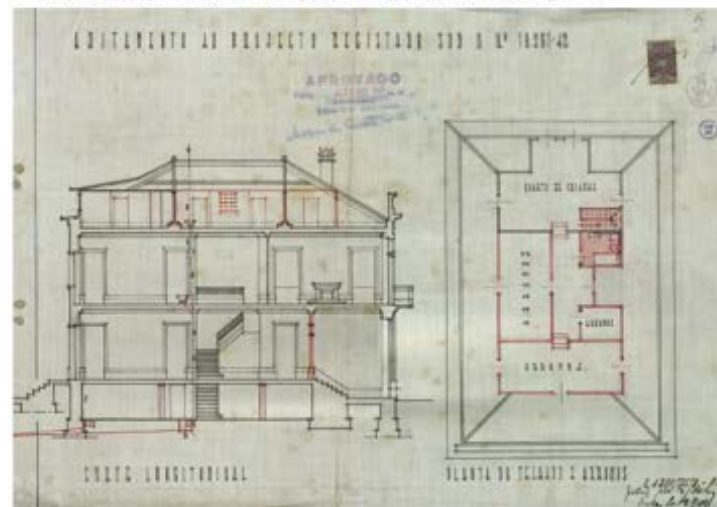


Figura 12 - Planta com indicação das alterações no último piso

Em Julho de 1989 é efetuado um levantamento à situação existente, pelo Gabinete de Arquitectura M. Guerra da Cunha, Lda, Arquitectos, com a finalidade de se proceder ao desenvolvimento de um projeto de

Figura 4 – Registo histórico da construção com base na recolha de dados de arquivo

arquitectura para transformar a moradia na sede da Secção Regional da Assoc do Norte. Deste levantamento constam uma série de fotos, Figura 13 a 16.



Figura 13 - Fotos da casa e da envolvente

5. Metodologia de intervenção para as Casas de Brasileiro

A metodologia de intervenção que deve ser usada nas operações de reabilitação das Casas de Brasileiro deverá ter como objetivo fornecer uma estrutura de atuação que não se restrinja apenas a uma ação técnica de avaliação simples do estado de conservação do edifício, mas seja capaz de construir o “Conhecimento do Objeto Edificado” para suportar e justificar posteriormente as opções de projeto de Reabilitação. Para atingir este objetivo são definidas quatro etapas, incluindo três etapas prévias ao projeto e uma de projeto que engloba a intervenção. Estas representam diferentes escalas de abordagem e tanto quanto possível de forma interdisciplinar - Quadro 1.

A primeira Etapa enquadra a construção do Conhecimento sobre o edifício e a segunda Etapa a definição de objetivos. Na Figura 3 exemplifica-se a aplicação destas duas Etapas a um caso de estudo. Estas duas etapas reportam-se a um trabalho prévio exigente e de apoio à futura estratégia de intervenção e projeto. Na aplicação que se faz a “Casas grandes de Brasileiro” para além do levantamento detalhado da arquitetura e do registo histórico da construção com as diversas alterações ao longo do tempo, Figura 4, realiza-se um Plano de Inspeção que contempla o registo fotográfico e gráfico de caracterização do sistema construtivo, Figura 5, e materiais, bem como a localização de anomalias, a sua extensão e caracterização, Figura 6. Para apoio quer à caracterização material, quer à identificação das causas das anomalias são desenvolvidos ensaios, sondagens e, em laboratório com base na recolha de amostras in situ. Com base nesta informação e na recolha de dados documentais e de arquivos é feita a avaliação do valor cultural e patrimonial do edifício, identificando épocas de construção e o nível de autenticidade e integridade do edifício, os valores históricos e sociais que pode representar, enquanto unidade ou inserida num conjunto ou contexto. Completa-se desta forma a 1ª Etapa com a forma de um Relatório de Inspeção e Diagnóstico, neste caso integrando

mais um nível de avaliação, o do valor cultural e patrimonial. Do conhecimento recolhido através dos dados in situ, em laboratório e de base documental, passa-se à Etapa 2 onde se pondera as condicionantes e se as funções previstas para o edifício são compatíveis com o valor patrimonial do mesmo. Neste exemplo verificou-se que o edifício tem um nível de integridade elevado, quer do ponto de vista da arquitetura, da estrutura e dos acabamentos, com madeiras de boa qualidade e criteriosamente selecionadas para as funções mais exigentes. Por outro lado, adota os materiais regionais, neste caso a alvenaria de pedra, típica das construções da cidade do Porto. A conceção arquitetónica era sensível a influências estrangeiras, quer italianas, francesas, alemãs e outras com objetivos de aproximação a um gosto considerado de elite. Contudo, os sistemas construtivos nem sempre foram radicalmente alterados nessa fase de transformação social e económica, conseguindo-se integrar os sistemas construtivos tradicionais de uma forma quase “natural” no saber fazer da época. O que é igualmente descrito em casos do Brasil como os que reporta Monica Camargo [11] em que a criação arquitetónica se dá em estreita sintonia com as questões construtivas, cuja forma é consequência e não causa das soluções propostas aos desafios programáticos e técnicos, bem como a Norte em Portugal [12]. Construindo-se assim, uma síntese entre sistemas construtivos vernaculares e outros mais controlados tecnicamente e com características distintivas de conforto, espaciais, de cor e construtivas.

Do conhecimento adquirido na 1ª e 2ª Etapa passa-se para a 3ª Etapa, Figura 7, que no seu conjunto avalia e estabelece as linhas gerais estratégicas da intervenção, assumindo alguns compromissos, de aceitação ou não de condicionantes regulamentares, bem como diferentes níveis de compatibilização entre objetivos e a pré-existência. Desta forma, o edifício a reabilitar não é visto como um mero recurso para ser transformado ao gosto do proprietário ou do arquiteto, para assumir o seu valor coletivo de Património cultural para gerações futuras.

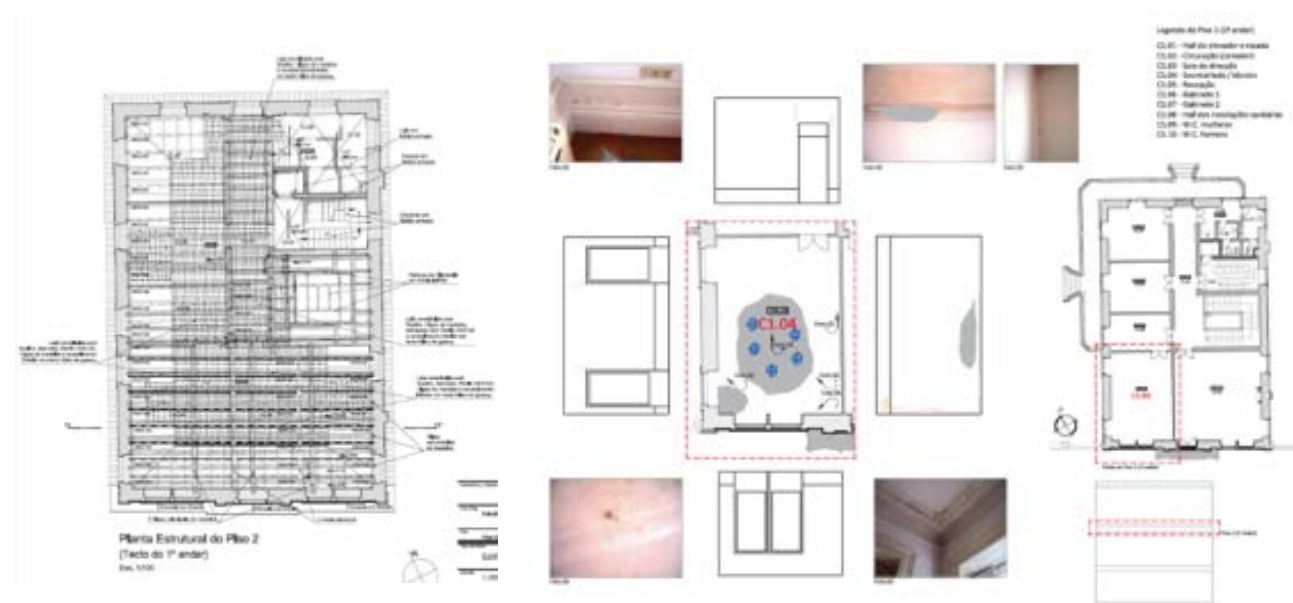


Figura 5 – Planta estrutural de um pavimento

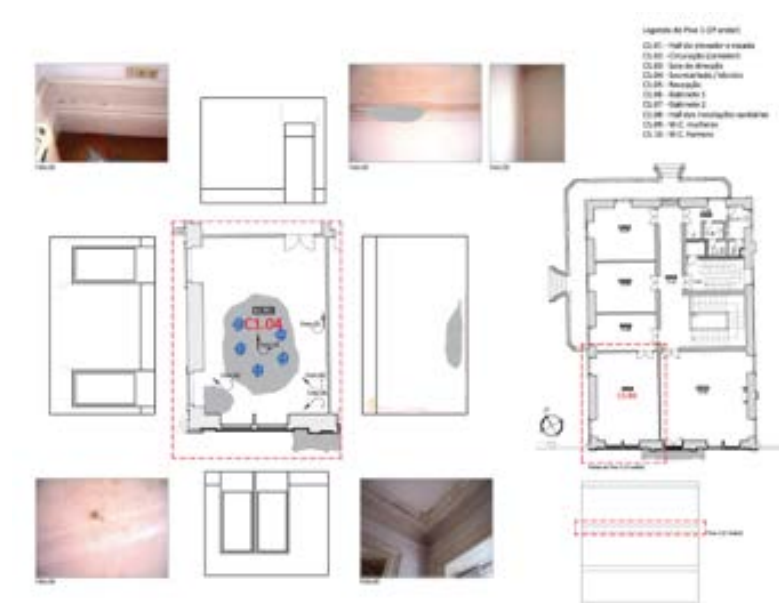


Figura 6 – Ficha de inspeção de registo gráfico de anomalias de um compartimento

Finalmente na 4ª Etapa, Figura 8, é onde se decide o tipo de intervenção, se de Conservação se de Reabilitação e se compatibiliza a solução final do projeto de arquitetura com os projetos de especialidades de modo a para garantir a durabilidade das soluções preconizadas e o quadro de exigências de manutenção e de regras de uso após intervenção.

6. Conclusões

Com este trabalho procurou-se apresentar uma metodologia de intervenção que deve ser usada nas operação de reabilitação das Casas de Brasileiro e que deverá ter como objetivo fornecer uma estrutura de atuação que não se restrinja apenas a uma ação técnica de avaliação simples do estado de conservação do edifício, mas seja capaz de construir o “Conhecimento do Objeto Edificado” para suportar e justificar posteriormente as opções de projeto de Reabilitação. Para atingir este objetivo são definidas quatro etapas, incluindo três etapas prévias ao projeto e uma de projeto que engloba a intervenção. Esta metodologia pretende que as intervenções de reabilitação dedicada a este Património, sustente as premissas de salvaguarda da autenticidade e integridade, aspetos cruciais para a sustentabilidade cultural e patrimonial deste legado histórico que une os dois países. Assim foram identificados como aspetos chave a promover, os seguintes: 1º. Análise prévia, detalhada e aprofundada do edifício e sistema construtivo, com dados não apenas qualitativos, mas também quantitativos, confirmados por análises in situ e em laboratório com técnicas não destrutivas ou semi-destrutivas, com apoio de base documental – Etapa 1; 2º Avaliação do valor cultural e patrimonial do edifício, com destaque para a avaliação da autenticidade, integridade e valor de contexto histórico, social, urbano – Etapa 2; 3º Definição de critérios exigenciais de compatibilidade quer funcional, quer técnica e de metodologias de intervenção de forma prévia a qualquer projeto. Pode justificar a não aceitação de condições normativas ou regulamentares desde que justificadas, reportando a

necessidade de mais e melhor aplicação nesses instrumentos reguladores de resultados da investigação e de minimização do nível de intrusividade imposto por estes – Etapas 2 e 3; 4º Definição da estratégia de projeto para garantir a durabilidade das soluções preconizadas e o quadro de exigências de manutenção e de regras de uso após intervenção.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece o apoio da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do seu Programa de Pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/113053/2015. Os autores agradecem o apoio da unidade de Investigação RISCO – Departamento de Engenharia Civil, da Universidade de Aveiro.

Referências Bibliográficas

- [1] Documento de Nara sobre a autenticidade do Património Cultural, UNESCO, ICCROM, ICOMOS, Nara, Japão, 1 a 6/11/1994.
- [2] Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, UNESCO, Paris, 20/10/2005.
- [3] Carta Europeia do património Arquitectónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, França, 26/09/1975.
- [4] Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos, ICOMOS, Florença, Itália, 21/05/1981.
- [5] Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios, UNESCO, Paris, França, 11/12/1962.
- [6] Carta de Cracóvia 2000. Princípios para a conservação e restauro do Património construído, Cracóvia, Polónia, 26/10/2000.
- [7] Convenção Europeia da paisagem, Conselho da Europa, Florença, Itália, 20/10/2000.
- [8] Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais, ICOMOS, Quebec, Canadá, 04/10/2008.
- [9] Carta sobre os itinerários culturais, ICOMOS, Quebec, Canadá, 04/10/2008.
- [10] Recomendação Nº R(89)6 sobre a proteção e valorização do Património arquitectónico rural, Conselho da Europa, Estrasburgo, França, 13/04/1989
- [11] Camargo, M. J. - Ecletismo e Modernismo na Arquitetura de Oswaldo Arthur Bratke, Actas do Colóquio Internacional Portugal Brasil África Urbanismo e Arquitetura do Ecletismo ao Modernismo, Caleidoscópio, FAUUSP, UAL, Casal de Cambra, Portugal. ISBN 978-989-658-236-4. 2013, pp. 91-95.
- [12] Peixoto, P. T. - Palacetes de Brasileiros no Porto (1850-1930) do estereótipo a realidade. Edições Afrontamento, Porto. ISBN. 978-972-36-1200-4. 2013.



Estratégias para a Preservação do Património Arquitectónico, resguardando os valores socio-culturais – o caso de estudo de Aldeias do Xisto

Maria José Gomes Feitosa¹, Alice Tavares², Aníbal Costa²

¹ Union International of Architects, Pós-doutoranda da Universidade de Aveiro

² Risco, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro

Palavras-chaves: estratégias, cultura, património, gestão, Aldeias do Xisto

1. Introdução

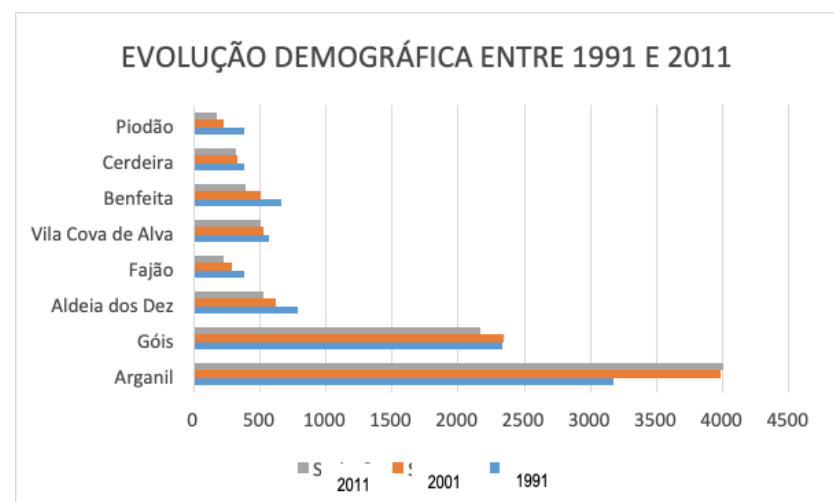
As Aldeias do Xisto localizam-se na região Centro interior de Portugal, correspondendo a 27 aldeias distribuídas por 16 concelhos entre Castelo Branco e Coimbra. Trata-se de um território de grande interesse paisagístico, com um singular Património da arquitetura vernacular em xisto, que pelos efeitos de interioridade está em risco, quer pela desertificação, quer pelo risco de incêndio, como recentemente aconteceu na região próxima da área deste estudo, com um catastrófico incêndio florestal que para além de perdas humanas, comprometeu casas e áreas agrícolas e florestais, com perdas económicas consideráveis, Figura 1. Esta investigação procura apresentar uma primeira abordagem dos mecanismos usados para alavancar e ser suporte da preservação do património destas aldeias, os seus reflexos e a situação atual em algumas delas. Por último, com base nessa análise apontar linhas complementares a desenvolver que possam garantir a sua preservação.

Para o estudo que agora se apresenta selecionaram-se nos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Góis, 6 aldeias: a Aldeia dos Dez, Fajão, Vila Cova de Alva, Benfeita, Cerdeira e Piodão, procurando ter ainda dados comparativos com as cidades de Arganil e Góis, para verificação de consonâncias ou divergências da transformação social. A análise procura incidir sobre aldeias da rede “Aldeias de Xisto” que sejam freguesias com dados estatísticos, contrapor com outra aldeia emblemática – Piodão (Serra do Açor) – que não pertencendo a esta rede, pertence à rede das Aldeias Históricas (estando classificado como Imóvel de Interesse Público) e ainda analisar in loco a situação de outras aldeias de menor dimensão, que pertencendo à rede de Aldeias de Xisto têm dinâmicas particulares de luta pelo quase completo esvaziamento, como é o caso de Aigra Nova na Serra da Lousã.

Para este efeito foram recolhidos dados estatísticos [1] sobre a população e sobre dados do edificado, tanto quanto possível desde 1991, incluindo 2001 e 2011 (referente aos últimos censos disponíveis).



Figura 1 – Aldeia de Xisto



Quadro 1 – Evolução demográfica dos censos de 1991, 2001 e 2011

2. A evolução demográfica das aldeias selecionadas da região do xisto entre 1991 e 2011

A região das aldeias selecionadas apresenta núcleos que estatisticamente são considerados medianamente urbanos ou rurais. As aldeias no passado dado o seu isolamento geográfico decorrente de dificuldades de acessibilidade desenvolveram laços comunitários com base familiar dos quais ainda se encontram estruturas testemunhas desses tempos como os fornos e as eiras comunitárias. A base económica mantinha-se até 2011 muito associada à agricultura, sobretudo de subsistência. Para além desta atividade e da pecuária de ovinos e caprinos que se mantém até aos dias de hoje, existe para algumas das aldeias um reuso dos edifícios para o turismo de natureza, não necessariamente explorado por naturais da aldeia ou atualmente residentes nas aldeias. Por estes motivos a análise da evolução demográfica pode ser um indicador importante para avaliar a sustentabilidade do património da região. Sem pessoas não há preservação do património, porque as estruturas com significado e uso perdem a sua função e o entendimento da sua integração no espaço e território.

O Quadro 1, com dados estatísticos do INE [1], é claro na demonstração da perda de população das aldeias durante o período de 1991 e 2011, havendo no entanto duas – Cerdeira e Vila Cova de Alva - que não demonstram diminuições tão acentuadas. As cidades de Arganil e de Góis demonstram comportamentos demográficos divergentes, com Arganil a ganhar população em 1991 e a mantê-la até 2011, ao contrário de Góis com um decréscimo pouco acentuado. Poderá ter existido alguma transferência de população das aldeias do concelho para a cidade de Arganil, o mesmo não acontecendo em relação a Góis, por exemplo. Contudo, apesar da reduzida população das aldeias, em 2011 mantinham um

número mínimo de população sendo questionável se com a capacidade suficiente para manter a aldeia, sendo a situação mais crítica de Piodão e de Fajão.

Ambas as aldeias apresentavam praticamente o mesmo número de pessoas em 1991, mas até 2011 Piodão perdeu 40% da sua população e Fajão perdeu 53,3%, o que é representativo e efetivamente levará a uma atenção particular de programa e planeamento de ações específicas para contrariar a desertificação.

De referir que em 2011 as aldeias apresentavam entre 30,2% e 51,5% de população residente com mais de 65 anos de idade. Ou seja, um envelhecimento expectável de regiões do interior, que não é contrariado pela fixação de crianças e jovens, apresentando todas as aldeias percentagens abaixo do 10%, rondando sobretudo os 5-6%, ao contrário das cidades de Arganil e Góis acima dos 20%, sendo os valores em Portugal continental de 14,89%. Não havendo a possibilidade de regeneração populacional com os residentes da região, por falta de incentivos duradouros e apoios consistentes, dirigidos aos naturais das aldeias, restará o estabelecimento de medidas de acolhimento de população estrangeira. Em 2011, a instalação de população estrangeira ainda não era significativa variando entre 5,15% (em Fajão) e 10,14% (em Vila Cova de Alta), com elevada preponderância de Europeus. Verificando-se igualmente que as aldeias acolhem igualmente pessoas que estiveram emigradas na Europa e em África, sendo residual a de outros continentes.

Do ponto de vista da média de idade as aldeias apresentam uma população com uma média de idades acima dos 50 anos, sendo as mais envelhecidas de Benfeita e de Piodão. Sendo que Arganil (43 anos) e Góis (46 anos) acompanham sensivelmente a média da região Centro de 43 anos, sendo a média nacional de 42 anos.

Na generalidade das aldeias a relação entre número de



Figura 2 – “Aldeia Histórica” de Piodão

ALDEIAS DO XISTO E HISTÓRICAS	% de edifícios anteriores a 1919
Piodão	7,43
Cerdeira	10,83
Benfeita	9,69
Vila Cova de Alva	18,1
Fajão	2,47
Aldeia dos Dez	5,9
CIDADES	
Arganil	8,26
Góis	21,98

Quadro 2 – Percentagem de edifícios anteriores a 1919 (com base em dados estatísticos do INE)

homens e de mulheres é sensivelmente o mesmo, com prevalência de sensivelmente mais mulheres, com exceção de Piodão onde a situação se mantém inversa ao longo do tempo.

3. A evolução do parque edificado das aldeias da região do xisto

Os dados relativos ao parque edificado de 2011 apresentam um edificado com uma média de idades nas aldeias do estudo entre 34 anos (Aldeia dos Dez) e 55 anos em Vila Cova de Alva (considerando que neste caso inclui a freguesia de Ansezrez).

O rácio de número de edifícios por habitante nas aldeias e cidades do estudo é (edifício / habitante) em 2011:

- Piodão –	2,56 / 1 hab.
- Cerdeira -	0,85 / 1 hab.
- Benfeita –	1,75 / 1 hab.
- Vila Cova de Alva –	0,83 / 1 hab.
- Fajão –	2,25 / 1 hab.
- Aldeia dos Dez –	1,06 / 1 hab.
- Arganil –	0,44 / 1 hab.
- Góis -	0,74 / 1 hab.

Esta situação, considerando as diversas leituras a realizar revela não apenas a perda da população como pode ainda revelar a substituição da função de residência permanente das habitações para habitações sazonais ou ligadas ao turismo, o que poderia justificar a discrepância de Piodão em relação às restantes. Mais uma vez as cidades, com destaque para Arganil apresentam uma situação inversa, sendo de destacar as aldeias de Vila Cova de Alva e Cerdeira cujo decréscimo populacional não foi muito significativo desde 2001. Por outro lado, independentemente do estado de conservação dos edifícios e dos incentivos de fixação ou falta deles, estes números revelam que o número de edifícios, na sua maioria habitações, existe em número suficiente para manter a população fixa.

Uma outra abordagem de grande interesse para esta investigação é a verificação do maior ou menor risco de desaparecimento de edifícios com valor cultural e patrimonial, representativos das formas de habitar do passado e da arquitetura vernacular que tem sustentado a imagem de marca das “Aldeias do Xisto” e da “Aldeia Histórica” de Piodão, Figura 2. Considerando que até 1919 o edificado construído ainda não era prevalente de betão armado [2] e por isso o anterior a esta época poderá dar indicadores sobre a existência de arquitetura vernacular com capacidade de ser entendida como autêntica ou ainda com capacidade de reversão para patamares de autenticidade, procedeu-se à recolha de dados estatísticos caracterizadores da situação em 2011, que se resumem no Quadro 2. Este quadro é demonstrativo da necessidade de atuar de forma urgente na salvaguarda do Património edificado, estabelecendo medidas preventivas para o seu desaparecimento bem como acompanhando de perto e regularmente as alterações impostas ao edificado antigo e um controlo sobre as eventuais novas funções a aceitar. Fajão representa uma situação crítica com uma percentagem abaixo do 3%, seguindo-se a Aldeia dos Dez em cima da linha vermelha da extinção do seu edificado antigo.

Ao contrário do expectável surge Piodão com valores abaixo dos 7,5%, o que para uma Aldeia Histórica, classificada e que remonta ao século XIII onde se questiona decorrente da instalação de um convento de Cister, é manifestamente uma percentagem baixa e quer dizer que o controlo sobre o nível de transformação do edificado antigo deve continuar a ser feito. Na mesma linha de necessidade de desenvolvimento de medidas de salvaguarda do edificado antigo está a cidade de Arganil, que com o crescimento populacional que teve nos últimos anos, poderá agora ter de acompanhar mais os processos de proteção e preservação do edificado antigo,



Figura 3 – Edifícios e paisagem das Aldeias de Xisto

enquanto conjunto representativo do seu passado e da sua História. Mais uma vez considerando que não é necessário classificar todo o edificado antigo, é antes necessário conhecê-lo [3, 4], inventariá-lo [5] e apoiar a sua reabilitação com métodos pouco intrusivos, valorizando essas formas de atuação em detrimento de outras mais lesivas da autenticidade e integridade desse património [6].

4. Análise in situ das aldeias

A investigação procedeu à análise de outras aldeias para além das já mencionadas, como Aigra Nova, Candal, Casal Novo, Chiqueiro, Ferraria de S. João, Pena, Aigra Velha, Casal de S. Simão, Comareira, Gondramaz e Talasnal. Mais uma vez a paisagem cultural destas aldeias é de extraordinária valia, sobretudo as que conseguem manter ainda as árvores autóctones em detrimento do eucalptal, que nesta região, dada a dificuldade de acessos rápidos (o que ficou demonstrado no último catastrófico incêndio), deveria ser proibida a plantação de novas áreas. A paisagem é a sobrevivência destas aldeias para o futuro, não apenas porque as áreas agrícolas representam o seu meio de subsistência como a paisagem será um ativo de atração de investimento e nova população esse é o único argumento de fácil recurso que o pode sustentar, Figura 3.

Estas outras aldeias, algumas de pequena dimensão e quase sem habitantes, entre 3 e 9 habitantes em alguns casos, apresentam realidades diferentes a que o programa “Aldeias do Xisto”, implementado entre 2000 e 2002 [7] e os outros subsequentes como o “Património do Xisto” e o Eco-Arq necessitam de continuidade, diversidade de medidas mais dirigidas à população residente na aldeia e nas redondezas e que por si só não conseguirão responder à desertificação ou à transformação do património edificado. No entanto, verifica-se nos diferentes locais que a maior parte da sinalética instalada tem uma imagem coerente e apelativa e permanece

no local sem na sua generalidade ser vandalizada. Por outro lado há que reconhecer que o programa das “Aldeias do Xisto”, incluindo o caso específico de Piodão (programa das Aldeias Históricas) talvez um dos mais conhecidos da região Centro, teve sem dúvida um papel importante na consciencialização da importância de uma Rede temática para servir de âncora às aldeias, obrigar à cooperação e coordenação e sobretudo dar visibilidade a estas aldeias. Há que reconhecer o mérito e o esforço por manter programas que procuram encontrar o investimento necessário para que este património não se perca. Falta contudo, dar continuidade ao trabalho, já que algumas das aldeias apesar de estarem assinaladas como pertencentes à rede das Aldeias de Xisto foram alvo nos últimos anos de transformações e descaracterização de alguns edifícios ou construção de novos de fraca qualidade arquitetónica, poderia dizer-se, sem arquitetura, apenas construção. Outras apresentam acessibilidades com cariz quase privado ou pelo menos apropriado pelos seus poucos habitantes como não tendo espaço público. Em casos mais recentes, por falta de conhecimento técnico sobre alvenarias resistentes, proliferou o uso ao porticado de betão armado rasgando as paredes antigas, representando uma perda do valor cultural e patrimonial do edifício bem como de elevada intrusividade. Aspectos que precisam ser melhorados para que as diferentes células/ aldeias que pontuam a paisagem e são os guardiões dessa paisagem possam continuar a existir.

5. Considerações finais

As aldeias da região Centro de Portugal sofreram nas últimas décadas uma falta de controlo na qualidade dos edifícios licenciados (ou eventualmente não licenciados) que levaram à descaracterização da paisagem a que se adicionaram os eucalptais e algumas infraestruturas como aspetos negativos, independentemente do retorno económico que possam

representar. A interioridade e a desertificação são desafios do presente, pelo que a definição de âncoras fortes no território que consubstanciem imagens de marca dessas regiões, não só melhoram a ligação dos habitantes à sua terra como são motivo de atração de investimento. Exigem por isso critérios exigentes na definição de programas e sobretudo, de continuidade das ações a desenvolver no território, a monitorização das flutuações de população e de transformação do seu edificado antigo / património, bem como a definição clara de guias de apoio à intervenção de reabilitação. Neste sentido, a presente investigação, ainda em curso, procurou analisar a evolução demográfica e do edificado de aldeias inseridas na rede/programa das Aldeias do Xisto e a emblemática aldeia de Piodão, classificada como de Interesse Público, pertencente à rede das Aldeias Históricas, para assim compreender o impacto que este tipo de programas pode efetivamente ter na fixação da população e na preservação do Património. Registaram-se situações de risco, sobretudo de desertificação e a médio prazo de sobreposição dos interesses do turismo e da especulação turística acima dos interesses da população da região. Aspetos estes a monitorizar e a reverter, nomeadamente a diminuição sem controlo de edifícios antigos e a intrusividade das operações de reabilitação. Existem no entanto, boas práticas de reabilitação noutras aldeias ou em alguns edifícios. Por outro lado, a ação de grande mais-valia do programa das Aldeias do Xisto, não conseguiu ter o mesmo impacto positivo em todas as aldeias, sendo necessário maior investimento na rede e sobretudo um acompanhamento contínuo, proactivo, dirigido a cada aldeia, independentemente do número de habitantes. O investimento na conservação dos edifícios é fundamental, mas será decerto necessário no futuro dotar estas aldeias de meios e infraestruturas informáticas e de redes wireless que possam atenuar o seu isolamento. Mas sobretudo, entender que o investimento não pode estar apenas dirigido ao conforto da chegada do visitante ou ao

turismo e tem de reverter e estar dirigido para os seus habitantes. Preserva-se melhor o Património com a manutenção da população de origem e que entende melhor os seus valores e significados para manter esse Património vivo. Por último, as Aldeias da região Centro, nomeadamente as do programa das Aldeias de Xisto encerram em si um património cultural de grande valia e o programa demonstrou que mesmo em condições muito adversas se consegue constituir âncoras territoriais e construir motivos de sustentabilidade cultural.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece o apoio da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do seu Programa de Pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/113053/2015. Os autores agradecem o apoio da unidade de Investigação RISCO – Departamento de Engenharia Civil, da Universidade de Aveiro.

Referências:

- [1] INE – Instituto Nacional de Estatística: https://ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- [2] Tavares A., Costa A., A construção Luso-Brasileira em período de transição da Indústria, Livro de Actas do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 14-17 Setembro, 2016, FAUP, PORTUGAL
- [3] FIGUEIRADO, V.G.B. Da Tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas. (Tese de Doutoramento da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: s. c. p., 1994.
- [4] RYKWERT, Joseph. A sedução do lugar. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- [5] UNESCO: Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris: UNESCO, 2016.
- [6] Tavares A., Costa A., A perda de valor patrimonial associada à falta de conhecimento, Livro de Actas do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 14-17 Setembro, 2016, FAUP, PORTUGAL
- [7] Aldeias de Xisto : <http://provere.aldeiashistoricasdeportugal.com/>



(Re)pensar o património arquitectónico numa lógica de multiculturalidade

Cláudia Sofia da Costa Santos¹

¹ Arquitecta, Licenciada pela Universidade Lusíada do Porto; Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos. claudia.arq@gmail.com; claudia.csantos@oasrn.org

Palavras-chave: património arquitectónico; multiculturalidade; identidade; cidadania.

Resumo

A ideia de património arquitectónico, expressa enquanto direito e bem comum de todos/as, não se esgota no seu propósito mais óbvio e imediato, pelo contrário, ele participa na construção da cidade, na definição do seu carácter, nas várias vidas humanas que por ele passam. Nesta dimensão, o cidadão como membro activo da cidade em que nasceu ou vive, é o suporte da identidade desse património, construído.

Assim, assumo que o princípio cardinal da “multiculturalidade” é a identidade, mas também a cultura e a coesão social.

A ideia de património arquitectónico, expressa enquanto direito e bem comum de todos/as, não se esgota no seu propósito mais óbvio e imediato, pelo contrário, ele participa na construção da cidade, na definição do seu carácter, nas várias vidas humanas que por ele passam. Nesta dimensão, o cidadão como membro activo da cidade em que nasceu ou vive, é o suporte da identidade desse património, construído.

Mas, o que significa hoje essa identidade? Quando numa época de cosmopolitismo, a diversidade cultural passou a habitar as nossas cidades? Quando a explosão do comércio internacional, o incremento das redes de comunicação, o fenómeno de grandes movimentos migratórios num mundo progressivamente mais globalizado e a intensificação das trocas culturais questionam fortemente a relação da identidade local, regional e nacional e da memória?

A “multiculturalidade” é um tema difícil e complexo que nos confronta com um paradoxo difícil de resolver: por um lado, a entrada no mundo global que implica a uma expressão na vida cultural e política condizentes com normas sociais e morais de integração a partir de atitudes de respeito pelo outro, pelo diferente; por outro, a necessidade de sobrevivência económica pela via da valorização da competição individual, da aceitação das enormes desigualdades sociais e económicas que nos empurram cada vez mais para um ensimesmamento que nos desumanizam. Conseguir o equilíbrio entre esses dois polos, enquanto indivíduos pertencentes a um núcleo social e cultural em que germinam as opções filosóficas implícitas e explícitas sobre as quais elaboramos a nossa identidade e a nossa mundivisão, é um projeto individual extremamente difícil de atingir.

Independentemente de esta minha observação ser mais ou menos justa, mais ou menos comprovável, ela espelha uma percepção política, ideológica, social, económica do termo “multiculturalidade” que, enquanto expressão estética, ética e técnica de uma civilização, é assumido pelo seu património construído. Assim, assumo que o princípio cardinal da “multiculturalidade” é a identidade, mas também a cultura e a coesão social. Da mesma forma que, quando falo de património construído, falo de cidade.

O património é imagem de cidadania, no sentido em que serve a sociedade, segundo várias dinâmicas: na promoção da igualdade social, da formação cívica da população, criando relações de identidade colectiva entre as pessoas e os lugares através do tempo. Revela a memória dos lugares, as pessoas, as culturas, em suma, produz uma espacialidade e uma sociedade em rede.

Esta consciência, sobre a importância do património arquitectónico no mundo contemporâneo, conduz a várias exigências envolvendo a forma de protecção e gestão do património face às múltiplas solicitações que a sociedade impõe, visível na crescente predisposição para o aumento do Turismo Cultural, que necessariamente impõe um maior rigor no conhecimento do passado e como consequência uma maior articulação dos diferentes especialistas, bem como, um maior domínio no desenvolvimento de formas de envolver o público e o património.

Toda esta informação existente (ou mesmo o desenvolvimento de novas estruturas de interpretação) implica: a investigação, a protecção, a valorização e também uma nova forma de comunicar e divulgar. E para isso, a participação activa dos cidadãos é essencial para que os vários intervenientes (da cultura, economia, política, etc) possam ouvir, conhecer, saber onde, como e de que vivem as pessoas que moram ou usam a cidade.

Estou com isto a defender que o património arquitectónico é a expressão de muitas identidades, múltiplas e diversas, em suma, é a grande enciclopédia de todos os arquétipos humanos, e a socialização consiste na ativação de vários elementos desse património e na desativação de outros.

Por isso – e termino –, do meu ponto de vista, deve-se cumprir uma dupla tarefa muito complexa e quase paradoxal: em primeiro lugar, contribuir para que a abertura do Estado (nação) às sociedades não seja desregrada e causadora da total perda da sua identidade (local, regional e nacional); em segundo lugar e em simultâneo, acarinhar, apreciar e proteger o património do outro, na medida em que o nosso património será também por ele apreciado, para a construção de uma vida comum.

* Artigo escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico



Valorização da arquitetura hospitalar pavilhonar nos remanescentes do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo

Ivone Salgado¹, Paulo Fraga Silveira²

¹ Doutor em Urbanismo pelo Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris Val-de Marne, professora do POSURB-ARQ e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, Campinas, SP, Brasil, salgadoivone@puc-campinas.edu.br

² Mestre em Urbanismo pelo POSURB-ARQ da PUC Campinas, professor do Centro Universitário de Jaguariúna, Jaguariúna, SP, Brasil, arqfraga@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Pavilhão Classe é um dos três edifícios remanescentes do antigo conjunto arquitetônico do Hospital de Isolamento de São Paulo; ele acolhia os doentes da aristocracia, enquanto que os outros pavilhões recebiam a população em geral.

O edifício era composto por duas alas independentes, cada uma com a possibilidade de acomodação de uma família inteira. O acesso frontal se fazia por uma escada pelo centro que dava acesso a um alpendre. O projeto original do Pavilhão Classe foi concebido por princípios higiênicos e possuía um átrio central, inicialmente descoberto, que possibilitava o banho de sol dos doentes sem que estes sássem da edificação.

Por solicitação do Centro de Estudos Emílio Ribas, esse edifício histórico passou por um processo de restauro em 2001, financiado pela Lei Rouanet, sendo o arquiteto Paulo Fraga Silveira o responsável pelo projeto de restauro. Após uma vistoria técnica com objetivo de resolver alguns problemas de conservação, quando foi realizado um levantamento documental e prospecções no edifício se constatou a necessidade do restauro. Dentre os problemas de conservação, na época, se destacavam: existência de cupins na cobertura, tanto do alpendre como da cobertura do átrio que se localizava no centro do edifício; problemas de infiltração de água, sobretudo no madeiramento desta cobertura central; deterioração nos pisos de madeira, entre outros.

Originalmente o Pavilhão Classe possuía uma varanda frontal, alpendre (Figura 1). Na parte central da fachada localiza-se o alpendre com uma cobertura em telha cerâmica sustentada por esbeltas colunas de ferro fundido que formam cinco arcos a partir da utilização de peças de mão francesa.

O edifício foi construído em alvenaria de tijolos, sendo parte aparente, possuindo moldramento em argamassa pintada de ocre a base de cal, com janelas emolduradas em madeira pinho de riga na cor natural. A cor ocre original do edifício foi verificada na prospecção por nós realizada em 1999.

A escadaria de acesso principal (Figura 2) foi construída em mármore de carrara, com gradil e balaústre de ferro fundido com corrimão de madeira. Nos dois primeiros degraus da escada foi utilizado o recurso do "convite", que consiste numa curvatura que visa facilitar o acesso. Assim como na escada, o alpendre possui gradis de ferro fundido em desenhos ondulados e trabalhados, e uma espécie de corrimão de madeira.

O projeto de restauro foi desenvolvido e analisado pelo IPHAN para ser aprovado pela Lei Rouanet. Foram captados cerca de 80%

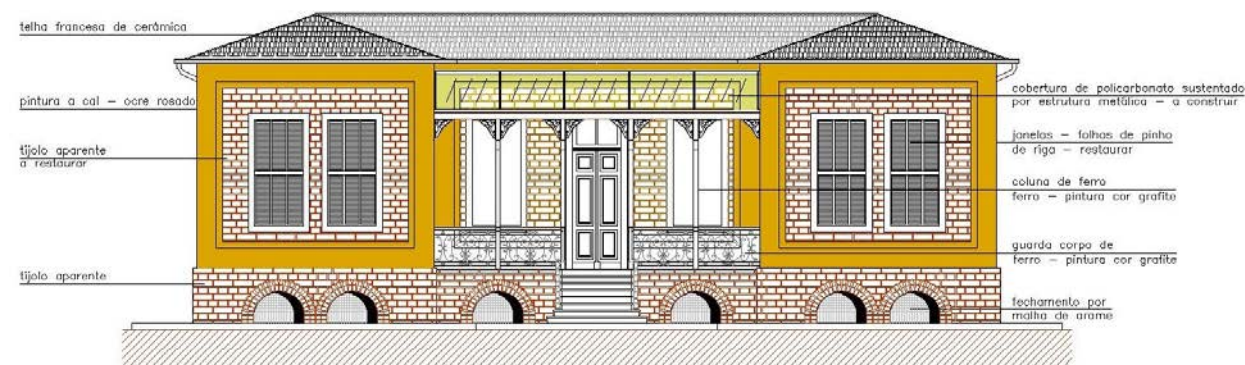


Figura 1: Reconstituição da elevação frontal do Pavilhão Classe em 1999. Fonte: Paulo Fraga Silveira, 1999.

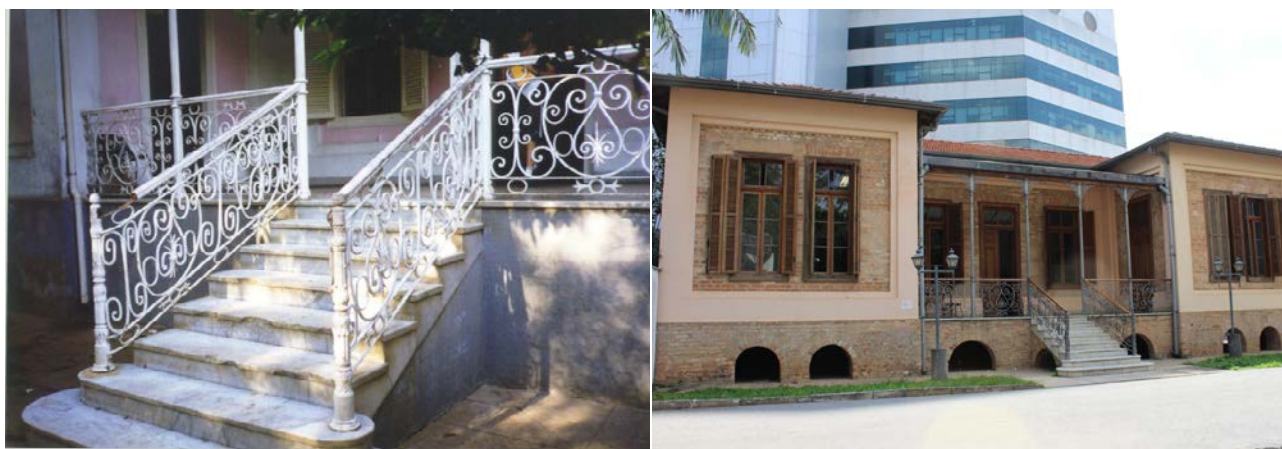


Figura 2: Escada de acesso ao alpendre frontal do Pavilhão Classe em 1999. Fonte: Paulo Fraga Silveira, 1999.

Figura 3: Vista frontal do Pavilhão Classe restaurado. Fonte: Paulo Fraga Silveira, 2018..

dos recursos para a execução das obras e em 2002 estavam concluídas essa etapa de restauração. No restauro o objetivo foi garantir a autenticidade da arquitetura original além de reinterpretar as soluções dadas, as técnicas construtivas e o contexto em que a edificação foi concebida e construída.

A conclusão do restauro do Pavilhão Classe promoveu uma divulgação do valor arquitetônico e histórico do edifício (Figura 3), sendo inclusive objeto de apresentação na 5ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo em 2003, o que suscitou ações de tombamento pelos órgãos competentes de São Paulo.

As ações de tombamento do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo

Em 2005, o CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, pela Resolução 08/2005, aprovou o tombamento Hospital Emílio Ribas, tombamento este que “engloba duas edificações (o antigo Pavilhão de Classe, atual Casa Rosada, e o Pavilhão nº 2, sede da biblioteca) e o portão original. Remanescentes do antigo Hospital de Isolamento da Cidade de São Paulo”. (CONPRESP, 2005)

Segundo Miura (2015, p. 57), em 2007 ocorreu o tombamento pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) do denominado Quadrilátero da Saúde, na cidade de São Paulo (figuras 4 e 5), um marco na história da implantação do sistema de saúde pública no Estado de São Paulo. Este tombamento realizado pelos técnicos deste conselho estadual foi o resultado de análises que se consubstanciaram

num documento interno denominado Estudo de Tombamento do Quadrilátero da Saúde, memória dos investimentos públicos na área da saúde no bairro de Pinheiros. São Paulo, de 2005, e resultou no Processo nº 52.290/2005.

Anteriormente a 2005, dentro do denominado Quadrilátero da Saúde, o CONDEPHAAT já havia reconhecido como patrimônio cultural estadual o Acervo da Capela do Hospital das Clínicas, o Instituto Oscar Freire, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o Edifício Central do Instituto Adolfo Lutz e o Conjunto de Edificações da Associação do Clube Atlético Oswaldo Cruz; processos Condephaat SCET 09079/1969, 20.625/1978, 26.329/1988, 28.225/1990, respectivamente. (MIURA, 2014, p. 59).

Neste processo de tombamento de 2007 (Processo nº 52.290/2005) delimitou-se um perímetro, o chamado quadrilátero da saúde, no qual os três edifícios remanescentes do antigo Hospital de Isolamento, nosso objeto de estudo, quais sejam os edifícios Casa Rosada, Casa Azul e Biblioteca do Instituto Adolpho Lutz, estão na área envoltória aos bens tombados.

Procurando fazer uma revisão dos conceitos de área envoltória, uma equipe do CONDEPHAT, formada pelas especialistas Sílvia Wolff, Dayse de Camargo, Fátima Tavella, Paulo Del Negro e Tereza Epitácio, desde maio de 2005 deu início a um estudo sistemático dos edifícios do quadrilátero visando uma ampliação dos tombamentos realizados nos processos entre 1969 e 1990 e nas restrições de áreas envoltórias. (MIURA, 2014, p. 61)

Estes estudos da equipe de técnicos do CONDEPHAAT foram realizados paralelamente ao processo de tombamento pelo

¹ Ver: SILVEIRA, Paulo Fraga. Projeto de Restauro do Antigo Pavilhão Classe do Hospital de Isolamento de São Paulo. Catálogo da 5ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, Exposição Geral, 2003, pg 375.



Figura 5. Localização dos principais edifícios do complexo hospitalar Hospital Emílio Ribas na planta da cidade de São Paulo de 1930. Em destaque: Hospital de Isolamento, Faculdade de Medicina e Cirurgia, Instituto de Higiene e Cemitério do Redentor. Ainda, no lado oposto da Avenida Doutor Arnaldo, o Cemitério do Araçá. Mapeamento 1930 – Sara Brasil http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx . Acessado dia 15/01/2018

Os hospitais com partido em bloco (inspirados nos antigos templos romanos) e em cruz foram, a partir de então, considerados inadequados, propondo-se, como alternativa, um novo modelo hospitalar: o hospital pavilhonar tido como solução arquitetônica ideal, numa época em que os trabalhos de Pasteur (1864) sobre o papel das bactérias como agente de enfermidades e os de Kock (1876) sobre os perigos do contágio recomendavam o isolamento dos pacientes com enfermidades potencialmente contagiosas. Nesta tipologia as edificações eram concebidas como isoladas em diversos pavilhões com funções diferenciadas como as enfermarias para doenças específicas e os edifícios administrativos com serviços de apoio. Entre os diversos pavilhões se dispunham passagens e caminhos abrigados para conectá-los, viabilizando a separação de doentes e doenças e, sobretudo, a disponibilização de “um considerável volume de ar, continuamente renovado pelos ventos.” (BENCHIMOL, 1990)

Segundo Claude Mignot (1983, p. 229), foram inúmeros os tratados e publicações sobre hospitais no século XIX, destacando-se as obras de Casimir Tollet que ficou conhecido por suas realizações no campo da arquitetura higienista para quartéis e hospitais. Concebeu o sistema Tollet fundado nas teorias aeristas para o combate aos miasmas e propôs princípios para a construção de edifícios hospitalares pavilhonares submetidos aos conhecimentos médicos do período fundamentados na teoria do contágio.

Uma de suas obras de grande referência para a construção de hospitais pavilhonares foi o tratado também de Casimir Tollet de 1894, denominado *Les hôpitaux modernes au XIXe siècle: description des principaux hôpitaux français et étrangers*, consolidando o que ficaria conhecido como sistema Tollet.

Nesta obra de 1894, Casimir Tollet comentaria sobre as experiências em construções hospitalares em Portugal destacando o trabalho de Costa Simões:

Em Portugal, o mesmo movimento progressivo se desenha sob a influência competente dos higienistas, notadamente o eminente professor A A da Costa Simões, diretor da Faculdade de Medicina de Coimbra, que num importante trabalho denominado “Construções Hospitalares (noções geraes e projectos)”, com referência aos hospitais da universidade, expôs os princípios a seguir em Portugal. (TOLLET, 1894, p.137)

Casimir Tollet comenta ainda nesta obra de 1894 que os resultados obtidos numa aldeia no Congo Português, pela Societé de construction du système Tollet, havia sido uma excelente demonstração, recomendando para os climas quentes as varandas contornando todo o edificio, ou ao menos no lado sul, com as longas alas sendo orientadas na direção leste-oeste. (TOLLET, 1894, p. 137)

As varandas, consideradas por Casimir Tollet como adequadas para climas quentes, estão presentes na obra de Costa Simões e foram utilizadas no Brasil. A obra de Antônio Augusto da Costa Simões, denominada *Construções Hospitalares (noções geraes e projectos)*, publicada em Coimbra em 1890, pode ser considerada um tratado para construções hospitalares e foi inspirada na obra de Casimir Tollet.

O professor da Universidade de Coimbra também afirmou que visitara a exposição de Paris em 1878 na qual o sistema Tollet fora exposto. Portanto, a formulação deste sistema na Europa já se fazia no final da década de 1870 tendo sido a exposição Universal de Paris de 1878 um palco para a sua difusão.

Costa Simões afirmou em sua obra que havia se inspirado no tipo de enfermaria que o notável arquiteto Casimir Tollet havia oferecido na sua obra *Mémoires sur les logements collectifs, hôpitaux, casernes, etc....* de 1878, a partir da qual o professor da Universidade de Coimbra havia formulado diretrizes para

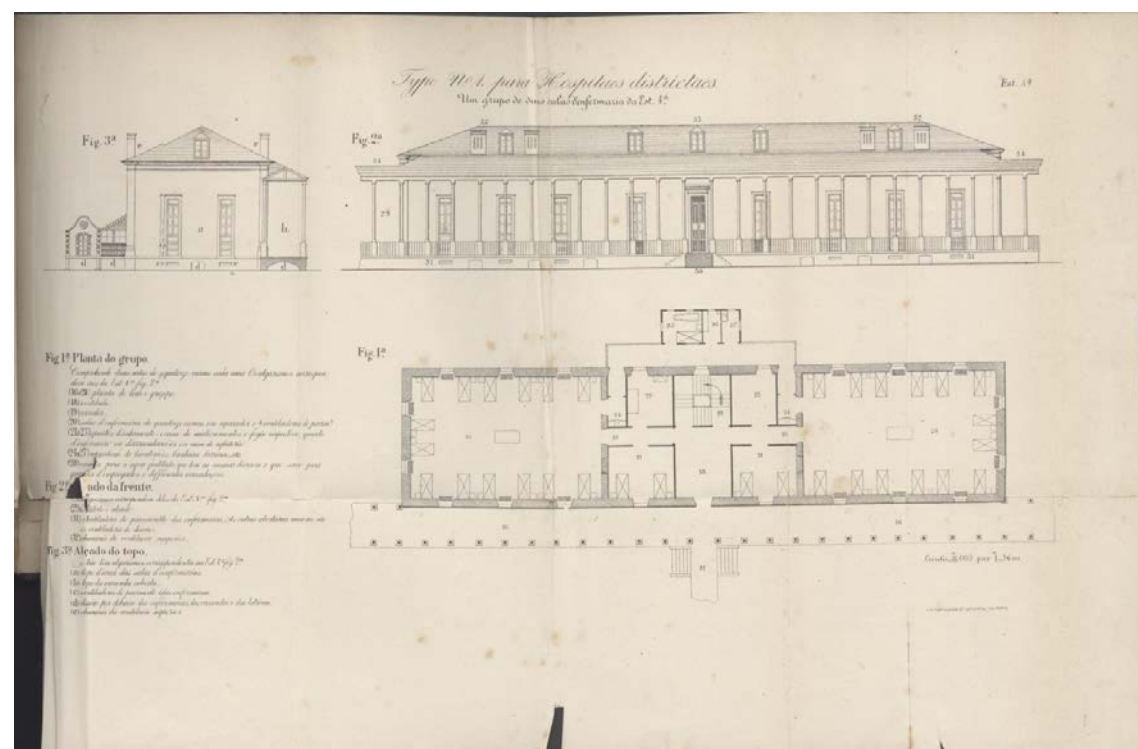


Figura 6. Projeto para hospitais distritais na obra de Costa Simões de 1890.

hospitais distritais e municipais. (COSTA SIMÕES, 1890, pgs. 312-313) (Figura 6)

Em sua obra de 1890, Costa Simões apresenta princípios construtivos para projetos de hospitais distritais e hospitais municipais que seriam, segundo o próprio autor “adaptados ao sistema Tollel”. (COSTA SIMÕES, 1890, p.587 e seguintes) Nesta obra afirma ainda que havia feito uma adaptação do isolamento do Boston free hospital, a partir do qual propõe uma distribuição dos diversos edifícios do complexo contendo: casa de administração, pavilhões de enfermaria, a enfermaria dos variolosos e a galeria coberta de ventilação entre as diversas repartições. (COSTA SIMÕES, 1890)

No projeto proposto para hospitais distritais Costa Simões comenta que havia disposto duas casas especiais para variolosos, ou para quaisquer outros doentes de moléstias contagiosas e descreve sobre projetos de pequenas enfermarias de isolamento, dentre quatro tipos, uma “Pequena casa de ferro e tijolo, sistema Tollel”.

O projeto de Tollel, segundo Costa Simões, se “acha disposto em pavilhões isolados, de um só pavimento de enfermarias, formando grupos de duas salas, de 14 camas cada uma” e a capacidade geral do hospital deveria ser de 200 camas. Para a boa higiene do estabelecimento propõe que fossem delimitadas zonas sanitárias. (COSTA SIMÕES, 1890, pgs 593- e seguintes)

Os conceitos de arquitetura pavilhonar apresentados por Casimir Tollel e Costa Simões são recorrentes na arquitetura hospitalar empregada em São Paulo.

O hospital pavilhonar em São Paulo

Francisco de Paula Ramos de Azevedo, a principal expressão da Arquitetura Eclética do Estado de São Paulo realizou diversos edifícios hospitalares fazendo recurso ao sistema pavilhonar, recomendado pelos higienistas do período.

Em 1879, Ramos de Azevedo participou do concurso para a construção do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. O projeto escolhido neste concurso foi o do engenheiro-arquiteto Luiz Pucci, mas caberia a Ramos de Azevedo a administração das obras. No julgamento da proposta de Luiz Pucci, a comissão destacava que a mesma havia sido pautada em princípios de higiene. Renato Gama-Rosa Costa afirma que, segundo seu próprio memorial do projeto, a inspiração de Luiz Pucci fora os hospitais pavilhonares estudados pela Academia de Ciências da França e o trabalho de Florence Nightingale. (COSTA, 2011, p.31)

A construção da Santa Casa de Misericórdia foi iniciada em 1881, tendo sido inaugurada em 1884, ainda inacabada, quando o jornal A Província de São Paulo descreveu, em 2 de setembro, aspectos da construção:

A frontaria já está principiada; os alicerces elevam-se a 2 metros. Estende-se um grande terraço por toda a frente das quatro enfermarias... O calçamento da frente será feito todo de pedra de cantaria. O estilo das obras é gothico. Os corredores são abobadados. Os tectos não abobadados são forrados de estuque. Nesse trabalho não entrou madeira. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, apud CAMPOS, 2011)

Ramos de Azevedo ainda projetou e construiu na cidade de São Paulo mais quatro complexos hospitalares. Em todos eles fez recurso à tipologia pavilhonar e do isolamento: o Asilo da

² Costa Simões foi professor e diretor da Faculdade de Medicina de Coimbra e escreveu diversas obras sobre arquitetura hospitalar.

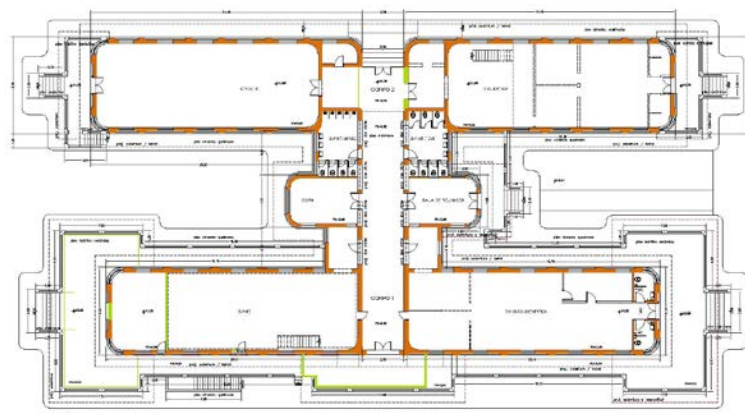


Figura 7. Planta do Pavilhão 2 do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo, levantada por Paulo Fraga Silveira em 2002.



Figura 8: Elevação frontal da primeira ala do Pavilhão 2. Fonte: Paulo Fraga Silveira, 2002..

Mendicidade, entre 1879 e 1902, o Asilo do Juquery, entre 1895 e 1898, o Hospital Militar de São Paulo, entre 1895 e 1916 e Instituto Vacinogênico em 1894.

Contava inicialmente com “oito pavilhões ligados por galerias, quatro para cada sexo, e até 1920 mais 11 foram construídos, totalizando 17 pavilhões de dois pavimentos espalhados por uma grande chácara, afastada do centro da cidade de São Paulo”. (COSTA, 2011, p.32)

A construção se iniciou em 1895 e foi concluída em 1898 num terreno à margem da Estação Juquery da companhia inglesa de estrada de ferro, limitado de um lado pelo Rio Juquery. (CARVALHO, 2000, p. 202)

O projeto para o Asilo do Juquery que também era um Hospital de Alienados, também foi concebido com pavilhões interligados por galerias cobertas e áreas ajardinadas entre os pavilhões. O complexo era composto de um edifício principal e dois grupos de quatro pavilhões, simetricamente dispostos e separados por sexo. O edifício da administração foi projetado em estilo neogótico. “Nos demais pavilhões, Ramos de Azevedo manteve a linguagem funcional, com destaque para as varandas com estrutura em ferro e cobertura em telha francesa”; no interior as paredes foram revestidas com azulejos impermeáveis. (COSTA, 2011, p.33)

Ramos de Azevedo, em um relatório encaminhado para o secretário de Estado, Alfredo Pujol, em 1896, cometa que a implantação do Asilo do Juquery se faria em “uma vasta superfície em situação excepcional de salubridade, pela amenidade de seu clima, por sua excelente exposição, pelos largos horizontes que descortina e pela natural drenagem do seu solo”. Sobre a distribuição da planta ele comentaria que “o tipo adotado para a distribuição dos serviços é o de pavilhões isolados, comunicando-se por meio de galerias cobertas”. (RAMOS DE AZEVEDO, 1896 apud CARVALHO, 2000, pgs. 207-208)

A tipologia pavilhonar nos demais edifícios remanescentes do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo

Como nas demais construções já demolidas do antigo Hospital de Isolamento de São Paulo, os conceitos da arquitetura pavilhonar hospitalar estão presentes em mais dois edifícios remanescentes, o Pavilhão 2 e o Pavilhão 4.

O Pavilhão 2 (figura 7), construído em 1894, era também conhecido como Casa Azul, foi erguido sobre um porão em média a 1,20 de altura, contendo arcos plenos vazados para garantirem uma ventilação constante, funcionando como colchão de ar. Sua estrutura pavilhonar é marcada por várias entradas, sendo todas independentes, nas extremidades das alas e na parte frontal e posterior. As suas entradas são avandadas, cercadas e protegidas por gradis de ferro, cobertas por telheiros de telhas cerâmicas francesas e sustentadas por colunas de ferro fundido (Figura 8). Estas estruturas de ferro possuem ornatos e mão francesas na parte superior. Em todas as varandas ou pátios internos foram utilizados como recurso estrutural e arquitetônico os elementos dos gradis e colunas de ferro fundido ornados. No piso das varandas foram utilizados ladrilhos hidráulicos coloridos sobre laje abobadilhada. A fachada é composta, como também a planta, de forma simétrica revelando uma correspondência entre os painéis e aberturas dos arcos plenos nos porões. As aberturas são marcadas por janelas amplas, altas com bandeiras sendo compostas por dois conjuntos de folhas, uma em vidro e outra em veneziana de madeira. Apesar do Pavilhão 2 ter sofrido uma grande reforma no início do século XX, podemos afirmar que as portas foram concebidas em madeira, conforme iconografia antiga. Percebemos que todas essas características aparecem nos elementos projetados para as áreas externas.

No piso desta varanda foram utilizadas pastilhas bancas e azuis (Figura 9).



Figura 9: Piso hidráulico utilizado na varanda do Pavilhão 2.
Fonte: Paulo Fraga Slveira, 2002.

Figura 10. Vista da varanda da ala frontal do Pavilhão 2.
Fonte: Paulo Fraga Slveira, 2002..

A prospecção e análise do edifício Pavilhão 2 forneceu subsídios para compreender a arquitetura do sistema pavilhonar original do Hospital de Isolamento de São Paulo, uma vez que este pavilhão sofreu uma reforma pautada nos princípios de uma arquitetura Art déco no início do século XX. (Figura 10).

No que se refere ao Pavilhão 4, este foi construído em 1900, com pavimento único sobre um porão com um 1,20 m de altura em média, sendo essa alterada conforme declividade do terreno. Originalmente os porões eram formados por diversos arcos plenos que foram em uma reforma cobertos parcialmente. Uma varanda contínua envolve a ala na parte frontal e nas laterais esquerda e direita. Essa varanda é sustentada por esbeltas colunas de ferro fundido e possuem um gradil de ferro em toda sua extensão.

O Pavilhão 4 era composto além do grande pavilhão principal de um anexo posterior interligado por uma passarela (Figura 11). A passarela revela a intenção de isolar os dois blocos deste pavilhão.

O Pavilhão 4 foi objeto de pequenas reformas na década de 1960. Todavia, o edifício ainda preserva suas varandas protegidas e envolvidas por gradis de ferro ornamentados com cobertura em telhas cerâmicas francesas sustentada por colunas de ferro fundido. Essas colunas delgadas que possuem mão francesas na sua parte superior para sustentar a varanda são todas ornadas (figura 12 e 13).

O edifício foi concebido sobre estruturas em alvenaria, que funcionam como baldrame constituindo o porão; essas largas paredes sustentam as lajes do piso e conseqüentemente suas paredes mais finas.

As janelas são compostas por folhas de vidro que se abrem

para o interior da edificação e por folhas venezianas de madeira que por sua vez se abrem para o exterior. As portas externas são de madeira almofadadas e com bandeira de vidro. Algumas possuem atualmente sobre as almofadas superiores uma folha de vidro, porém não podemos afirmar que esta fosse a solução original.

O gradil da varanda do Pavilhão 4 é ornamentado com volutas espelhadas nas partes inferior e superior. O piso da varanda conserva seu ladrilho hidráulico original.

A análise histórica dos aspectos construtivos do Pavilhão 4 também nos forneceu subsídios para compreender a arquitetura do sistema pavilhonar original do Hospital de Isolamento de São Paulo.

Conclusão

Este trabalho permite subsidiar o tombamento dos três edifícios analisados, a Casa Rosada (Pavilhão Classe), a Casa Azul (Pavilhão 2) e o Pavilhão 4, destacando que este edifício que ainda não foi tombado pelo CONPRESP, é o exemplar mais autêntico da arquitetura pavilhonar do século XIX, o que justifica a sua preservação como exemplar de uma arquitetura singular difusa universalmente. A Casa Rosada (Pavilhão Classe), como o próprio nome revela, é uma construção que segue os conceitos da arquitetura higienista do período, mas não se configura especificamente como um pavilhão. A Casa Azul (Pavilhão 2) perdeu autenticidade quando foi reformada em 1930 segundo projeto e execução do chefe de Engenharia Sanitária, Mario Ayrosa, todavia o projeto art déco de sua reforma deu ao edifício um valor arquitetônico singular que contribui para os argumentos de seu tombamento.

REFERÊNCIAS

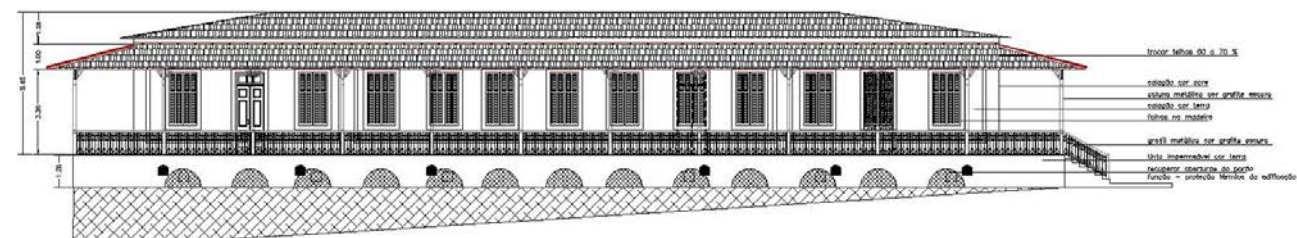


Figura 11. Levantamento gráfico da elevação principal do Pavilhão 4.
Fonte: Paulo Fraga Silveira, 2002..



Figura 12. Gradis de ferro da varanda da entrada principal do Pavilhão 4.
Fonte: Paulo Fraga Silveira, 2018.



Figura 13. Mão francesa em ferro fundido na coluna do Pavilhão 4.
Fonte: Paulo Fraga Silveira, 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

CAMPOS, Eudes. Hospitais paulistanos: do século XVI ao XIX. Informativo Arquivo Histórico de São Paulo. São Paulo, 2011, nº29.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura hospitalar em São Paulo. In: Maria Lucia Mott; Gisele Sanglard. (Org.). História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri: Manole; Fiocruz, 2011, v. , p. 25-61.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Ramos de Azevedo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Processo de tombamento nº 52.290/2005.

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução 08/2005, 2005.

MIGNOT, Claude. L'architecture au XIXe siècle. Fribourg: Office du Livre, 1983, p. 212 a 226.

MIURA, Priscila Miyuki. Quadrilátero da Saúde: patrimônio edificado da Universidade de São Paulo - USP. Revista CPC, 2014, (18), 56-80. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p56-80>

SILVEIRA, Paulo Fraga. Projeto de Restauro do Antigo Pavilhão Classe do Hospital de Isolamento de São Paulo. Catálogo da 5ª Bienal Internacional de

Arquitetura de São Paulo, Exposição Geral, 2003, pg 375.

SIMÕES, Antônio Augusto da Costa. Construções Hospitalares (noções gerais e projectos). Coimbra, 1890.

TOLLET, Casimir. Les hôpitaux modernes au XIXe siècle: description des principaux hôpitaux français et étrangers Paris, 1894.

Educação em Arquitectura e Património – uma oportunidade e um valor patrimonial

Paula Torgal¹

¹ Arquitecta e Presidente da OASRS
Email: paula.torgal@gmail.com

A redação deste artigo para o 6.º Fórum Internacional do Património Arquitectónico Portugal / Brasil coincide com o desenvolvimento do processo de uma iniciativa relevante, que remonta ao ano de 2017, com capacidade de impacto social, que estamos a desenvolver na Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul [OASRS]. Refiro-me ao arranque do projeto estratégico Por uma Educação em Arquitectura, um verdadeiro desígnio que tem por objectivo promover uma reflexão conjunta da comunidade escolar, para a importância e compreensão do espaço arquitectónico, e a sua influência no desenvolvimento de competências das crianças. Acreditamos que este projecto, a prazo, quando se enraizar, ganhar escala e capilaridade com a presença expressiva no território e comunidades educativas, poderá contribuir de forma decisiva para a transformação de atitudes e comportamentos na relação das comunidades com o espaço público e com o edificado. Este projeto insere-se num imperativo de valorização e dignificação consistente do exercício da profissão da Arquitectura, que é assumidamente um pilar estratégico de condução a médio e longo prazo, de um reconhecimento essencial da profissão. Educar em Arquitectura, e para a Arquitectura é, também, neste sentido, uma etapa do caminho de valorização da profissão e, em nosso entender, parece-nos indispensável que seja implementada desde cedo. Reflectindo sobre o porquê da ideia de criar algo em torno da Educação em Arquitectura, creio que é o resultado da soma de vários elementos em que a minha circunstância pessoal se cruza com a minha vida e experiência profissional, e com a actividade associativa. Desta conjuntura vários aspectos contribuíram para que, da ideia, se pudesse criar um projecto com estas características. E porque considero que é na Ordem dos Arquitectos que estes temas deverão acolher reflexão, encontrei espaço e momento determinante na OASRS, para que as reflexões iniciais pudessem ganhar corpo e estrutura. Assim, lançámos, neste mês de Abril, uma Open Call para a apresentação de propostas que têm como destinatários todos aqueles que queiram envolver-se num projecto onde, professores, crianças, arquitectos e colectivos, possam adquirir ferramentas que visem, a longo prazo, trazer conhecimentos e desenvolver novas capacidades que permitam um olhar crítico sobre os espaços que habitam, usufruem, e devem salvaguardar.

Muito mais do que lançar um desafio às escolas, o projecto vencedor terá de envolver as crianças, que deverão ter um papel activo e participativo na tomada de decisões dos processos de construção do espaço. É nosso objectivo que, com o apoio da Secção Regional do Sul da Ordem dos Arquitectos, o projecto vencedor, a título de projeto-piloto, possa ser implementado numa escola, ainda durante o ano de 2019. Actualmente, o ensino básico em Portugal, contempla várias disciplinas, como, por exemplo, a Educação Musical e a Educação Visual, mas não contempla nem oferece a Educação Arquitectónica como opção



pedagógica ou curricular. Ora, se a Educação em Arquitectura é de vital importância para a aquisição de noções de proporção, escala e tridimensionalidade, então a consciência destas noções é fundamental para o desenvolvimento da compreensão do espaço que habitamos, e consequentemente para a compreensão do papel do Arquitecto na Sociedade. Um papel que ainda não é devida e totalmente reconhecido. Como requisitos da Open Call, os projectos a submeter devem conter três elementos centrais: desde logo, devem propor a utilização de ferramentas educativas que contribuam para a percepção dos conceitos espaciais e arquitectónicos. O valor da proposta pedagógica e sua interligação com o currículo são factores importantes para que tenha impacto junto das crianças e dos professores. Da mesma forma, o projecto deve propor uma reflexão crítica sobre o espaço escolar, pois o projecto tem que fazer sentido para a comunidade educativa em geral, e para as crianças em particular. Finalmente, as propostas devem promover a participação conjunta de todos os envolvidos no processo, com especial enfoque no envolvimento e participação das crianças nas decisões. Esta Open Call, e o que dela resultar, deve ser sempre entendida como um ponto de partida, e não como um ponto de chegada. Há ainda um longo caminho a percorrer para tornar a Educação em Arquitectura numa realidade mais ampla e capaz de impactar públicos mais vastos. Se a implementação da Educação em Arquitectura, de uma forma continuada e para todas as idades, poderá contribuir para um reconhecimento mais abrangente da profissão, também é verdade que poderá ser um embrião importantíssimo para termos gerações mais sensibilizadas e conscientes para a importância de estudar, salvaguardar e proteger o Património, entendido de forma transversal. Deixo, também, a seguinte reflexão: "Património" é construído com a identidade e a verdade de um tempo! Qual a verdade do nosso tempo na construção do nosso Património?!

Faço votos para que este 6.º FIPA acolha a Educação em Arquitectura como um projeto importante para a salvaguarda e compreensão futura do Património!



Resumos selecionados pela Comissão Científica do 6º FIPA

Materiais e tecnologia de produção de tijolos argilosos históricos usados na alvenaria do séc. XVIII em Aveiro, Portugal

Alice Tavares¹, Clara Magalhães², Rosário Soares², Aníbal Costa¹

¹ RISCO – Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro (e-mail: tavares.c.alice@ua.pt)

² CICECO – Departamento de Química da Universidade de Aveiro

Palavras Chave: tijolos de alvenaria, processos de produção

Estudos da composição e da estrutura dos materiais que constituem tijolos argilosos de alvenaria em edifícios históricos podem fornecer importantes bases para o conhecimento da arquitetura civil do séc. XVIII e para aplicação de técnicas de conservação de património. Estes estudos ainda são escassos em Portugal, mas absolutamente necessários.

O objetivo principal deste trabalho, foi a caracterização de diferentes tipos de tijolos recuperados da estrutura de um edifício, no centro de Aveiro, com fases de construção distintas do séc. XVII ao séc. XX, em fase de demolição. Tinha paredes de alvenaria ordinária contendo terra, tijolos e adobes e tijolos mais claros em certos locais da construção. Foram efetuados testes para caracterizar a composição e as propriedades físicas com o propósito de identificar as técnicas de produção provavelmente utilizadas de forma a separar produtos manufaturados recorrendo ou não a processos de cozedura e os que já teriam sido produzidos utilizando tecnologias pré-industriais. No séc. XVIII a alvenaria usada na construção de paredes na região centro de Portugal era na sua maioria seca ao sol (adobes) e constituída por tijolos produzidos em pequenas empresas familiares, com fornos a lenha e a carvão. O elevado nível freático da região da ria de Aveiro, levou à utilização de tijolos de argila em locais específicos da construção, como na base onde se torna essencial prevenir a ascensão de água e de sais.



A análise de fases cristalinas foi feita por difração de raios-x de pós e a sua identificação por comparação dos difratogramas com a base de dados do ICDD (International Centre for Diffraction Data), com restrições de busca impostas pelos resultados de análise química por EDS (Electron Dispersive Spectroscopy) das amostras sólidas observadas por SEM (Scanning Electron Microscopy). Para determinar a resistência mecânica à flexão e à compressão (EN 1015-11, 2001), a absorção de água (EN 1015-18, 2004) e a profundidade de carbonação dos tijolos de argila cortaram-se prismas para a realização dos testes de acordo com os requisitos da norma.

Nos tijolos de argila aplicados em paredes ou chão analisados foi identificada a presença de quartzo, feldspatos e meta-ilite (KAl₂Si₃O₁₁) (TPONT e TGLI) provavelmente resultante da desidroxilação do mineral de argila ilite por tratamento térmico a temperaturas entre os 550 e os 800 °C [1]. Esta composição é compatível com a utilização de

matérias-primas da região de rochas sedimentares da aluvião de Aveiro [2]. Outros tijolos, mais claros (TB) parecem ter funções especiais na construção do edifício e composição distinta, nomeadamente mulite e calcite. Estes resultados podem contribuir para aprofundar o conhecimento dos materiais e das técnicas de construção e melhorar o conhecimento dos critérios de compatibilidade a aplicar nos processos de conservação do património.

Referências

[1] Shoval, S., (2016). Fourier Transform Infrared Spectroscopy (FT-IR) in Archaeological Ceramic Analysis, in The Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis, Alice M. W. Hunt (Ed.), Oxford University Press, Oxford, UK, Chapter 28. [2] Vidinha, J., Rocha, F., Andrade, C., Gomes, C., Freitas, C., (2007). Clay Minerals – A Mineralogical Tool to Distinguish Beach from Dune Sediments, Journal of Coastal Research SI50, 216-220.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece o apoio da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do seu Programa de Pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/113053/2015. Os autores agradecem o apoio das unidades de Investigação CICECO - Instituto de Materiais de Aveiro, (FCT Ref. UID/CTM/50011/2019) e RISCO – Departamento de Engenharia Civil, da Universidade de Aveiro financiados por fundos nacionais através da FCT/MCTES.

CemRestore - Argamassas para a conservação de edifícios do início do séc. XX

Cristiano Figueiredo¹, Clara Vale², Manuel Vieira³, António Santos Silva³, Rosário Veiga³, Alice Tavares¹, Ana Velosa¹

¹RISCO – Universidade de Aveiro

²CEAU – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

³Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Palavras chave: cimento natural; séculos XIX e XX; revestimentos

Objetivos

O projeto CemRestore visa o estudo de revestimentos de edifícios do início do séc. XX e o desenvolvimento de argamassas compatíveis para a utilização em intervenções de reabilitação e conservação.

Contextualização do projeto

O património edificado do final do séc. XIX e início do séc. XX caracteriza-se por uma diversidade de estilos arquitectónicos, nomeadamente a Arte Nova, Art Deco e o Modernismo. Existe uma lacuna de informação acerca das argamassas desta época, havendo a necessidade de identificar os ligantes, agregados e traços utilizados. Em Portugal, este período caracteriza-se por uma alteração dos ligantes passando-se do uso generalizado da cal, para a utilização de cimento. Alguns destes cimentos enquadram-se dentro da gama dos cimentos naturais também conhecidos como cimentos romanos; outros poderão ser cimentos artificiais mas distintos do atual cimento Portland.

Patenteado em 1796 por James Parker, o cimento natural resulta da calcinação de rochas argilo-calcárias, com elevado teor de argila, sem alteração de composição após extração, resultando num material maioritariamente reativo com água, facto que o distingue da cal hidráulica natural, cujo processo de obtenção é semelhante. A origem da matéria prima determina assim as propriedades do cimento levando a variabilidades entre os vários locais de produção. Em Portugal, à semelhança de Espanha e ao contrário da Europa central, o uso deste ligante deu-se numa época mais tardia, maioritariamente entre o final do séc. XIX e início do séc. XX [1].

Casos de estudo

Foram retiradas amostras do Teatro Nacional de S. João cuja análise indica que os ligantes utilizados na época de construção deste edifício – 1918 – se enquadram no esperado para um cimento natural [2]. Elementos ornamentais obtidos do Mercado do Bolhão no Porto (1914) apresentam diferentes camadas de argamassa com aspetos distintos indicando a possibilidade de terem sido utilizados traços, agregados e ligantes variados. Análise preliminares indicam a presença de ligantes de natureza hidráulica [3].

Conclusões

A designação “cimentos naturais” comporta uma gama diversificada de cimentos utilizados nesta época. Para estudar variabilidade destes materiais em Portugal, irão ser realizados testes adicionais às amostras já recolhidas e a amostras adicionais de argamassas e betões representativas deste período [4]. Complementarmente, serão analisados documentos de obras dos arquivos municipais, da Fundação Marques da Silva e de outros arquivos estatais e particulares. Será assim permitido retirar conclusões mais seguras relativamente à utilização deste ligante, do que distingue o cimento natural dos outros ligantes hidráulicos, das formas mais adequadas de intervenção neste tipo de revestimentos e, paralelamente, o desenvolvimento de argamassas compatíveis.

Agradecimentos

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-031612 e do programa de Pós-doutoramento SFRH/BPD/113053/2015.

Referências

- [1] Varas, M. J., de Buergo, M. A., & Fort, R. (2007). The origin and development of natural cements: The Spanish experience. *Construction and Building Materials*, 21(2), 436–445.
- [2] Velosa, A., Rocha, F., Costa, A., Coroado, J., Fragata, A., Paupério, E. (2011) Characterization of the conservation state of decorative elements from the façade of Teatro Nacional de S. João, Porto, 12th International Conference on Building Materials and Components (XII DBMC). FEUP, Porto, 12 a 15 de Abril de 2011
- [3] Silva, A. (2014). *Revestimentos do início do século XX*. Universidade de Aveiro.
- [4] Almeida, L.; Santos Silva, A.; Veiga, R.; Mirão, J.; Vieira, M. (2018). Betões de edifícios galardoados com o Prémio Valmor de Arquitectura. *Caracterização e contributos para a sua salvaguarda*. Encontro Nacional Betão Estrutural BE 2018. Lisboa, 7 – 9 novembro.
- Endereço para correspondência: cristianofigueiredo@ua.pt

Apoio à decisão em intervenções de reabilitação de património construído baseado em Análises Custo-Benefício

Maria João Falcão Silva*¹, Filipa Salvado*², Paula Couto*³, Manuel Baião*⁴

* Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Edifícios

¹ mjoaofalcao@lnec.pt

² asalvado@lnec.pt

³ pcouto@lnec.pt

⁴ mbaiao@lnec.pt

Introdução

A União Europeia tem vindo a definir políticas com vista à preservação ambiental e racionalização dos recursos, refletidas no programa comunitário Horizonte 2020. No setor da construção a procura por soluções conduz a uma aposta no aumento da vida útil do património existente, através da sua reabilitação. Neste contexto, o uso de metodologias de Análise Custo-Benefício (ACB) contribui de forma muito positiva para fundamentar decisões de investir na reabilitação do património construído. A finalidade de uma ACB é avaliar a viabilidade de um projeto, do ponto de vista do bem-estar social, através da soma dos seus custos e benefícios, com respetivos descontos, ao longo do tempo. (Falcão Silva et. al., 2014)

Objetivos

Enquadrar a metodologia ACB, que integra as políticas comunitárias, para apoio à decisão, e apresentar diretrizes para a generalização da sua implementação a projetos de reabilitação do património construído.

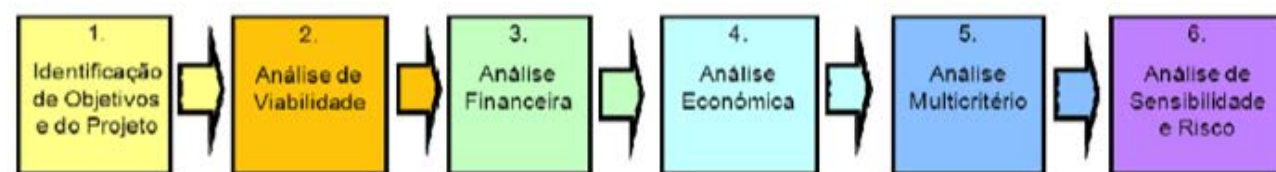


Figura 1 – Proposta de estruturação da metodologia ACB para apoio à decisão

Na FASE 1 identificam-se os objetivos socioeconómicos e os indicadores materiais, assim como o contexto da sua implementação. O conjunto de benefícios apresenta uma proporção adequada aos custos, sendo contabilizados os principais efeitos sociais e económicos diretos ou indiretos. Na FASE 2 realiza-se uma análise que garanta, de um ponto de vista técnico, a

viabilidade do projeto, considerando as diferentes soluções possíveis. Na FASE 3 faz-se uma análise de receitas e despesas (cash-flows), determinam-se preços de mercado relativos e respetiva distribuição (análise de sustentabilidade) e calcula-se a taxa de rentabilidade (retorno financeiro do projeto e do capital). Na FASE 4 aplica-se uma série de correções aos dados financeiros, considerando os benefícios e custos sociais (externalidades) não contabilizados e eliminando efeitos fiscais, o que permite converter os preços de mercado utilizados na FASE 3. A FASE 5 permite contabilizar vários critérios em simultâneo e assenta em escolhas múltiplas, sendo o tratamento dado a cada um das escolhas condicionante no que respeita à decisão final. Os resultados desta fase podem chegar a dar lugar a uma profunda alteração do investimento proposto, ou mesmo à sua rejeição. Na FASE 6 selecionam-se variáveis e parâmetros “críticos”, cujas variações apresentam efeitos mais pronunciados nos parâmetros económicos do modelo, em relação ao caso de referência, e efetua-se uma análise de risco para avaliar esses mesmos efeitos (Falcão Silva et. al., 2016) (Falcão Silva et. al., 2017).

Conclusões

O edificado representa um importante legado patrimonial e cultural, pelo que a utilização de ACB a projetos de investimento em reabilitação do património construído constitui um apoio fundamental aos agentes decisores quando da tomada de decisão de investir ou não em intervenções de reabilitação. Alguns estudos têm vindo a ser desenvolvidos, nomeadamente em edifícios de betão armado (1950 a 1970), cujos resultados se encontram a ser analisados.

Referências

Falcão Silva, M. J.; Salvado, F.; Coelho, E., (2014) Proposta de metodologia para uma análise custo-benefício de projetos de reabilitação. Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas 2014 (JPEE 2014), 26 a 28 de novembro, Lisboa, Portugal.

Falcão Silva, M. J.; Salvado, F.; Baião, M., (2016) Aplicação de modelos de análise custo benefício a projetos de reabilitação de património construído, 2.º Encontro Nacional sobre qualidade e inovação na construção – QIC 2016, 21 a 23 de novembro, Lisboa, Portugal.

Falcão Silva, M. J.; Salvado, F.; Baião, M., (2017) Application of cost-benefit analysis to structural reinforcement of ancient buildings. 7th International Conference on Mechanics and Materials in design (M2D2017), 11 a 15 de junho, Albufeira, Algarve, Portugal

Proposta de Sistema de Gestão de Ativos para Património Arquitetónico

Maria João Falcão Silva*¹, Filipa Salvado*², Paula Couto*³, Manuel Baião*⁴

*Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Edifícios

¹ mjoaofalcao@lnec.pt

² asalvado@lnec.pt

³ pcouto@lnec.pt

⁴ ava@lnec.pt

Introdução

A Gestão de Ativos é a atividade coordenada para otimizar o valor dos ativos de uma organização, que equilibra os benefícios e custos, riscos, oportunidades e desempenhos, procurando coordenar os recursos e procedimentos, garantindo a qualidade do serviço e permitindo gerar valor (IAM, 2012; Davies et. al., 2011; Davies and Register; 2008). A gestão de ativos constitui uma abordagem estratégica com o fim de obter uma atribuição ótima de recursos para a gestão, operação, manutenção e conservação de ativos (IAM, 2012). O conceito de gestão de ativos é uma filosofia que permite integrar diferentes áreas de uma organização (financeira, planeamento, recursos humanos, gestão da informação) ajudando a organização a gerir os seus ativos através do seu custo-benefício (ISO 55000, 2014; AASHTO, 2002).

Objetivo

Implementação de um sistema de Gestão de Ativos, baseado nas Normas ISO 55000, ISO 55001 e ISO 55002, e aplicável ao Património Arquitetónico, de forma a dar resposta às necessidades do setor da Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AECO).

Metodologia

Para um ativo atingir valor é necessário que seja gerido da forma mais correta e eficaz, implementando um sistema de gestão de ativos. A implementação de um sistema de gestão de ativos não é um processo imediato, é trabalhoso, e necessita de ser desenvolvido ao longo do tempo, requerendo planeamento e acompanhamento. (Dantas, 2014) Apresenta-se na Figura 1 um enquadramento para o ciclo de atividades a considerar num processo de implementação de um sistema de gestão de ativos adaptado das normas ISO 55000, ISO 55001 e ISO 55002.

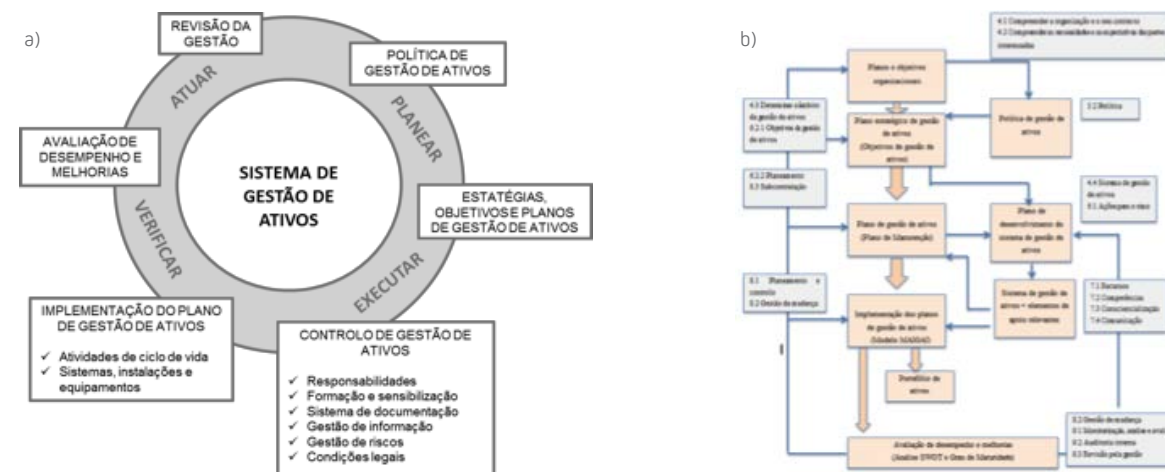


Figura 1 – Processo dos sistemas de gestão de ativos:

a) estrutura base; b) proposta de adaptação para infraestrutura integrada em Monumentos de Interesse Público (MIP)

Conclusões

A Gestão de Ativos encontra-se em evolução, a par da adoção generalizada das tecnologias de informação. No âmbito do caso de estudo (infraestrutura integrada em MIP) foram considerados três pontos fundamentais: i) verificação da importância económica dos ativos; ii) percepção da função da organização no controle dos ativos; iii) eficiência económica e otimização das despesas ao longo do ciclo de vida dos ativos. No contexto da definição de um sistema de gestão de ativos foram reconhecidos, também para o caso de estudo, cinco componentes básicos: i) conhecimento sobre os ativos; ii) propósito do gestor de ativos; iii) grau de maturidade; iv) nível de risco; v) plano de ação (risco).

Referências

- AASHTO, 2002 - Transportation Asset Management Guide. American Association of State Highway and Transportation Officials, Washington, DC.
- Dantas, R., 2014 - Modelo de Gestão de Ativos da via-férrea baseado em análise probabilística de Custos por Ciclo de Vida. Dissertação de Mestrado, IST, Lisboa
- Davies, R.; Dieter, J.; Mcgrail, T., 2011 - The IEEE and asset management: A discussion paper. Power and Energy Society General Meeting, IEEE, pp.1-5, 24-29.
- Davies, R.; Register, L., 2008 - PAS 55 - Why do we need a standard and how does it help?. Water Event, 6th Institution of Engineering and Technology, pp.1-33, 22-23.
- IAM, 2012 – Asset Management – An anatomy. The Institute of Asset Management.
- ISO 55000:2014 - Asset management – Overview, principles and terminology. Genève: International Organization for Standardization (ISO).
- ISO 55001:2014 - Asset management – Management systems: Requirements. Genève: International Organization for Standardization (ISO).
- ISO 55002:2014 - Asset management – Management systems: Guidelines for the application of ISO 55001. Genève: International Organization for Standardization (ISO).

Tratamento preliminar para o controlo de efeitos de humidades ascensionais em alvenarias antigas de terra

Alice Tavares^{1*}, Clara Magalhães², Rosário Soares², Aníbal Costa¹

¹ RISCO – Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro (e-mail: tavares.c.alice@ua.pt)

² CICECO – Departamento de Química da Universidade de Aveiro

Palavras-chave: thenardite, mirabilite, adobe, alvenaria ordinária

O Património Arquitetónico antigo na região litoral centro é sobretudo de adobe e de alvenaria ordinária de terra. A durabilidade das construções de adobe melhorou, no século XX, com a introdução de regulamentos que impuseram a existência de desvão sanitário e aberturas de ventilação, que atuam como meio de controlo das humidades ascensionais, da secagem das paredes e das vigas de madeira aplicadas ao nível do rés-do-chão. A presente investigação tem como objetivo: verificar se ações não intrusivas como a aplicação de água de cal e de argamassa de sacrifício na base de paredes de alvenaria de adobe e alvenaria ordinária, sem corte hídrico, num edifício dos finais do séc. XIX e inícios de XX da zona da Beira-Mar, Aveiro, alteravam a quantidade, o tipo de eflorescências e a rapidez de migração de sulfatos de sódio anidro (thenardite) e deca-hidratado (mirabilite) [1,2] (associados a humidades ascensionais) da parede para o reboco novo de cal aérea tradicional.

Para o efeito, foram recolhidas amostras de rebocos ao nível da base da construção, foi feita a caracterização dos materiais (propriedades físicas e composição), e analisado o comportamento da progressão da humidade e da presença de sais responsáveis pela manifestação de eflorescências. Houve uma monitorização higrotérmica do espaço de ensaio, quer em período anterior quer durante os ensaios. Realizaram-se dois tipos de ensaios: na Fase 1 fez-se a aplicação de água de cal, num perímetro de 0,5 m de largura por 1,0 m de altura na base de ambas as paredes: uma de alvenaria de adobe (A) e outra de alvenaria ordinária (B), após prévia remoção superficial de sais; e na Fase 2 aplicou-se argamassa de sacrifício [argamassa de cal aérea e areia tradicional (com traço de 1:3)] numa área de 0,4 x 0,4 m dentro da área da Fase 1. Foram feitas recolhas de amostras em três momentos, após 15 dias de aplicação de água de cal, outros dois após a aplicação da argamassa de sacrifício, aplicada após 3 meses da Fase 1 e analisada após 7 dias e após 10 dias da sua aplicação. Todas as amostras foram analisadas por difração de raios-x.

O tratamento das paredes com água de cal tem efeitos distintos em paredes de alvenaria de adobe e em paredes de alvenaria ordinária, considerando as mesmas condições ambientais interiores de humidade elevada (entre 73 e 90% de HR) e temperaturas baixas ($\leq 21^{\circ}\text{C}$). Na parede de adobe com a aplicação de água de cal os sais passaram a concentrar-se em áreas da parede mais favoráveis à sua precipitação, e diminuiu a quantidade de sal hidratado (mirabilite). Na parede de alvenaria ordinária, apesar de, visualmente, se verificar uma diminuição da presença dos sais, a aplicação de água de cal, não diminui a mirabilite nos nichos em que persiste. Em ambos os casos, para as condições ambientais registadas, a aplicação de água de cal foi benéfica, não colmatando inteiramente o problema das eflorescências. Em relação à aplicação de argamassa de sacrifício, após a fase preliminar, e nova remoção dos sais à superfície, não apresentou uma migração rápida de sais da parede para a argamassa, nas condições ambientais registadas, concluindo-se que ela resulta de um processo lento de formação dos sais, sendo necessários períodos mais alargados de ensaio e análises complementares a realizar na continuação do estudo.

REFERÊNCIAS [1] Doehne E., Selwitz C., Carson D. The Damage Mechanism of Sodium Sulfate in Porous Stone, Conference: Proceedings of the SALTeXPert Meeting, Prague, ARCCHIP and GCI. 2002.[2] López-Arce P., Doehne E. Kinetics of sodium sulfate efflorescence as observed by humidity cycling with ESEM. Proceedings of the Heritage, Weathering & Conservation, Madrid, Spain, 2006.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece o apoio da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do seu Programa de Pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/113053/2015. Os autores agradecem o apoio das unidades de Investigação RISCO e CICECO - Aveiro Instituto de Materiais, (FCT Ref. UID /CTM /50011/2019)

Intervenções no Património – Revestimentos, investigação e prática

Ana Velosa¹, Gabriel Andrade e Silva²,

¹ RISCO, DECivil, Universidade de Aveiro, avelosa@ua.pt

² DRCN, gasilva@culturante.gov.pt

Palavras-chave: Materiais tradicionais, argamassas, casos de estudo.

OBJETIVOS

Há uma longa tradição de utilização de materiais como a cal aérea, a terra, as fibras e as pozolanas em argamassas de revestimento exterior e interior de edifícios. Esta utilização privilegiou muitas vezes materiais locais e a tradição construtiva que emergiu de anos de utilização gerou soluções funcionais e compatíveis. Assim, o revestimento dos edifícios, quer interior, quer exterior era o último passo de execução dum sistema com funções protetoras e termo-higrométricas, para além da evidente componente estética que sempre transportou. O aparecimento do cimento em vários locais da Europa e do mundo modificou este panorama, gerando novas soluções construtivas, que também foram, erradamente, empregues em ações de reabilitação do património, gerando problemas pela incompatibilidade de materiais.

É objetivo deste trabalho esclarecer quais as bases para intervenção de reabilitação em revestimentos na atualidade.

METODOLOGIA

A intervenção ao nível dos revestimentos pressupõe que sejam mantidos os elementos originais sempre que tal seja possível. Tal foi o caso da intervenção na Igreja de S. Facundo onde os revestimentos da fachada principal em cal aérea, com uma estereotomia de pedra foram apenas consolidados, tendo sido efetuado o preenchimento de lacunas (Andrade e Silva, 1999). Neste contexto é fundamental o conhecimento relativo às argamassas originais de revestimento e a escolha de argamassas compatíveis (Veiga et al, 2010), tendo em conta materiais, técnicas e características do produto a aplicar. Uma intervenção pode ser condicionada pelo valor histórico do revestimento, como foi o caso da intervenção na Igreja de Santa Leocádia (Andrade e Silva, 2002) onde foram efetuadas as devidas sondagens e mantida a pintura a fresco que estava preservada por baixo de camadas de caição. Neste contexto é possível que seja necessário recorrer a ações de consolidação por injeção de caldas utilizando materiais compatíveis (Azeiteiro et al, 2014).

Para além da preservação do existente é possível utilizar argamassas efetuadas com agregados locais como foi o caso da intervenção em Salzedas (Andrade e Silva, 2017), onde foi promovida a utilização de materiais tradicionais em novas argamassas para preenchimento de locais específicos. Também as argamassas para assentamento de azulejo devem ser efetuadas com

base em cal conforme as argamassas tradicionais (Carasek et al, 2014) atingindo valores de aderência adequados.

Soluções de argamassas pré-doseadas para reabilitação de revestimentos têm sido desenvolvidas recentemente por vários produtores europeus, e podem ser utilizadas para revestimento integral de paredes com as quais sejam compatíveis. Este revestimento integral deve ser opção apenas quando não for possível preservar ou consolidar as argamassas originais existentes.

DEBATE E CONCLUSÕES

A intervenção em património contempla frequentemente o tratamento dos revestimentos, que deve ser diferenciado caso a caso. A escolha da metodologia de intervenção e dos materiais a aplicar deve ter em conta a pré-existência, podendo ser utilizadas soluções distintas conforme as necessidades.

BIBLIOGRAFIA

Andrade e Silva, Gabriel (2002), "A Igreja de Santa Leocádia (Chaves)" no Congresso

"A Intervenção no Património – Práticas de Conservação e Reabilitação – FEUP, Porto, 2 a 4 de Outubro de 2002.

Andrade e Silva, Gabriel (1999), "A intervenção na Igreja de S. Facundo – Vinhais", Encontros "conservação – cenários de intervenção", promovidos pela Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte, no âmbito da exposição "Caminhos do Património" que assinala os 70 anos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Maio e Junho de 1999.

Andrade e Silva, Gabriel (2017), "Vale do Varosa-Intervenção em rede-Reabilitação do edificado", CREPAT, Aveiro, Junho 2017.

Helena Carasek, Pammila Japiassú, Oswaldo Cascudo, Ana Velosa (2014) Bond between 19th Century lime mortars and glazed ceramic tiles, Construction and Building Materials, Volume 59, 30 May 2014, Pages 85-98, DOI: 10.1016/j.conbuildmat.2014.02.043

L.C. Azeiteiro, A. Velosa, H. Paiva, P.Q. Mantas, V.M. Ferreira, R. Veiga (2014) Development of grouts for consolidation of old renders, Construction and Building Materials 50, pp.352-360, DOI: 10.1016/j.conbuildmat.2013.09.006

Veiga, M.R.; Fragata, A.; Velosa, A.L.; Magalhães, A. C.; Margalha, G. (2010). Lime based mortars as substitution renders in historical buildings. International Journal of Architectural Heritage, Volume 4, Issue 2, pp. 177-195. DOI: 10.1080/15583050902914678

Reabilitação do Património Escolar Expressão Pedagógica, Multidisciplinar e Multicultural

André Santos¹ e Catarina Monteiro²

¹ FAUP-CEAU tm: 917526128 @: amsantos@arq.up.pt

² FAUP

Palavras-chave: Arquitetura Escolar; Reabilitação; Multiculturalidade

Este texto convoca o recente programa de reabilitação dos edifícios escolares do ensino secundário (PMEES) desenvolvido pela Parque Escolar E.P.E., e em particular o projeto de investigação ESCOLAS: Complexidade e Interpretação sediado no CEAU que, atendendo a um universo de 75 escolas localizadas “a norte” de Portugal, tem por objetivo analisar, compreender e divulgar as valências pedagógicas, multidisciplinares e multiculturais daquele processo.

Os edifícios escolares nacionais constituem um valioso legado patrimonial, cultural e social que importa preservar, sustentar e modernizar. Mantendo como pano de fundo a arquitetura enquanto estrutura espacial que materializa as condições da instituição escolar, a metodologia do projeto revela-se no extravasamento e ampliação do campo disciplinar da arquitetura, convocando diferentes saberes de modo a incorporar no reconhecimento das arquiteturas o conhecimento e as sensibilidades de outras áreas disciplinares. No âmbito específico desta abordagem, e considerando o tema da multidisciplinaridade, entendeu-se oportuno convocar a dimensão dos ideais pedagógicos nas suas diversas vertentes, elegendo quatro dos seus sentidos.

i) desde logo, a estratégia que, centrada na intervenção sobre edifícios pré-existentes, afirma uma condição operativa (e pedagógica) do património, propondo a sobrevivência dos edifícios, reinventando e inovando para o futuro, a partir de um processo de criação e consolidação de valor; ii) paralelamente, “quando à mesma escola chegaram, em cada vez maior número, indivíduos oriundos de classes, etnias, credos e estruturas familiares distintas”, a instituição verifica níveis de obsolescência passando a ser exigido uma democraticidade e universalidade capaz de atender à diversidade cultural e social, incentivando o diálogo interpessoal e espacial. A incorporação de espaços, indutores de uma aprendizagem de menor formalidade (learning street), vem contribuir decisivamente para uma maior integração social e pluralismo cultural, na afirmação de um ideal inclusivo; iii) complementarmente, importa fomentar a consciência da instituição escolar enquanto espaço democrático e universal na qual intervém, para além da comunidade escolar, um conjunto de áreas disciplinares e de saber que convocam a política, a pedagogia, a cultura, a sociedade, os quais se torna decisivo convocar a participar no debate da transformação e evolução

do espaço escolar; iv) finalmente, a qualidade inovadora do programa, enquanto estratégia para a reabilitação do património escolar, assegura as condições funcionais e sociais dos edifícios, renova a atratividade da arquitetura, incorpora as exigências tecnológicas que visam aumentar a qualidade ambiental, afirmando-se como um input pedagógico de referência para a reabilitação estruturada de edifícios públicos, independentemente da sua condição programática ou territorial, levando a OCDE a considerar que “reflete ou excede as melhores práticas internacionais”.

Conclui-se que a intervenção a que as escolas secundárias foram sujeitas constitui um caso exemplar de reabilitação da arquitetura escolar, mas também daquela condição cultural cuja diversidade e pluralidade se expressa na afirmação de valores identitários. A declaração da individualidade a que a arquitetura responde, seja na relação com cada um dos projetos educativos, com as diferentes comunidades, seja ainda, com as especificidades dos modelos urbanos que as contextualizam, defendem assertivamente a diversidade e a pluralidade. A expressão da multiculturalidade afirma-se enquanto exigência de um novo tipo de escola para a qual contribui a sua abertura à comunidade fomentando atividades culturais, cívicas e sociais, sendo declaradamente majorada a condição plural e universal por contribuir “de forma decisiva para diminuir a desigualdade escolar, elevando os padrões de qualidade dos edifícios (...), independentemente da sua localização e das características do espaço em que se inserem”.

Referências

BLYTH, Alastair; ALMEIDA, Rodolfo; FORRESTER, David; [et al.] – “OECD/CELE review of the secondary school modernisation programme in Portugal”. OECD Publishing. CELE Exchange. 12-2009.

RODRIGUES, Maria de Lurdes – A escola pública pode fazer a diferença. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2010.

SANTOS, André – Habitar o espaço público: a escola como casa. Resdomus Revista de Cultura Arquitectónica. Porto: FAUP, 2015.

Análise da conservação de azulejaria portuguesa em fachadas do séc. XIX: estudo comparativo entre duas edificações localizadas em diferentes condições de agressividade em Pernambuco

Mariana Barreto¹, Jacqueline Pinho², Angelo Just da Costa e Silva³

¹ Engenheira Civil, Universidade de Pernambuco, Brasil; Email: marianabarreto55@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista e Engenheira Civil, Universidade de Pernambuco, Brasil; Email: jacquelpinho@gmail.com

³ Prof. Dr., Universidade de Pernambuco, Brasil; Email: angelo@tecomat.com.br

Palavras-chave: Azulejo Português; Conservação de patrimônio; Condições de agressividade.

No século XIX, com a ascensão populacional no nordeste brasileiro devido a vinda dos muitos comerciantes portugueses, Pernambuco se tornou a província que mais prosperou e dessa forma, tanto na capital como nas cidades vizinhas – principalmente em regiões litorâneas e próximas à cursos de rios – foram construídas moradias, casarões e palacetes. No acervo histórico e cultural de Olinda e Recife ainda é possível encontrar alguns desses casarões, muitos deles com suas fachadas revestidas de azulejo. De acordo com Bento, o azulejo acabou por se transformar numa autêntica contribuição de Portugal para o patrimônio cultural e artístico mundial.¹

Fruto da dependência cultural de Portugal associada ao clima bastante favorável ao surgimento de manifestações patológicas, o azulejo atuava como elemento mitigador ao surgimento de problemas provenientes da presença de umidade.



Figura 1: Casa localizada em Recife
Fonte: Autor, 2018

Figura 2: Casa localizada em Barra de Sirinhaém
Fonte: Autor, 2018

Objetos do presente estudo, as casas localizadas na Rua São Gonçalo, em Recife (Figura 1), e na Orla Fluvial do Rio Sirinhaém, na cidade de Barra de Sirinhaém (Figura 2), são exemplares deste contexto. A escolha destas foi baseada na literatura de Cavalcanti; Cruz, a qual retrata a utilização do azulejo na arquitetura civil de Pernambuco do século XIX.²

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a conservação do azulejo português do séc. XIX utilizado nas fachadas desses dois imóveis, localizados em diferentes condições de agressividade no estado de Pernambuco a partir do estudo comparativo entre eles. Para isso, inicialmente foi realizada uma inspeção visual com auxílio de máquina fotográfica para identificação visual das manifestações patológicas, a partir do qual pôde ser elaborado um mapa de danos, representando o estado de conservação das fachadas. Foram observados os seguintes problemas: esfoliação, degradação, manchas superficiais, gretamento, perda, trinca, elemento espúrio e alteração cromática. Segundo Tinoco, os danos mais comuns identificados nos azulejos tipo maiólica nas edificações de cidades como Recife e Olinda quase sempre estão relacionadas a condição do meio ao qual se encontram.³

A casa localizada em Recife, no geral, apresentou um avançado grau de deterioração, no entanto, na área protegida por elementos sacados, os azulejos se mantiveram mais conservados. Já na casa situada em Sirinhaém, cuja condição ambiental é mais agressiva, os azulejos localizados na parte mais inferior encontravam-se mais danificados quando comparado com a parte superior, isto devido a presença de um beiral que agiu como um obstáculo aos agentes agressores – a exemplo o sol, vento e maresia –, preservando a parte mais acima.

Percebeu-se de maneira evidente a influência das condições de exposição e dos elementos de proteção (beirais, respingadeiras etc.) da fachada na conservação dos elementos de revestimento, o que é muito importante na preservação do valioso patrimônio histórico dessas edificações.

¹ Bento, C. F. H. Azulejaria da Coleção Berardo Estudo, Criação de um Sistema de Inventário e Gestão da Coleção, e Proposta de Museu Virtual. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019. 244 p.

² CAVALCANTI, S. T. H.; CRUZ, A. M. O Azulejo na arquitetura civil de Pernambuco: Século XIX. São Paulo: Metalivros, 2002. 191 p.

³ TINOCO, J. E. L. Restauração de azulejos - Recomendações Básicas. Centro de Estudos

A Roda que resiste na Praça. “Lugar de Memória” Salvaguarda da Capoeira: Resistência dos velhos Mestres.

Uelber Barbosa Silva¹, Lázaro Vieira dos Santos², Maria Rita Amoroso³, Dayane Silva Oliveira⁴

¹ Estudante PhD Universidade Federal de Alagoas

² Mestre e fundador do CETA, Bahia

³ PhD - Arquitetura, Tecnologia e Cidade - FEC-UNICAMP, Diretora IAB - (Núcleo Campinas-SP) e Coordenadora CPC – CAU/SP

⁴ Mestranda na Universidade Federal de Alagoas

Identificação dos autores: Uelber Barbosa Silva é licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2009), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2011), doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2017). Lázaro Vieira dos Santos é mestre e fundador do Centro Educacional de Treinamento Arte e Movimento Capoeira Escola - CETA, de Vitória da Conquista, na Bahia. Maria Rita Amoroso é Arquiteta e Urbanista PhD - Arquitetura, Tecnologia e Cidade - FEC-UNICAMP Pesquisadora Pós Doc na Universidade de Aveiro /PT, Diretora IAB - (Núcleo Campinas-SP) e Coordenadora Comissão Patrimônio Cultural – CAU/SP. Dayane Silva Oliveira é licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2012) e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2018).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Racismo Institucional; Mestres de Capoeira.

Identificação do trabalho realizado: Trata-se de uma reflexão sobre a relação da capoeira, como patrimônio cultural imaterial, com a praça, como “lugar de memória”. Identifica-se o enfraquecimento dessa relação, indicando como possível causa o processo de mercantilização da capoeira e a falta de políticas públicas destinadas à proteção dos velhos mestres.

Objetivo: Apreender a relação entre a capoeira, a praça e as políticas sociais destinadas à proteção deste patrimônio cultural imaterial, bem como compreender o racismo institucional como obstáculo à verdadeira salvaguarda da capoeira.

Metodologia: A reflexão aqui exposta, foi realizada por meio de uma análise bibliográfica de textos chaves, previamente selecionados, e da observação da prática da capoeira em algumas praças brasileiras (Terreiro de Jesus, Salvador-BA; República, São Paulo-SP; 09 de Novembro, Vitória da Conquista-BA).



Debate de resultados e conclusões: A capoeira foi definida como desporto nacional pelo Estado brasileiro, em 1953, após longa história de perseguição estatal que culminou em sua criminalização pela República brasileira, em 1889 (SOARES, 1993; SOARES, 1998)¹. Em 2008, a roda e o mestre de capoeira foram registrados como patrimônio cultural imaterial do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SILVA; SANTOS; AMOROSO, 2017)².

Com a descriminalização da capoeira, os capoeiristas passaram a utilizar equipamentos públicos, como as praças. A praça faz parte do patrimônio arquitetônico de uma cidade. Espaço público por excelência, ela é lócus privilegiado para o desenvolvimento das múltiplas e complexas relações sociais – relações que são territorializadas e não apenas funcionais, como bem observou Rolnik (1992)³ –, onde o público é construído a partir de interconexões entre poder e trocas mercantis, o que a torna um local de constante vigilância. Assim descrita, como paisagem urbana empresariada, militarizada e vigiada, a praça acaba se tornando também espaço de exclusão e invisibilização das pessoas consideradas “desajustadas” e/ou economicamente desfavorecidas.

O “prestígio social” do qual fala Murilo Marx (1980, p. 50)⁴, é o que faz da praça um palco para práticas criativas, onde as energias circulam livremente, onde a resistência dos monumentos, signos e rituais são intensos convertendo-a em mais um “lugar de memória”, espaços que são sempre “simples e ambíguos, naturais e artificiais” (NORA, p. 10)⁵.

Observando-se as rodas de capoeira nas praças, acima citadas, percebe-se que a roda de rua é para todos, mas não para qualquer um. Como se diz no universo da capoeiragem: “na roda de rua, só entra quem tem negócio!” O jogo da capoeira numa roda de rua, na praça, imprime as marcas da relação entre indivíduo e coletividade. O dinamismo do jogo nas rodas da praça ganha uma nova qualidade, pois os indivíduos utilizam-se de um repertório de movimentos corporais cotidianamente executados em espaços privados, num constante exercício de transpor para a praça sua experiência particular com a capoeira. As respostas, no entanto, dadas pelo companheiro de jogo trazem uma fluidez própria da interatividade com o ambiente social da praça.

Atividades dessa natureza permitem o diálogo político entre o capoeirista e a população da cidade. Na roda da praça, os capoeiristas abordam questões relativas ao racismo, à violência de gênero e aos conflitos de classe. O tratamento dado a tais questões segue a tradição da capoeira, como espaço de resistência e transformação.

A ocupação criativa da praça promovida pelos mestres de capoeira, por vezes suspende o cotidiano do transeunte ao ouvir a melodia contagiante do berimbau. Entretanto, rodas de praça, no Brasil, são cada vez mais raras. O desenvolvimento da capoeira business, o racismo institucional e a situação sócio-econômica dos velhos mestres – no contexto em que Santos

(1985, p. 38) classifica como capitalismo técnico-científico, que promove a “aceleração da circulação de bens e de pessoas” –, tem contribuído para a ausência da capoeira em espaços patrimoniais tradicionalmente a ela ligados.

A praça sem este importante aspecto de sua memória encontrará fatalisticamente o seu ostracismo. A praça se torna plena de sentido com a presença dos signos, monumentos e, sobretudo, das pessoas e de suas manifestações artístico-culturais.

A capoeira é uma dessas culturas que resiste ao racismo institucional e que luta para preservar a cultura afro-brasileira e propagar a língua portuguesa. O seu registro e o plano para a sua salvaguarda são importantes instrumentos democráticos para o direcionamento da luta cotidiana dos capoeiristas pela sua sobrevivência.

É, neste sentido, que cabe ao IPHAN e demais órgãos estatais buscarem, em diálogo com a comunidade da capoeira, meios para a efetivação de políticas públicas que de fato contribuam para a transformação cotidiana da vida dos capoeiristas. Cabe à comunidade da capoeira aprofundar laços de solidariedade que culminem na criação de uma frente de luta contra os movimentos anti-cultura e as condições de vida indignas impostas por governos conservadores e anti-democráticos.

A pressão social dos capoeiristas e suas articulações foram responsáveis pelo Registro da capoeira e, na Bahia, pelo Plano de Salvaguarda. O Estado cedeu ao reconhecer sua dívida histórica com a população afro-brasileira, mas esvaziou a política, exteriorizando o seu mais violento racismo institucional. Urge a necessidade de uma organização política horizontalizada para o futuro de luta por cultura e educação no Brasil.

Endereço para correspondência: uelbsilva@hotmail.com; cetasecretaria@gmail.com; maritadpa@gmail.com; daycomuna@hotmail.com.

Para saber mais, ver:

¹ SOARES, C. E. L. A negregada instituição: Os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. São Paulo: Access, 1993. e SOARES, C. E. L. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Access, 1998.

² SILVA, Uelber Barbosa; SANTOS, Lázaro Vieira dos; AMOROSO, Maria Rita. Capoeira: dança de negro, contravenção penal, patrimônio cultural imaterial da humanidade. In: “Congresso da reabilitação do patrimônio”. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2017. p. 829-837.

³ Rolnik, Raquel. História Urbana: História na Cidade? In: Cidade e História-Modernização das Cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. UFBA, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992.

⁴ MARX, Murillo. Cidade brasileira. Edições Melhoramentos, 1980.

⁵ NORA, Pierre et. al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

⁶ As possibilidades de manutenção dos laços afetivos na relação entre os capoeiristas tem se reduzido absurdamente, sobretudo depois da capoeira business. A maioria dos mega-grupos, ao atuar neste pequeno nicho, vendem os seus serviços, aprofundando relações puramente mercantis entre os capoeiristas – o trabalho social e os laços afetivos tem se tornado cada vez mais exceção. Além disso, a falta de incentivo estatal no deslocamento e manutenção dos capoeiristas, que dão aula no Brasil e no exterior, prejudica a sustentabilidade dos velhos mestres, pretos e pobres, das periferias e quilombos.

⁷ SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Studio Nobel, 1985.